

REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE

REVISTA EDITADA PELO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – ANO LIII Nº 266 – MARÇO/ABRIL 2024



Reportagem

Equidade de gênero: um caminho que
precisa ser sem volta.

Artigos abordam importantes temas para a profissão

SUMÁRIO

Palavra do Presidente 3



Reportagem
Equidade de gênero: um caminho que precisa ser sem volta

Lorena Molter

5



Artigo
Dívida corporativa, agressividade tributária e mudanças na legislação

Carlos Henrique da Cruz Borges, Sylvania Neris Nossa, Nádia Cardoso Moreira e Valcemiro Nossa

11



Artigo
Pegada Hídrica e Valor Adicionado: análise no setor agropecuário brasileiro

Alessandra Rodrigues Machado de Araujo e Hans Michael van Bellen

27



Artigo
Impacto do *hedge accounting* de financiamento nos demonstrativos contábeis

Wesley Carvalho, Eric Barreto e Elionor Farah Jreige Weffort

43



Artigo
Impacto do eSocial após implantado na rotina de departamento pessoal

Eduardo Miato Cardoso e Telma de Amorim Freitas Silva

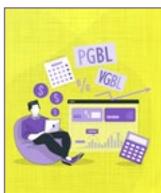
55



Artigo
Resgate Histórico Contábil do Município de Cruzeiro do Sul/AC

Evânia de Castro Dias Barbosa, Ana Lúcia Fontes de Souza Vasconcelos, Valéria Perpetua Evaristo da Costa e Christiane Calado Vieira de Melo Lopes

69



Artigo Convidado
Aplicações financeiras e possibilidades de planejamento tributário da pessoa física com o PGBL

Windsor Espenser Veiga e Luciene de Fatima Rodighero dos Santos

85

PALAVRA DO PRESIDENTE

Em 25 de Abril, celebramos o Dia do Profissional da Contabilidade. A cada ano, ampliamos o orgulho e a convicção da relevância da classe contábil para o desenvolvimento sustentável do país. Se analisarmos a nossa estrutura econômica, concluímos que as Ciências Contábeis estão presentes em diferentes campos estratégicos da nossa sociedade. Isso pode ser visto no assessoramento e na geração de informações de qualidade para governos de todas as esferas. Essa presença também pode ser claramente notada no âmbito dos negócios, na prestação de consultoria e nas orientações para empresas de todos os portes. Contudo, a Contabilidade precisa acompanhar as transformações sociais e evoluir continuamente. Esse desenvolvimento precisa ser não apenas técnico, mas também social, afinal, as profissões "acontecem" e ganham vida no ecossistema da sociedade. Sendo assim, pautas como equidade de gênero, promoção da diversidade e da inclusão devem ser incorporadas pela nossa classe. Como representante dos mais de 520 mil profissionais da contabilidade do país, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) acredita que deve ser exemplo, agente de transformação e disseminador dessas pautas basilares.

As mulheres representam cerca de 45% dos profissionais registrados e precisam se sentir inseridas no Sistema CFC/CRCs. Por esta razão, e pensando na equidade, a atual gestão do CFC conta com o mesmo número de vice-presidentes mulheres e homens. Temos quatro grandes nomes em posições estratégicas no CFC, ocupando Vice-presidências da autarquia – Ana Luíza Pereira Lima (Controle Interno), Ana Tércia Lopes Rodrigues (Técnica), Maria Dorgivânia Arraes Bárbara (Política Institucional) e Sandra Maria de Carvalho Campos (Fiscalização, Ética e Disciplina) – um grande ganho não apenas para o Sistema

Samuel Figueira/acervo CFC



Aécio Prado Dantas Júnior
Presidente do CFC

CFC/CRCs, mas para a classe como um todo, avanço que está retratado na reportagem desta edição. Estou certo de que, por meio das atividades das Comissões da Mulher Contabilista em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, bem como da força política das presidentes dos Regionais de Alagoas, Goiás, Maranhão, Minas Gerais e Santa Catarina, mais mulheres serão encorajadas e entenderão que podem ser líderes de sucesso.

Outro caminho para a evolução da Contabilidade, e do nosso entorno como um todo, é a educação. O CFC incentiva a educação profissional continuada como um meio de qualificar os profissionais e proporcionar serviços de excelência à sociedade. Entretanto, sabemos que esse também é um terreno fértil para a tão necessária mudança de mentalidades. Nesse sentido, o CFC convida toda a comunidade acadêmica e profissionais que estão no mercado a participarem do Congresso Brasileiro de Contabilidade (CFC). O maior evento contábil brasileiro acontecerá de 8 a 11 de setembro em Balneário Camboriú, Santa Catarina, e vai oferecer uma programação rica e extensa. Como eu sempre digo, academia e mercado devem caminhar de mãos dadas, para evoluirmos cada vez mais. Que sigamos integrados. Uma excelente leitura!

EXPEDIENTE

REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE
Edição n.º 266, março/abril de 2024 – periódico bimestral
ISSN 0104/8341

- > **Editor**
Conselho Federal de Contabilidade
SAUS, Qd. 5, Bl. J, Ed. CFC, Brasília (DF) – CEP 70070-920
site: www.cfc.org.br; e-mail: cfc@cfc.org.br
- > **Conselho Diretor**
Presidente
Contador Aécio Prado Dantas Júnior
Vice-Presidentes
Contadora Ana Luíza Pereira Lima
Contadora Ana Tércia Lopes Rodrigues
Contador Carlos Henrique do Nascimento
Contador Joaquim de Alencar Bezerra Filho
Contador José Donizete Valentina
Contadora Maria Dorgivânia Arraes Bárbara
Contadora Sandra Maria de Carvalho Campos
Contador Sebastião Célio Costa Castro
- > **Conselheiros Efetivos**
Contador Adriano de Andrade Marrocos
Técnico em Contabilidade Aguinaldo Mocelin
Contadora Andrezza Carolina Brito Farias
Contador Bruno Sitônio Filho de Oliveira
Contador Carlos Rubens de Oliveira
Contadora Gercimira Ramos Moreira Rezende
Contador Haroldo Santos Filho
Contador Heraldo de Jesus Campelo
Contador Ian Blois Pinheiro
Contador Itajay Maria Soares
Contador José Domingos Filho
Contadora Katiucya Juliano de Moura Manfredini
Contadora Luana Aguiar Pinheiro Costa
Contador Manoel Carlos de Oliveira Junior
Contadora Maria do Rosário de Oliveira
Contador Rangel Francisco Pinto
Contador Sérgio Faraco
Contador Wellington do Carmo Cruz
- > **Conselheiros Suplentes**
Contadora Angela Andrade Dantas Mendonça
Contador Antonio Carlos Sales Ferreira Junior
Contador Domingos Sávio Alves da Cunha
Contador Edneu da Silva Calderari
Contador Elias Dib Caddah Neto
Contador Erivan Ferreira Borges
Contador Fabiano Ribeiro Pimentel
Contador Glaydson Trajano Farias
Contador Helcimar Araujo Belém Filho
Contador José Alberto Viana Gaia
Contador José Luiz Marques Barreto
Contador José Gonçalves Campos Filho
Contadora Liliana Farias Lacerda
Contadora Lucilene Florêncio Viana
Contador Marcelo Augusto Jorge
Contadora Maria Leny Adânia de Sylos
Contadora Marlise Alves Silva Teixeira
Técnico em Contabilidade Maurício Gilberto Cândido
Contadora Mônica Foerster
Contador Norton Thomazi
Contadora Palmira Leão de Souza
Contador Roberto Schulze
Contadora Sônia Maria da Silva Gomes
Contadora Vitória Maria da Silva
Contador Valmir Leônico da Silva
Contador Weberth Fernandes
- > **Coordenadora do Conselho Editorial da RBC**
Doutora Jacqueline Veneroso Alves da Cunha
- > **Conselho Editorial da RBC**
Doutor Antonio Ranha da Silva
Doutor Emanuel Marcos Lima
Doutor Ernani Ott
Doutora Rosimeire Pimentel Gonzaga
Doutor Wenner Glauco Lopes Lucena
Doutor Vanderlei dos Santos
Doutora Maria Ivanice Vendruscolo
Doutor Fernando de Almeida Santos
- > **Jornalista Responsável**
Daniel Guerra – 8298-DF
- > **Redação**
Lorena Molter
- > **Projeto Gráfico**
Igor Outeiral, Marcus Hermeto e Thiago Luis Gomes
- > **Diagramação**
Thais Martins
Jailson Belfort
- > **Revisão**
Maria do Carmo Nóbrega e Juliana Garcês
- > **Ilustrações**
Jailson Belfort
- > **Colaboradora**
Maria do Carmo Nóbrega
- > **Artigos**
Telefone: (61) 3314-9606 – e-mail: rbcartigos@cfc.org.br

Permitida a reprodução de qualquer matéria, desde que citada a fonte. Os conceitos emitidos em artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.



REPORTAGEM

Equidade de gênero: um caminho que precisa ser sem volta

Por Lorena Molter / Comunicação CFC

O Conselho Federal de Contabilidade alcançou um marco histórico. Na atual gestão, há o mesmo número de vice-presidentes mulheres e homens. A valorização da equidade de gênero tem se espalhado por todo o Sistema CFC/CRCs, e uma série de Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) contam com forte presença feminina em seus cargos de alta liderança. Essas ações são intensificadas pelo trabalho do CFC Mulher em todo o território nacional.

Em uma sociedade em que a concorrência e as disputas de mercado são cada vez mais acirradas, empresas e organizações buscam o aperfeiçoamento constante. Simultaneamente, profissionais de diversas áreas realizam atualizações contínuas e se dedicam a melhorar os seus currículos e *soft skills*, de modo a se tornarem mais competitivos.

Inovação é a palavra de ordem para que empresas e instituições diversas se mantenham no topo e o destino de um grande montante de investimentos. Contudo, a apresentação e o fortalecimento da

Agenda ESG – sigla em inglês para os aspectos ambiental, social e de governança –, nos últimos anos, levaram entidades a repensarem as suas dinâmicas internas e externas, assim como as suas estruturas.

Nesse sentido, a competência técnica tornou-se apenas um dos pilares do sucesso e outros elementos ganharam destaque, como os impactos das atividades produtivas e humanas no planeta; a responsabilidade social e o respeito profundo aos direitos humanos e à diversidade; e o foco ampliado em boas práticas de gestão e de ética.

A busca pela equidade de gê-

nero, nesse cenário, ganhou mais espaço em debates na sociedade, embora muitos avanços ainda sejam necessários. Como representante de mais de meio milhão de profissionais, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) está focado em aspectos técnicos da profissão e, ao mesmo tempo, considera o seu papel social. No campo da valorização da mulher, ao longo dos anos, a entidade tem posto em prática uma série de iniciativas voltadas para o reconhecimento das profissionais da contabilidade e o incentivo para que assumam posições de liderança.

Mulheres em cargos de alta liderança

O foco de mulheres do passado e do presente resultou em evoluções no Sistema CFC/CRCs. Na gestão 2024-2025, por exemplo, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) passou ter o mesmo número de mulheres e de homens no cargo de vice-presidente da autarquia. A partir desse passo, as contadoras Ana Luíza Pereira Lima (Controle Interno), Ana Tércia Lopes Rodrigues (Técnica), Maria Dorgivânia Arraes Barbará (Política Institucional) e Sandra Maria de Carvalho Campos (Fiscalização, Ética e Disciplina) passaram a ser protagonistas nos processos decisórios que envolvem os rumos da Contabilidade brasileira. Ao mesmo tempo, são inspiração para as mais de 230 mil contadoras e técnicas em contabilidade do país. Sobre a escolha das quatro profissionais, Sandra Campos esclarece, com orgulho, que “foram todas [selecionadas] pela indicação técnica, pela competência e por toda uma gama de serviços prestados” ao CFC.

Ana Tércia é direta ao analisar a atual realidade do CFC e o alcance da igualdade no âmbito das vice-presidências. “Esse equilíbrio quantitativo reflete o entendimento da atual gestão em demonstrar, com ações concretas, e não só no discurso, a disposição de encarar os desafios da equidade de gênero, que são globais. O CFC tem um compromisso com essa agenda por ser signatário do Pacto Global da ONU, mas muito mais por entender o momento de ascensão das mulheres na profissão, tanto em quantidade quanto em qualidade de talentos. Não estamos fazendo número. Estamos fazendo a diferença”.

Atualmente, na Contabilidade, 56,3% dos profissionais registrados são do sexo masculino, enquanto 43,6% são mulheres, número que

vem aumentando nos últimos anos. O Sistema CFC/CRCs possui outros números favoráveis à representação feminina. Nos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) de Amazonas, Amapá, Distrito Federal, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e São Paulo, há mais vice-presidentes mulheres nos Conselhos Diretores do que homens. Já nos CRCs de Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba e Sergipe, há igualdade na quantidade representantes de ambos os sexos. Da Região Norte, vem outro dado promissor dentro dessa temática: nos Conselhos do Amazonas e do Pará, o número de registros de mulheres supera o de homens.

Um modo diferenciado de ser líder

“Quando disserem a você que, para liderar, tem que gritar ou bater na mesa, não precisa. Com a sua delicadeza e com a sua gentileza, você vai alcançar os seus objetivos de uma forma incrivelmente possível.” Essa é a mensagem da vice-presidente de Política Institucional, Maria Dorgivânia Arraes Barbará, para as mulheres que desejam assumir posições de destaque.

A contadora ressalta que, na sua opinião, as mulheres têm uma forma diferente de liderar e um modo mais apaziguador de conquistar os seus objetivos. Outro ponto abordado por Barbará é o fato de as mulheres estudarem e se prepararem profundamente e de serem muito julgadas em suas atividades. “Você precisa estar mais preparada ainda, justamente para que você possa apresentar as suas estratégias, as suas diretrizes, de uma forma mais assertiva”, pontua. A profissional enxerga, contudo, que essa realidade tem seus lados positivos, como o aumento do preparo, convergindo para de-

Foto: Acervo CFC



Sandra Maria de Carvalho Campos

cisões mais eficazes e direcionadas aos objetivos das entidades.

A vice-presidente Técnica, Ana Tércia, ressalta um outro lado das lideranças femininas. Para a profissional, as mulheres levam para as suas chefias algo a mais. “Uma mulher, quando assume posição de liderança, não vem só com seu intelecto. Ela vem com coração, intuição, espiritualidade, e isso pode ser muito desafiador e, às vezes, mal interpretado. Ela certamente vai enfrentar resistências, pois a sociedade ainda está se acostumando com o perfil feminino na liderança”, salienta. A contadora ainda aborda os prejuízos da falta de referências de comando feminino. “As mulheres têm poucos modelos para seguir e se inspirar e acabam, muitas vezes, adotando o modelo masculino, que é o único que ela conhece, e, na minha opinião, isso é um erro. Precisamos, urgentemente, desenvolver novos estilos de lideranças, inovadoras, criativas, mais inclusivas e sustentáveis, e essa missão é muito feminina”, conclui.

“Devemos permanecer unidas em nossa determinação de superar barreiras e criar um ambiente em que o talento e a competência sejam reconhecidos independentemente do gênero.”

Outra líder do Sistema CFC/CRCs, a vice-presidente de Controle Interno, Ana Luíza Pereira Lima, dá ênfase a uma característica: a empatia. Para a profissional, as mulheres conseguem compreender bem aspectos emocionais e sabem se colocar no lugar do outro, tanto de homens quanto de outras mulheres, com muita facilidade. Para Lima, essa é uma habilidade e um processo natural dentro do universo feminino e traz benefícios para as gestoras. “Eu acho que isso faz toda diferença. Para você liderar, precisa, realmente, entender as pessoas para administrar os recursos humanos à sua disposição, e implementar as tarefas, as ações”, analisa.

A capacidade de tratar todos como um grupo e de modo igualitário é o aspecto da liderança feminina sinalizado pela vice-presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina, Sandra Campos. “A mulher na liderança não subestima outra mulher. A mulher na liderança não superestima um homem. A mulher é capaz de ver que todos ali são um time, somos todos parte de um time. Somos capazes de oferecer um tratamento igual, de se sentar em uma mesa e discutir de igual para igual com toda a sua equipe”, afirma. E re-

sume: “[temos] esse talento para negociar, agrupar, agregar e fazer todo mundo pertencer ao time”.

Uma mulher para inspirar

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no país, a população de mulheres é maior do que a homens, e representa 51,5% do total. Apesar desse quadro, a participação feminina em cargos gerenciais não chega a 40%, também de acordo com informações do Instituto. No contexto da liderança política, os homens também são a maioria: a participação de mulheres nos cargos ministeriais do governo em 2023 era apenas 23,7%; o percentual de parlamentares eleitas para as câmaras de vereadores, em 2020, era 16%; e para a Câmara dos Deputados, representava 17,7%. Curiosamente, os números do Censo 2022 ainda indicam que as mulheres são mais de 60% das concluintes dos cursos de nível superior.

A vice-presidente de Controle Interno analisa que a presença dos homens na maior parte das posições de liderança traz outros problemas de ordem prática, como não conhecer algumas das demandas do universo feminino, por pen-



Ana Tércia Lopes Rodrigues

sarem de modo distinto. Segundo a contadora, há uma dificuldade de o grupo masculino se colocar no lugar das mulheres. “Como a maioria que pensou na legislação são homens, eles não vão considerar as peculiaridades da mulher. Então, você tem uma questão até mesmo de tributação, por exemplo, em que uma bomba de amamentação tem uma tributação maior do que uma bomba de piscina, porque quem construiu aquela legislação, a maioria, foram homens”, cita.

A presença feminina em cargos de liderança é um fator que precisa ser estimulado, como um caminho de incentivar e de encorajar mais mulheres a chegarem a cargos gerenciais. “Ainda precisamos que mais mulheres cheguem ao topo, ocupem a presidência das entidades onde atuam. Precisamos ‘furar as bolhas’, ‘quebrar os tetos de vidro’ que ainda impedem essa ascensão de forma natural”, enfatiza Ana Tércia. A contadora ainda lembra que o CFC teve, ao longo de sua história, uma mulher no cargo máximo da Contabilidade nacional. Trata-se da contadora Maria Clara Bugarim, que a vice-presidente Técnica define como “nossa referência”. Sandra Campos também ressalta o legado de Bugarim, que liderou o CFC nas gestões 2006-2007 e 2008-2009. “Eu destaco a presidência da Maria Clara, que foi a presidente mulher do Conselho e um dos presidentes que mais impactou, mais modernizou, mais trouxe a luz, mais trouxe para cima e para o mundo a questão do CFC”.

Bugarim é uma pioneira da Contabilidade. Atualmente, é presidente do Comitê de Integração Latino Europa-América (Cilea) e da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon). A profissional foi a primeira presidente mulher da Associação Interamericana de Contabilidade (AIC), do CFC, da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), do Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas (CRCAL), entre outras posições de destaque na atividade classista. A contadora também é a única representante feminina a ter sido agraciada com a Medalha Mérito Contábil João Lyra, maior honraria da classe contábil brasileira. A presença de uma mulher na liderança estimula as demais a buscarem suas posições de destaque e de comando. “Essas mulheres precisam estar preparadas para assumir novos desafios,

precisam querer, pois, muitas vezes, ainda não nos vemos ‘merecedoras’ ou ‘aptas’ às funções mais elevadas da hierarquia institucional. É um processo cultural, estrutural que precisa evoluir, mas também tem aspectos emocionais envolvidos. Quando não nos vemos no topo, nem sequer ousamos almejar essa posição”, observa Ana Tércia.

Bugarim adiciona mais um viés a essa questão. A contadora ressalta que o enfrentamento à desigualdade de gênero deve continuar e que as mulheres devem se manter integradas. “É essencial que continuemos a advogar por uma cultura de inclusão e equidade, em que todas as mulheres na Contabilidade tenham a liberdade de prosperar, avançar em suas carreiras e alcançar seu pleno potencial. Devemos permanecer unidas em nossa determinação de superar barreiras e criar um ambiente em que o talento e a competência sejam reconhecidos independentemente do gênero”, finaliza.

Agir

Uma das ações mais notáveis do CFC em benefício da valorização do feminino é o Movimento da Mulher Contabilista, hoje chamado de CFC Mulher. Em todos os CRCs, há uma Comissão da Mulher Contabilista, um espaço de empoderamento e de desenvolvimento de lideranças femininas. Integrado a esse trabalho, há, desde 1991, o Encontro Nacional da Mulher Contabilista, uma iniciativa que vai para a sua 14ª edição e já reuniu mulheres em eventos em 13 cidades de todas as regiões do país. Essa atividade estimula as participantes a descobrirem o seu espaço e as suas potencialidades, assim como há a oportunidade para a troca de experiências, o *networking*, a emancipação, a união e o crescimento pessoal e profissional.

Foto: Acervo CFC



Maria Clara Cavalcante Bugarim

Foto: Acervo CFC



Ana Luíza Pereira Lima

Em adição a essas iniciativas, em 2022, o CFC se tornou signatário do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU). A partir da adesão, a autarquia compromete-se a apoiar os princípios do Pacto nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção, assim como o cumprimento da agenda global de sustentabilidade. Por meio do Pacto, a entidade também passou a fazer parte do Movimento Elas Lideram, voltado, de uma forma geral, para a paridade de gênero na alta liderança até 2030. Nesse contexto, o CFC Mulher estabeleceu alguns objetivos, entre eles, garantir que 30% das profissionais da contabilidade ocupem cargos de liderança até 2025 e assegurar que 50% das profissionais da contabilidade estejam em cargos de liderança até 2030.

Todas essas novidades estão norteando o CFC Mulher. A coordenadora nacional da comissão, Marlise Alves, explica que o ponto central para o grupo tem sido a conexão do projeto com o Elas Lideram e a meta de fazer com que as mulheres integrantes das comissões se desenvolvam enquanto líderes dentro dos seus setores. A contadora compartilha algumas das conquistas já alcançadas. “Tivemos um grande aumento de mulheres que participavam das comissões nos últimos dois anos e passaram a ser vice-presidentes nesse ano que passou, e outras lideranças desenvolvidas a partir da nossa Comissão da Mulher. Nesse formato, vamos incentivar mesmo que as mulheres que integram as comissões se tornem líderes, por meio de capacitação, de incentivo, de motivação, enfim, levando conhecimento até elas. Esse é o nosso ponto central para cumprirmos com o Pacto Global”, explica.

Aliadas a essas ações, as vice-presidentes Maria Dorgivânia e Ana Luíza destacam que o estudo é

um diferencial poderoso no posicionamento da mulher. “Elas têm que estudar, preparar-se com conhecimento, muito treinamento e muita capacitação. As coisas não ‘caem do céu’. Não é assim: a cadeira está lá, o lugar é seu. Não! Aquela cadeira está vaga, mas ela precisa ser preenchida com muitos requisitos. E esses requisitos não são estabelecidos ou adquiridos se você é homem ou mulher, e, sim, se você estudar, se você se dedicar, se você tiver treinamento. E nunca acredite que você não é capaz, porque qualquer um é capaz, seja homem, seja mulher, seja quem for. Basta ter um objetivo, uma determinação e estudar”, enfatiza a vice-presidente de Controle Interno. A líder de Política Institucional do CFC segue o mesmo raciocínio e enxerga a potencialidade de todos e o preparo como aspectos fundamentais. “Elas podem. Elas podem alcançar a trilha que elas determinarem para a vida delas. Então, é planejar, executar, estudar e alcançar o cargo ou o lugar que elas quiserem na vida. Qualquer um pode e nunca se esqueça da rede de apoio”, afirma.

Sandra Campos completa o pensamento e posiciona a competência como algo basilar nas conquistas das mulheres no mercado, o que, segundo a contadora, trata-se de um fator essencial na profissão contábil. “Se o homem entrar em alguma concorrência com vantagem, você vai se firmar pela sua competência, pela sua dedicação ao trabalho. Na nossa profissão, se o homem entrar com alguma vantagem, esse benefício não se sustenta sem a competência. Pode até na entrada não ter igualdade, embora eu não perceba isso, mas, se isso acontecer, a mulher pode ficar tranquila, porque não é o sexismo, não é o etarismo, não é a religião. Não há nada de ‘ismo’ que vai atuar em detrimento do fato de sermos mulheres e estarmos no mercado.”

Foto: Acervo CFC



Maria Dorgivânia Arraes Barbará

Foto: Acervo CFC



Marlise Alves Silva Teixeira



Dívida corporativa, agressividade tributária e mudanças na legislação

O objetivo desta pesquisa é identificar se existe relação negativa entre dívida corporativa, agressividade tributária e períodos de mudança na legislação societária – Lei n.º 11.638, de 2007 (IFRS) e Lei n.º 12.973, de 2014. Trata-se de uma pesquisa empírica descritiva que utilizou análise de regressão e contou com uma amostra de 3.391 observações de empresas listadas na B3. Para apontar o período de mudança na legislação, foram consideradas as Leis n.º 11.638, de 2007 (IFRS), n.º 11.941, de 2009, e n.º 12.973, de 2014. Os resultados desta pesquisa apontam uma relação negativa entre a dívida corporativa e a agressividade tributária, quando introduzidas mudanças na legislação societária por meio das IFRS. Evidenciam, assim, que, após a adoção das IFRS, o nível de dívida corporativa diminuiu entre as empresas listadas na B3. No entanto, quando testado o período de mudança na legislação por meio da Lei n.º 12.973, de 2014, os achados mostram uma relação positiva, indicando que as melhorias inseridas pela legislação elevaram o nível de endividamento de curto prazo das empresas em relação ao período anterior.

Carlos Henrique da Cruz Borges

Mestre em Ciências Contábeis.

E-mail: henrique.contabil@hotmail.com

Silvania Neris Nossa (orientadora)

Doutora em Ciências Contábeis e Administração.

E-mail: silvanianossa@fucepe.br

Nádia Cardoso Moreira

Doutora em Ciências Contábeis e Administração.

E-mail: nadiacmoreira@fucepe.br

Valcemiro Nossa

Doutor em Controladoria e Contabilidade.

E-mail: valcemiro@fucepe.br

1 Introdução

Estudos que avaliaram os impactos da adoção das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) na dívida corporativa apontam resultados mistos. No cenário internacional, Wu e Zhang (2014) apresentam em seus resultados que a adoção das IFRS está associada a uma melhor classificação das informações sobre a dívida, fornecendo detalhes para os credores.

Horton e Serafeim (2010) afirmam que o IFRS diminuiu a assimetria da dívida corporativa e mencionam, ainda, que a adoção das normas melhorou a qualidade da informação contábil apresentada nos relatórios financeiros, tornando-os mais importantes para a tomada de decisão. Já Neto, Dias e Pinheiro (2009) investigaram os impactos da convergência para fins de adoção das IFRS (Lei n.º 11.638, de 2007) e encontraram evidências que apontam desigualdades nos indicadores obtidos, utilizando-se de números gerados a

partir de normas contábeis brasileiras ou internacionais.

A legislação societária brasileira apresentou mudanças significativas introduzidas pelas Leis n.º 11.638, de 2007, n.º 11.941, de 2009 e n.º 12.973, de 2014, que trouxeram maior poder de mensuração e captação da informação contábil, contribuindo para uma melhor gestão da informação. As mudanças visam aproximar a legislação contábil brasileira da legislação contábil internacional (Cabeda, 2015). Lopes e Martins (2006), no Brasil, mencionam que a legislação fiscal exerce grande influência sobre as normas contábeis, o que contribui para investigar os impactos que atingem a dívida corporativa e a tributação das entidades.

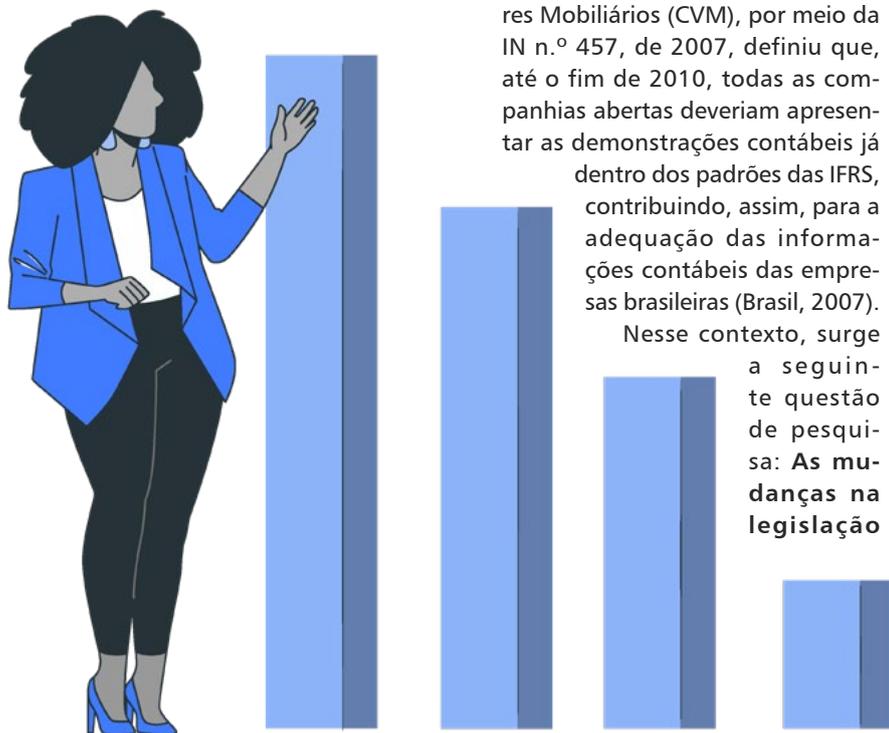
No Brasil, o processo de adoção das IFRS teve início em 2008, por meio da Lei n.º 11.638, de 2007 (Brasil, 2007). No entanto, o cumprimento da norma internacional era obrigatório somente para sociedades abertas e empresas de grande porte, conforme estabelece a referida lei. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio da IN n.º 457, de 2007, definiu que, até o fim de 2010, todas as companhias abertas deveriam apresentar as demonstrações contábeis já dentro dos padrões das IFRS, contribuindo, assim, para a adequação das informações contábeis das empresas brasileiras (Brasil, 2007).

Nesse contexto, surge a seguinte questão de pesquisa: **As mudanças na legislação**

societária impactaram negativamente os níveis de endividamento corporativo? Adicionalmente, surge outra questão: as mudanças na legislação societária foram capazes de influenciar negativamente os percentuais de agressividade tributária das empresas em relação à dívida corporativa? Especificamente, as mudanças na legislação referem-se à adoção das IFRS Lei n.º 11.638, de 2007 e à introdução pelas Leis n.º 11.941, de 2009, e n.º 12.973, de 2014. Nesse sentido, o objetivo é identificar se existe relação negativa entre dívida corporativa, agressividade tributária e períodos de mudança na legislação (Lei n.º 11.638, de 2007 e Lei n.º 12.973, de 2014).

Para a realização desta pesquisa, foi desenvolvida uma análise empírica quantitativa que abrange o período de 1998 a 2018. As datas que apontam mudança na legislação societária brasileira foram identificadas a partir de artigos científicos e incluem a Lei n.º 11.638, de 2007 (IFRS), a Lei n.º 11.941, de 2009, e a Lei n.º 12.973, de 2014. As informações foram extraídas por meio do banco de dados da Economatica. Ao todo, foram analisadas 3.391 observações de empresas listadas na B3. Para o teste das hipóteses de pesquisa, foram utilizados dois modelos Tobit.

A justificativa para a realização deste estudo é o fornecimento de evidências que podem contribuir diretamente para a tomada de decisões estratégicas organizacionais, no que tange a dívida corporativa, agressividade fiscal e períodos de mudança na legislação societária. Já os resultados da pesquisa são relevantes para os usuários da informação contábil, pois evidenciam que as empresas da amostra que são agressivas tributariamente tendem a apresentar menores índices de endividamento de curto prazo.



“A pesquisa pretende contribuir para a literatura nacional sobre dívida corporativa, agressividade tributária e períodos de mudança na legislação societária. Os resultados encontrados trazem mais clareza ao mercado sobre o impacto da agressividade tributária e da legislação societária sobre a contratação de dívidas.”

A pesquisa pretende contribuir para a literatura nacional sobre dívida corporativa, agressividade tributária e períodos de mudança na legislação societária. Os resultados encontrados trazem mais clareza ao mercado sobre o impacto da agressividade tributária e da legislação societária sobre a contratação de dívidas. Tais constatações ainda não foram evidenciadas na literatura sobre dados de empresas de um mercado em desenvolvimento.

2 Revisão de Literatura e Desenvolvimento de Hipóteses

2.1 Agressividade Tributária

Taylor, Richardson e Lanis (2015) definem agressividade tributária como o meio de gerir o imposto pago por meio da alocação de resultados positivos ou negativos ao longo do período, tendo como principal interesse a possibilidade de reduzir ou manipular o preço dos produtos. Já Silva (2017) descreve que o planejamento tributário oportuniza a diminuição da renda tributada ao longo dos anos.

Simone, Robinson e Stomberg (2014), em sua pesquisa, mencionam que a adoção das IFRS pode afetar as atividades que aumentam a prática de *tax avoidance*. Políticas

fiscais agressivas podem minimizar a carga tributária, gerando liquidez e fluxo de caixa disponíveis para investidores da dívida de capital (Hasan *et al.*, 2014).

A literatura sobre agressividade fiscal demonstra um papel importante desempenhado pela dívida corporativa, que monitora a gestão na redução dos custos de agência (Grossman; Hart, 1982; Jensen, 1986). Outras pesquisas que contribuíram para o estudo, como a de Friend e Lang (1988), Mehran (1992) e Berger e Mester (1997), conjecturaram a existência de uma relação entre dívida e outros mecanismos de monitoramento gerencial. Entretanto, a natureza dessa relação não é clara; vários estudos apontam que a dívida tem uma relação complementar com outros mecanismos de monitoramento (Friend; Lang, 1988; Mehran, 1992; Berger *et al.*, 1997).

Neste trabalho, para medir a agressividade fiscal, foi utilizada a *Book Tax Difference* (BTD), que representa a diferença entre o lucro contábil e o lucro tributável dividido pelo ativo total (Noga; Schnader, 2013; Silva, 2017). A BTD é considerada uma medida robusta e está associada ao planejamento tributário como ferramenta de medida de agressividade. Além disso, a BTD fornece indícios de possíveis fraudes fis-

cais e outros riscos possíveis, conhecidos ou não pela empresa (Noga; Schnader, 2013).

Estudos no cenário brasileiro apontam o uso frequente da BTD e da *Effective Tax Rate* (ETR) para a medição da agressividade fiscal, pois tais medidas fornecem evidências de acordo com a realidade interna e demonstram a agressividade fiscal no cenário pesquisado (Rezende; Dalmácio; Rathk, 2018). Exemplos citados por Silva (2017) e Ramos e Martinez (2018) apontam a BTD e ETR como ferramentas fundamentais em suas pesquisas, pois os respectivos resultados fornecem evidências robustas de práticas associadas à agressividade fiscal. Com isso, optou-se neste estudo por utilizar somente a BTD como *proxy* de agressividade fiscal.

Silva (2017) aponta, em seus resultados, fatores que se relacionam com a agressividade fiscal, quais sejam: nível de lucratividade, grau de alavancagem e gastos com pesquisas. Já Gupta e Newberry (1997) indicam a estrutura de capital como fator de impacto na carga tributária das empresas. Autores como Dyreng, Hanlon e Maydew (2008) e Blouin *et al.* (2014), em suas pesquisas sobre evasão fiscal, demonstram que as empresas mais agressivas tendem a possuir taxas elevadas de dívidas.

2.2 Dívida Corporativa

Myers (1977) define a dívida corporativa como valores obtidos por empresas que buscam captar recursos para financiar suas atividades e investimentos. Estudos como os de Butler, Fauver e Mortal (2009) apontam que empresas de grande porte preferem dívidas de curto prazo para evitar problemas com risco moral, o que pode resultar na baixa qualidade dos custos de agência, quando influenciado por patrocínios.

A literatura internacional sobre dívida corporativa, conforme Flannery (1986), Diamond (1991), Berger *et al.* (2005) e Bali e Skinner (2006), evidencia a importância do risco de crédito e assimetria na decisão da dívida de empresas corporativas. A medição da dívida corporativa nesta pesquisa segue o estudo de Kubick e Lockhart (2017), que dividiu a dívida de curto prazo pela dívida total para calcular a proporção da dívida de curto prazo e fez o mesmo em relação à dívida de longo prazo, com o intuito de saber qual o percentual do endividamento vencerá no curto prazo e no longo prazo em relação ao total da dívida da empresa.

Martins e Terra (2015) pesquisaram a dívida corporativa em instituições financeiras e encontraram evidências de que as variações, o tempo e os tipos de entidade são fatores determinantes do endividamento. No entan-

to, Maier, Schafer e Gasparetto (2017) demonstram que as entidades brasileiras adequam o valor das transações de bens e serviços entre as subsidiárias localizadas em diferentes países para redução de impostos, em virtude da possibilidade de aproveitamento de maiores incentivos ou benefícios fiscais fora de sua jurisdição.

Com base nesse contexto, espera-se que empresas mais agressivas tributariamente tenham menor desembolso para impostos e, conseqüentemente, mais disponibilidade de recursos, o que torna desnecessário aumentar a dívida corporativa. Dessa forma, a primeira hipótese (H_1) testada é a seguinte:

H_1 : Existe relação negativa entre dívida corporativa e agressividade tributária.

2.3 Legislação Societária

Este capítulo apresenta as IFRS e as Leis n.º 11.941, de 2009, e n.º 12.973, de 2014, como as mudanças que ocorreram na legislação societária, a fim de compor o período pesquisado.

Desde 2005, as empresas de capital aberto utilizam, na elaboração de suas demonstrações contábeis, as IFRS, com o intuito de padronizar e contribuir para uma melhor

visão dentro dos mercados de capitais (Quigley *et al.*, 2007). Já Ball (2006) e Choi e Meek (2005) mencionam, em suas pesquisas, que as IFRS podem facilitar a comparabilidade entre as fronteiras, reduzir a assimetria de informação, diminuir custos de informação e, assim, aumentar a liquidez, competitividade e eficiência dos mercados.

No Brasil, o processo de adoção das IFRS teve início em 2008, com a Lei n.º 11.638, de 2007 (Brasil, 2007), que restringiu a obrigatoriedade somente a sociedades abertas e empresas de grande porte. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio da IN n.º 457, de 2007, definiu que, até o fim de 2010, todas as companhias abertas estariam obrigadas a apresentar as demonstrações contábeis já dentro dos padrões das IFRS, contribuindo, assim, para a adequação das informações contábeis das empresas brasileiras (Brasil, 2007).

O GAAP contábil pode influenciar os números contábeis apresentados pela gestão (Lopes; Martinez, 2006). A adoção do IFRS, por meio da Lei n.º 11.638, de 2007, possibilita às empresas uma maior margem para o gerenciamento de resultados (Rosa; Tiras, 2013). A adoção das IFRS no Brasil fornece indícios da desassociação da contabilidade societária da contabilidade tributária, criando uma neutralidade tributária em meio aos ajustes da contabilidade internacional (Neto; Dias; Píneiro, 2009). Espera-se que, após a adoção do IFRS, a diferença entre o lucro contábil e o lucro fiscal seja ampliada, permitindo que as empresas retenham mais recursos e não demandem novas dívidas. Com base nesse contexto, foi testada a segunda hipótese (H_2):

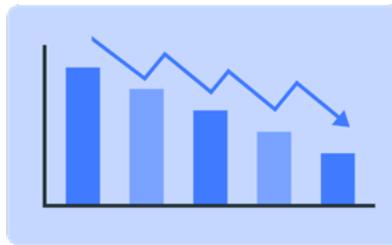
H_2 : Quanto mais agressividade tributária após a adoção da IFRS, menor é a dívida corporativa das empresas.



“Em 2009, após a aprovação da Lei n.º 11.941, foram criados novos critérios para avaliação do ativo e passivo, abordando novos conceitos sobre valor justo (*fair value*) e tratando também a questão da primazia da essência sobre a forma, do valor recuperável (*impairment*) e do valor presente.”

A adoção das IFRS (Lei n.º 11.638, de 2007) induz as empresas analisadas na elaboração de demonstrações financeiras, que devem seguir todas as normas estabelecidas nos pronunciamentos contábeis durante o período de mudança. Tal período compreende a data de início e a data na qual a empresa apresenta informação comparativa completa, de acordo com as IFRS (Brasil, 2007). Assim, todas as empresas listadas na B3 e analisadas nesta pesquisa eram obrigadas a adotar as IFRS. Essas empresas tiveram como início a data de 31 de dezembro de 2010 para publicar suas demonstrações financeiras já dentro das normas. Dessa forma, tais mudanças obrigaram as empresas a se adequarem em relação às normas vigentes. Pesquisas demonstram impactos relevantes que poderiam explicar as diferenças existentes entre o valor de mercado e o valor demonstrado nos relatórios contábeis divulgados pelas empresas (Antunes *et al.*, 2012).

Adicionalmente, a legislação societária brasileira apresentou mudanças significativas introduzidas pelas Leis n.º 11.638, de 2007 (Brasil, 2007), n.º 11.941, de 2009 (Brasil, 2009) e n.º 12.973, de 2014 (Brasil, 2014). As mudanças visam



aproximar a legislação contábil brasileira à legislação contábil internacional (Cabeda, 2015). Tais mudanças trazem maior poder de mensuração e captação da informação contábil, o que contribui para melhor gestão da informação (Brasil, 2014).

Em 2009, após a aprovação da Lei n.º 11.941, foram criados novos critérios para avaliação do ativo e passivo, abordando novos conceitos sobre valor justo (*fair value*) e tratando também a questão da primazia da essência sobre a forma, do valor recuperável (*impairment*) e do valor presente. Nesse período, foi instituído o Regime Tributário de Transição (RTT), que trata dos ajustes tributários decorrentes dos novos critérios e métodos contábeis introduzidos pela lei (Brasil, 2009).

Diante do exposto, com a adoção do IFRS, esperava-se que os profissionais de contabilidade tivessem mais liberdade e que os números contábeis se aproximas-

sem mais da realidade das empresas (Lopes; Martinez, 2006; Rosa; Tiras, 2013). Com isso, os gestores demandariam uma dívida corporativa mais ajustada à sua realidade. Nesse sentido, tem-se a terceira hipótese (H_3) de pesquisa:

H_3 : Após a adoção das IFRS, houve redução da dívida corporativa comparativamente ao período antes da adoção das IFRS.

Já em 2014, com a aprovação da Lei n.º 12.973, novas modificações foram introduzidas, relacionadas aos principais tributos federais. Entre as alterações, destacam-se a revogação do RTT e a menção a temas como divisão de lucros, lucros para pessoa física no exterior, permuta de imóveis, entre outros itens.

Cabeda (2015) estudou a neutralidade tributária apresentada pela Lei n.º 12.973, de 2014 e encontrou evidências de que as mudanças trazidas pela legislação não impactaram economicamente o contribuinte brasileiro, que já aufere uma carga tributária elevada. O autor também percebeu que novas obrigações acessórias foram criadas dentro da esfera contábil, elevando, assim, o grau de confiabilidade das informações repassadas ao Fisco.

Foi criada a Lei n.º 11.941, de 2009 (Regime Tributário de Transição), com o intuito de minimizar os grandes impactos das IFRS, pois percebeu-se um vazio ante os métodos aplicados pela legislação contábil. Cabeda (2015) aponta que a principal mudança trazida pela Lei n.º 12.973, de 2014, foi a instauração da obrigatoriedade da escrituração contábil digital (Sped); além disso, criou-se o Lalur eletrônico (ECF), que, para muitos, seria o começo de uma maior interação entre Fisco, contador e empresários. Com isso, esperava-se que, após a implementação da escrituração contábil digital, o lucro contábil e o fiscal ficassem ainda mais próximos, e os gestores demandariam menos dívida corporativa excessiva, pois teriam mais proximidade entre o valor contábil e real para a tomada de decisão. Com base no contexto explorado, tem-se a quarta hipótese (H_4) de pesquisa:

H_4 : Houve redução da dívida corporativa após a adoção da Lei n.º 12.973, de 2014, comparativamente aos períodos anteriores.

A agressividade tributária neste estudo foi medida pela diferença entre o valor contábil e fiscal, e a adoção da escrituração contábil digital (SPED) e do Lalur eletrônico (ECF) trouxe ainda mais proximidade entre o valor contábil e a realidade das empresas. Esperava-se, assim, uma maior fidedignidade dos números contábeis das empresas em relação às realidades vividas pela gestão. À medida que as empresas aumentam sua agressividade tributária, há uma redução com o gasto tributário, permitindo que a empresa mantenha mais fluxo de recursos e demande menos dívidas, o que pode ocorrer de forma mais intensa após a adoção da Lei n.º 12.973, de 2014. Com base nesse contexto, testou-se a quinta hipótese (H_5):

H_5 : Após a adoção da Lei n.º 12.973, de 2014, quanto maior a agressividade tributária, menor a dívida corporativa, comparativamente aos períodos antes da adoção da Lei n.º 12.973, de 2014.

3. Procedimentos Metodológicos

Para mensurar as hipóteses testadas, foram coletados dados no mercado de ações brasileiro. Ao todo, foram analisadas 3.391 observações de empresas listadas na B3, referentes ao período de 1998 a 2018. A coleta desses dados secundários foi viabilizada por meio do banco de dados da Economatica®. As observações iniciais totalizam o montante de 18.577, referente a 775 empresas pesquisadas no período.

Para testar as hipóteses H_1 , H_2 e H_3 , foi utilizado o modelo Tobit apresentado na Equação 1:

$$DIVICORP_{it} = \beta_0 + \beta_1 AF_{it} + \beta_2 IFRS_t + \beta_3 (AF_{it} * IFRS_t) + \sum \beta_k Controles_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$



Em que $DIVICORP_{it}$ representa a dívida corporativa da empresa i no ano t , AF_{it} representa a agressividade fiscal da empresa i no ano t , e $IFRS_t$ é uma variável *dummy* que indica o período após a adoção das IFRS, conforme apontam Antunes *et al.*, 2012. De acordo com a hipótese H_1 , espera-se que o coeficiente β_1 seja negativo, indicando uma relação negativa entre agressividade tributária e dívida corporativa. Segundo a hipótese H_2 , espera-se que o coeficiente β_3 seja negativo, indicando que a relação negativa entre agressividade tributária e dívida corporativa é maior após a adoção das IFRS. Além disso, de acordo com a H_3 , espera-se que o coeficiente β_2 seja negativo, indicando que houve redução da dívida corporativa após a adoção das IFRS.



“A agressividade tributária neste estudo foi medida pela diferença entre o valor contábil e fiscal, e a adoção da escrituração contábil digital (SPED) e do Lalur eletrônico (ECF) trouxe ainda mais proximidade entre o valor contábil e a realidade das empresas.”

A dívida corporativa foi mensurada conforme o estudo de Kubick e Lockhart (2017). Nele, os autores mediram a dívida de curta proporção utilizando o endividamento como eixo. Especificamente, dividiram-se as dívidas de curto prazo (PC – passivo circulante) pela dívida total (PC + PNLP – passivo circulante mais passivo não circulante), com o intuito de saber qual o percentual do endividamento vencerá no curto prazo, em relação ao total da dívida da empresa, conforme a Equação 2:

$$DIVICORP_{it} = \frac{PC_{it}}{(PC_{it} + PNC_{it})} \quad (2)$$

Para mensurar a agressividade fiscal, AF_{it} , utilizou-se a BTD. Segundo Carvalho, Paulo e Tavares (2014), a BTD é a diferença entre o lucro contábil e o lucro fiscal dividida pelo ativo total, conforme a Equação 3:

$$BTD_{it} = LAIR_{it} - \frac{Provisao\ IRPJ\ CSLL_{it}}{0,34} \quad (3)$$

Em que LAIR é o lucro antes do IRPJ e CSLL, Provisão para IRPJ/CSLL é o lucro a partir das apurações, 0,34 é o percentual de tributação dos impostos.

A fim de evitar distorções, a BTD foi dividida pelo ativo total após o cálculo. Para analisar a BTD, de acordo com Martinez e Dalfior (2016), deve-se observar que de modo geral, quando o lucro contábil é maior que o lucro tributável, a BTD é positiva. Consequentemente, quando ocorre o inverso, a BTD é negativa.

Para testar a H_4 e H_5 , foi utilizado o modelo Tobit apresentado pela Equação 4:

$$DIVICORP_{it} = \alpha_0 + \alpha_1 AF_{it} + \alpha_2 LS_{it} + \alpha_3 (AF_{it} * LS_{it}) + \sum \alpha_k Controles_{it} + v_{it} \quad (4)$$

Em que LS é uma variável *dummy*, que assume o valor de 1 para o período de introdução da Lei n.º 12.973, de 2014, e 0 para os demais casos. De acordo com a H_4 , espera-se que o coeficiente α_2 seja negativo, indicando que houve redução da dívida corporativa após a introdução da Lei n.º 12.973, de 2014. E, de acordo com a hipótese H_5 , espera-se que o coeficiente α_3 seja negativo, indicando que a relação negativa entre a agressividade tributária e a dívida corporativa é maior após a introdução da Lei n.º 12.973, de 2014.

Tanto para o modelo apresentado na Equação 1 quanto para o modelo apresentado na Equação 4, utilizaram-se as mesmas variáveis de controle, conforme a literatura. Como variável de controle, incluiu-se o gerenciamento de resultados (GR), mensurado pelo valor absoluto do resíduo do Modelo de Jones Modificado (Dechow *et al.*, 1995), para controlar a relação negativa entre informações privadas valiosas e a dívida de curto prazo (Flannery, 1986; Diamond, 1991; Diamond, 1993; Johnson, 2003)

Dado que o risco de liquidez tende a ter um efeito negativo sobre a dívida de curto prazo (Johnson, 2003), também se utilizou a alavancagem (ALAV) como controle, medida pela razão da dívida de longo prazo pelo ativo total, conforme preceitua Gupta e Newberry (1997).

De acordo com a literatura, empresas com melhor desempenho financeiro tendem a ter mais acesso a financiamentos e utilizam principalmente a dívida de curto prazo para necessidades financeiras temporárias (Benlemlih; Cai, 2020). Portanto, utilizou-se o desempenho financeiro (ROA) como controle, mensurado pela razão entre o lucro operacional e o ativo total do ano anterior, conforme asseveram Ramalho e Martinez (2014).

Espera-se que empresas maiores tenham maior controle sobre a vida de curto prazo, por isso o tamanho (TAM) também é utilizado para controle, mensurado por meio do logaritmo natural do ativo total (Stickney; Mcgee, 1982).

Devido à crise financeira, países em desenvolvimento, que possuem mercados de crédito não totalmente desenvolvidos, são mais vulneráveis a restrições de crédito (Damasceno, 2019). Logo, incluiu-se como controle a variável CRISE, que assume o valor de 1 se o ano for maior do que 2013, e 0 para os demais casos, visto que, a partir de 2013, o Brasil começou a sofrer com uma desaceleração do crescimento econômico.

Notícias ruins, como prejuízo, tendem a aumentar o custo de capital, reduzindo o incentivo para a tomada de dívida (Dechow *et al.*, 2020). Por isso, como controle, a variável PREJU também foi incluída e assumiu o valor de 1 para o período de prejuízo e 0 para os demais casos.

Empresas com mais ativos imobilizados podem ser usadas como colateral para obter financiamento de longo prazo. Isso pode tornar o financiamento de longo prazo mais acessível e atraente para a empresa (Liang; Lütkebohmert; Wei, 2015), gerando uma menor dívida de curto prazo. E, por isso, incluiu-se para controle a variável IMOB, medida pela razão entre o imobilizado e o ativo total.

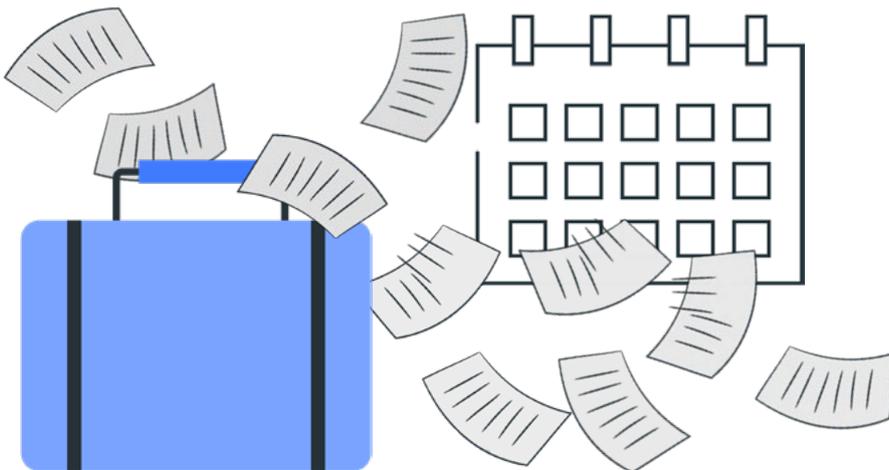
4. Análise dos Resultados

Os dados apresentados integram o período de 1998 a 2018, uma vez que o período anterior a 1998 tinha alta inflação. As análises comparativas nas Tabelas 2 e 3 mostram os resultados de 1998 a 2008 e, depois, mostram o período de 2009 a 2018, analisados sepa-

Tabela 1 – Estatística descritiva das variáveis envolvidas no estudo

Variáveis	N	Média	Desvio-Padrão	Mínimo	P25	Mediana	P75	Máximo
DIVCORP	3.391	0,49	0,21	0,14	0,33	0,46	0,65	0,94
AF	3.391	0,01	0,03	-0,08	0,00	0,01	0,03	0,12
IFRS	3.391	0,47	0,49	0	0	0	1	1
AF*IFRS	3.391	0,00	0,02	-0,08	0	0	0,01	0,12
LS	3.391	0,24	0,43	0	0	0	0	1
AF*LS	3.391	0,00	0,02	-0,08	0	0	0	0,12
GR	3.391	0,37	0,26	-0,08	0,15	0,38	0,57	0,90
ALAV	3.391	0,34	0,20	0,01	0,18	0,33	0,47	0,90
ROA	3.391	0,11	0,07	0,01	0,06	0,10	0,15	0,34
TAM	3.391	14,58	1,72	10,85	13,48	14,71	15,82	17,80
CRISE	3.391	0,53	0,46	0	0	0	1	1
PREJU	3.391	0,12	0,33	0	0	0	0	1
IMOB	3.391	0,34	0,25	0	0,12	0,33	0,52	0,90

Fonte: tabela elaborada pelos autores com base nos dados de pesquisa.



radamente no teste de média. Essa análise separada ocorreu, pois, no período de 1998 a 2008, utilizava-se a contabilidade pelo BRGAAP e, no período de 2009 a 2018, houve a adoção das IFRS (Leis n.º 11.638, de 2007, n.º 11.941, de 2009, e n.º 12.973, de 2014). Os dados apresentados na Tabela 1 receberam um tratamento estatístico de winsorização para diminuir o efeito de *outliers*. Em cada extremidade da amostra, foi adotado o percentual de 2,5%. Na Tabela 1, é evidenciada a estatística descritiva do período antes e após a introdução da legislação societária.

De acordo com a média da variável DIVCORP, de 0,49, podemos afirmar que 49% da dívida total é composta por dívida de curto prazo, em média, considerando as em-

presas da amostra analisada, com um desvio-padrão de 21% em torno dessa média. A Agressividade Fiscal (AF), mensurada por meio da razão entre a BTd e o ativo total, apresentou média de 0,01, indicando que as empresas contidas na amostra tendem a ser mais agressivas tributariamente. As médias das variáveis explicativas IFRS e LS (variáveis *dummy*) indicam que 47% da amostra se encontra após a adoção do IFRS e 24% da amostra se encontra após a introdução da Lei n.º 12.973, de 2014, respectivamente. A média da variável de controle CRISE (*dummy*) indica que 53% das observações são referentes ao período durante e após crise. A variável de controle GR, gerenciamento de resultado, apresentou média positiva de 0,37 unidade de gerenciamento.

“Empresas com mais ativos imobilizados podem ser usadas como colateral para obter financiamento de longo prazo. Isso pode tornar o financiamento de longo prazo mais acessível e atraente para a empresa (Liang; Lütkebohmert; Wei, 2015), gerando uma menor dívida de curto prazo.”

A variável de controle PREJU apresentou média de 0,12, indicando que 12% das observações da amostra apresentam prejuízo contábil. A variável de controle IMOB, definida pela razão entre o imobilizado e o ativo total, apresentou média de 0,34. A Tabela 2 apresenta os testes de diferença de médias para as variáveis consideradas na pesquisa, entre os períodos antes e após a mudança na legislação societária e a adoção do IFRS.

De acordo com os resultados da Tabela 2, apenas a variável PREJU não possui média com diferença estatisticamente significativa entre os dois períodos. A dívida corporativa (DIVCORP), o gerenciamento de resultados (GR), o retorno sobre o ativo (ROA) e o imobilizado (IMOB) reduziram, em média, após a adoção das IFRS. Já a agressividade fiscal (AF), a alavancagem financeira (ALAV) e o tamanho das empresas (TAM) aumentaram, em média, após a adoção das IFRS. Vale a pena mencionar que a análise foi feita de forma isolada, com o intuito de verificar a mudança no nível médio de cada variável nos dois períodos considerados, e os modelos de regressão propostos tendem a capturar melhor o efeito de alterações da legislação no nível da dívida corporativa.

Tabela 2 - Teste de diferença de médias antes e após IFRS

Esta tabela apresenta o teste de diferença de médias das variáveis nos períodos de mudança na legislação societária, antes e após adoção as IFRS. As variáveis foram winsorizadas a 2,5%.

Variável	1998-2009(A)		2010-2018 (B)		Dif. de Médias	
	Média	SD	Média	SD	Dif. B-A	P-valor
DIVCORP	0,5434	0,2117	0,4435	0,2008	- 0,09990	0,00
AF	0,0167	0,0412	0,0190	0,0373	0,00230	0,03
GR	0,4701	0,2376	0,2782	0,2546	- 0,19190	0,00
ALAV	0,3141	0,2058	0,3760	0,2041	0,06190	0,00
ROA	0,1246	0,0780	0,1043	0,0690	- 0,02030	0,00
TAM	14,1627	1,7043	15,0370	1,6247	0,87430	0,01
CRISE	0,1067	0,3088	1,0000	0,0000	0,89330	0,00
PREJU	0,1304	0,3368	0,1185	0,3233	- 0,01190	0,11
IMOB	0,4331	0,2254	0,2550	0,2573	- 0,17810	0,00

Fonte: tabela elaborada pelos autores.



Na Tabela 3, os resultados mostram que apenas as variáveis DIVCORP e TAM não apresentaram média com diferença estatisticamente significativa entre os dois períodos. Isso indica que não há diferença entre a dívida corporativa média e o tamanho médio das empresas após a Lei n.º 12.973, de 2014. Além disso, os resultados indicam que a agressividade fiscal (AF), o gerenciamento de resultados (GR), a alavancagem financeira (ALAV), o retorno sobre o ativo (ROA), o tamanho das empresas (TAM) e o imobilizado (IMOB) reduziram após a Lei n.º 12.973, de 2014, em média. Já o percentual de empresas que apresentaram prejuízo contábil (PREJU) aumentou após a Lei n.º 12.973, de 2014. Vale a pena mencionar que a análise foi feita de forma isolada, com o intuito de verificar a mudança no nível médio de cada variável nos dois períodos considerados, e os modelos de regressão propostos tendem a capturar melhor o efeito de alterações da legislação no nível da dívida corporativa.

A Tabela 4 apresenta os resultados do modelo Tobit apresentado na Equação 1. O coeficiente estimado da variável AF foi negativo e estatisticamente significativo, indicando que, quanto mais agressiva tributariamente é uma empresa, menor é sua dívida corporativa, em média. Isso corrobora com a H_1 desta pesquisa e está de acordo com as evidências de Kubick e Lockhart (2017).

No entanto, o coeficiente da interação AF*IFRS não foi estatisticamente significativo, indicando que a relação negativa entre a agressividade tributária e a dívida corporativa não se intensificou após a adoção das IFRS, contrariando a H_2 desta pesquisa. A H_2 esperava que a relação entre a agressividade tributária e a dívida corporativa seria intensificada após a adoção das IFRS. Portanto, não podemos afirmar que existe algum efeito da agressividade fiscal

Tabela 3 - Teste de diferença de médias antes e após a Lei n.º 12.973, de 2014

Esta tabela apresenta o teste de diferença de médias das variáveis nos períodos de mudança na legislação societária, antes e após introdução da Lei n.º 12.973, de 2014. As variáveis foram winsorizadas a 2,5%.

Variável	2010-2013(A)		2014-2018 (B)		Dif. de Médias	
	Média	SD	Média	SD	Dif B-A	P-valor
DIVCORP	0,4368	0,0068	0,4486	0,0074	0,01182	0,12
AF	0,0209	0,0012	0,0168	0,0013	-0,0014	0,03
GR	0,3098	0,0095	0,2447	0,0086	-0,06507	0,00
ALAV	0,3871	0,0073	0,3647	0,0072	-0,02244	0,02
ROA	0,1158	0,0026	0,0922	0,0022	-0,02359	0,00
TAM	13,68	1,5267	13,51	1,6985	-0,17451	0,24
CRISE	1	0	1	0	0	0,00
PREJU	0,0981	0,0107	0,1434	0,126	0,04521	0,00
IMOB	0,2805	0,0096	0,2296	0,0087	-0,05081	0,00

Fonte: tabela elaborada pelos autores.

Tabela 4 - Análise de regressão das variáveis envolvidas no estudo

Esta tabela apresenta os resultados do modelo Tobit, conforme a Equação 1, e compreende o período de 1998 a 2018. Ela evidencia os impactos causados pelas IFRS nos percentuais da variável explicada dívida corporativa (DIVCORP) e nas variáveis explicativas AF, IFRS e AF*IFRS. A variável dependente DIVCORP é mensurada pela divisão da dívida de curto prazo pela dívida total, que engloba tanto a dívida de curto prazo quanto a de longo prazo. A AF é uma variável independente, mensurada pela BTB. A variável IFRS também é independente e assume o valor de 1 para o período de adoção das IFRS e 0 para os demais casos. As variáveis de controle incluem GR, que mensura o gerenciamento de resultados pelo modelo de Jones Modificado em valores absolutos; ALAV (alavancagem financeira); ROA (retorno sobre o ativo); TAM (tamanho da empresa); PREJU (0 - ROA > 0; 1 - ROA < 0), que indica se a empresa apresentou prejuízo contábil; e IMOB (grau de imobilização). As variáveis contínuas foram winsorizadas a 2,5% para evitar possíveis efeitos de outliers.

DIVCORP	Coef.	Z	P> z
AF	-0,2694	-4,46	0,00
IFRS	-0,0242	-1,73	0,08
AF*IFRS	-0,0358	-0,41	0,68
GR	-0,0674	-5,25	0,00
ALAV	-0,6090	-48,55	0,00
ROA	0,4505	16,14	0,00
TAM	-0,0098	-3,33	0,00
CRISE	0,0148	3,08	0,00
PREJU	0,0253	4,37	0,00
IMOB	0,0696	4,69	0,00
Constante	0,8113	20,07	0,00
Sigma_u	0,1136	24,48	0,00
Sigma_e	0,0815	76,52	0,00
Observações 3.391	Log likelihood 3153,86		R2 0,5704

Fonte: tabela elaborada pelos autores com base nos dados de pesquisa.

no nível de dívida corporativa decorrente da adoção da IFRS.

Os resultados encontrados satisfazem a H_3 , uma vez que o coeficiente da variável IFRS foi estatisticamente significativo e negativo, indicando que a dívida corporativa é menor, em média, após a adoção das IFRS. Esse resultado corrobora

com os achados de Horton e Serafeim (2010), que estudaram os impactos das IFRS sobre a dívida corporativa e, assim, constataram a diminuição da assimetria da dívida corporativa e a melhora da qualidade da informação contábil nos relatórios financeiros após as empresas adotarem as IFRS.

“A Tabela 4 apresenta os resultados do modelo Tobit apresentado na Equação 1. O coeficiente estimado da variável AF foi negativo e estatisticamente significativo, indicando que, quanto mais agressiva tributariamente é uma empresa, menor é sua dívida corporativa, em média. Isso corrobora com a H1 desta pesquisa e está de acordo com as evidências de Kubick e Lockhart (2017).”

A Tabela 5 apresenta os resultados do modelo Tobit, conforme a Equação 4. O coeficiente estimado da variável LS foi estatisticamente significativo e positivo, indicando que a dívida corporativa aumentou, em média, após a Lei n.º 12.973, de 2014. Isso sugere que as mudanças introduzidas por meio da legislação elevaram o nível de endividamento de curto prazo das empresas em relação ao período anterior. Essa constatação vai contra a H₄ desta pesquisa, que esperava uma redução da dívida corporativa após a Lei n.º 12.973, de 2014. Adicionalmente, a H₅ também não foi satisfeita, pois o coeficiente estimado da variável de interação AF*LS não foi estatisticamente significativo. Isso implica que não podemos afirmar que a relação entre o nível de agressividade tributária e a dívida corporativa das empresas se altera após a introdução da Lei n.º 12.973, de 2014.

Com relação às variáveis de controle, os resultados apresentados nas Tabelas 4 e 5 indicam que o gerenciamento de resultados (GR) possui uma relação negativa com a dívida corporativa (DIVCORP). No entanto, essa relação se torna estatisticamente insignificante no modelo estimado pela Equação 4. Este resultado está de acordo com

Tabela 5 - Análise de regressão das variáveis envolvidas no estudo

Esta tabela apresenta os resultados no modelo Tobit apresentado na Equação 4 e compreende o período de 2010 a 2018. Evidencia os impactos causados pela introdução da Lei n.º 12.973, de 2014, nos percentuais da variável explicada dívida corporativa e variáveis explicativas agressividade fiscal, LS e AF*LS. A DIVCORP é a variável dependente (mensurada pela divisão da dívida de curto prazo pela dívida total, curto e longo prazo). A agressividade fiscal, variável independente, foi mensurada pela BT. A LS também é uma variável independente, assume o valor de 1 para introdução às Leis n.º 11.941, de 2009, e n.º 12.973, de 2014 e 0 para os demais casos. As variáveis de controle são GR (mensura o gerenciamento de resultados pelo modelo de Jones Modificado em valores absolutos); ALAV (alavancagem), ROA (retorno sobre o ativo), TAM (tamanho da empresa), PREJU (0 - ROA > 0; 1 - ROA < 0) e IMOB (grau de imobilização). As variáveis contínuas foram winsorizadas a 2,5%.

DIVCORP	Coef.	Z	P> z
AF	-0,1926	-1,95	0,05
LS	0,0435	5,14	0,00
AF*LS	-0,0875	-0,80	0,42
GR	-0,0208	-1,05	0,29
ALAV	-0,5791	-31,04	0,00
ROA	0,4086	9,04	0,00
TAM	-0,0120	-2,93	0,00
CRISE	0,0220	2,81	0,00
PREJU	0,0205	2,54	0,00
IMOB	0,0948	3,69	0,01
Constante	0,8113	20,07	0,00
Sigma_u	0,1217	20,81	0,00
Sigma_e	0,0714	50,84	0,00
Observações 1.620	Log likelihood 1588,64		R2 0,3727

Fonte: tabela elaborada pelos autores com base nos dados de pesquisa.

a literatura, que sugere que, quanto mais informações privadas a empresa retém, menor é a sua dívida, provavelmente como uma consequência de um maior custo da dívida (Flannery, 1986; Diamond, 1991, 1993; Johnson, 2003).



Em ambos os modelos, os resultados indicam uma relação negativa entre a alavancagem e o tamanho da empresa com a dívida corporativa de curto prazo. Isso corrobora com a literatura, que sugere que um maior risco de liquidez, medido pela alavancagem, tende a ter um efeito negativo sobre a dívida de curto prazo (Johnson, 2003). Além disso, as empresas maiores têm maior controle sobre a dívida de curto prazo (Stickney; Mcgee, 1982). Dessa forma, apesar da elevada carga tributária, as empresas brasileiras conseguem captar recursos de terceiros e utilizá-los dentro de um curto período. Essas evidências corroboram com os resultados evidenciados por Martinez e Silva (2017) ao estudarem a agressividade fiscal e o custo de capital de terceiros. Além disso, encontrou-se uma relação positiva entre a dívida corporativa e o ROA. Esses resultados estão em acordo com a literatura anterior, que aponta para uma maior dívida corporativa de curto prazo em empresas com maior desempenho financeiro (Benlemlih; Cai, 2020).

As variáveis CRISE, PREJU e IMOB apresentaram uma relação positiva com a dívida corporativa, indicando que, no período de crise (após 2013), empresas com prejuízo e com mais imobilizado apresentam maior dívida corporativa de curto prazo. Esses resultados vão contra a literatura (Damasceno, 2019; Dechow *et al.*, 2020; Liang; Lütkebohmert; Wei, 2015), que sugerem o oposto.

5. Conclusões

Esta pesquisa teve como objetivo identificar se existe relação negativa entre dívida corporativa e agressividade tributária, e se os períodos de mudança na legislação societária (IFRS e Lei n.º 12.973, de 2014) intensificaram essa relação.

Os resultados encontrados apontam que empresas com planejamento tributário mais agressivo possuem menor dívida corporativa de curto prazo, o que sugere que o menor desembolso para impostos faz com que as empresas necessitem de contrair menos dívida de curto prazo. Além disso, os resultados apontam que a dívida corporativa reduziu após a adoção das IFRS. No entanto, o efeito negativo da agressividade tributária na dívida corporativa não se intensificou após a adoção das IFRS, como esperado. Isso sugere que ou a redução entre o lucro contábil e o lucro fiscal não foi significativa a ponto de intensificar a relação entre a agressividade tributária e a dívida corporativa, ou os recursos retidos pela redução na diferença entre o lucro contábil e o lucro fiscal foram investidos de outras formas.

Além das IFRS, utilizou-se a Lei n.º 12.973, de 2014 como período de mudança na legislação societária. Ao contrário da adoção das IFRS, as melhorias inseridas pela Lei n.º 12.973, de 2014 elevaram o nível de endividamento de curto prazo das empresas em relação ao período anterior. Além disso, o efeito negativo da agressividade tributária sobre a dívida corporativa não mudou após a Lei n.º 12.973, de 2014.

Portanto, os resultados desta pesquisa trazem indícios de que um planejamento tributário mais agressivo pode trazer benefícios por meio da redução da dívida de curto prazo, mas que as mudanças na legislação tributária não aprimoraram esse benefício.

Esta pesquisa possui limitações nos modelos utilizados, uma vez que as variáveis dívida corporativa, agressividade fiscal e gerenciamento de resultado devem ser levadas em consideração, conforme mencionado pelos próprios autores, e podem ser aprimoradas em outros estudos. Para pesquisas futuras, re-

comenda-se a inclusão de outras variáveis de controle, como juros e remuneração de CEO, a fim de comparar os resultados encontrados e identificar a relação entre elas. Adicionalmente, sugere-se fazer um comparativo entre diversos países.



Referências

ANTUNES, Maria Thereza Pompa *et al.* A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. *Revista de Economia e Relações Internacionais*, v. 10, n. 20, p. 5-19, 2012.

BALI, Geetanjali; SKINNER, Frank S. The original maturity of corporate bonds: The influence of credit rating, asset maturity, security, and macroeconomic conditions. *Financial Review*, v. 41, n. 2, p. 187-203, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1540-6288.2006.00138.x>.

BALL, Ray. International Financial Reporting Standards (IFRS): pros and cons for investors. *Accounting and Business Research*, v. 36, n. sup1, p. 5-27, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1080/00014788.2006.9730040>.

BENLEMLIH, Mohammed; CAI, Li. Corporate environmental performance and financing decisions. *Business Ethics: A European Review*, v. 29, n. 2, p. 248-265, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1111/beer.12257>.

BERGER, Allen N.; MESTER, Loretta J. Inside the black box: What explains differences in the efficiencies of financial institutions? *Journal of Banking & Finance*, v. 21, n. 7, p. 895-947, 1997. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0378-4266\(97\)00010-1](https://doi.org/10.1016/S0378-4266(97)00010-1).

BERGER, Allen N. *et al.* Debt maturity, risk, and asymmetric information. *The Journal of Finance*, v. 60, n. 6, p. 2895-2923, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1540-6261.2005.00820.x>.

BLOUIN, Jennifer *et al.* Thin capitalization rules and multinational firm capital structure. *International Monetary Fund*, 2014.

BRASIL. Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. *Diário Oficial da União*, Brasília/DF, Seção 1, p. 198, 28 dez. 2007.

BRASIL. Lei n.º 12.973, de 13 de maio de 2014. Altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins; revoga o Regime Tributário de Transição – RTT, instituído pela Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009; dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília/DF, Seção 1, p. 1, 14 maio 2014.

BUTLER, Alexander W.; FAUVER, Larry; MORTAL, Sandra. Corruption, political connections, and municipal finance. *The Review of Financial Studies*, v. 22, n. 7, p. 2873-2905, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1093/rfs/hhp010>.

CABEDA, Diogo. *Análise da neutralidade tributária da Lei n.º 12.973/14* (Regime Tributário Definitivo) no âmbito dos pronunciamentos do CPC. 2015.

CARVALHO, Valdemir Galvão de; PAULO, Edilson; TAVARES, Adilson de Lima. Gerenciamento tributário: proxies utilizadas pelas pesquisas no período 2000 a 2012. *Registro Contábil*, v. 5, n. 3, p. 1-19, 2014.

CHOI, Frederick. D.; MEEK, Gary K. *Akuntansi Internasional*. Jakarta: Salemba Empat, 2005.

DAMASCENO, Felipe Storch. Essays on information disclosure: impairment theory, trade credit and voluntary disclosure behavior. 2019. 111 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis e Administração) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), Vitória, 2019.

DECHOW, P.; SLOAN, R.; SWEENEY, A. Detecting Earnings Management. *The Accounting Review*, v. 70, p. 193-225, 1995.

DECHOW, Patricia; RICHARDSON, Scott A.; TUNA, A. Are benchmark beaters doing anything wrong? Available at SSRN 222552, 2000.

DIAMOND, Douglas W. Monitoring and reputation: The choice between bank loans and directly placed debt. *Journal of Political Economy*, v. 99, n. 4, p. 689-721, 1991. DOI: <https://doi.org/10.1086/261775>.

DIAMOND, Douglas W. Seniority and Maturity of Debt Contracts. *Journal of Financial Economics*, v. 33, n. 3, p. 341-368, 1993. DOI: [https://doi.org/10.1016/0304-405X\(93\)90011-Y](https://doi.org/10.1016/0304-405X(93)90011-Y).

DOS SANTOS, José Luiz; SCHMIDT, Paulo. Estudo sobre o tratamento contábil e fiscal do Ajuste a Valor Justo da propriedade para investimento avaliada pelo Método do Valor Justo sob a ótica dos pronunciamentos técnicos CPC 46 e 32 com o advento da Lei n.º 12.973/2014. *Revista Brasileira de Contabilidade*, n. 217, p. 58-71, 2016.

DYRENG, Scott D.; HANLON, Michelle; MAYDEW, Edward L. Long-run corporate tax avoidance. *The Accounting Review*, v. 83, n. 1, p. 61-82, 2008. DOI: <https://doi.org/10.2308/accr.2008.83.1.61>.

FLANNERY, Mark J. Asymmetric information and risky debt maturity choice. *The Journal of Finance*, v. 41, n. 1, p. 19-37, 1986. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1540-6261.1986.tb04489.x>.

FRIEND, Irwin; LANG, Larry H.P. An empirical test of the impact of managerial self-interest on corporate capital structure. *The Journal of Finance*, v. 43, n. 2, p. 271-281, 1988. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1540-6261.1988.tb03938.x>.

GROSSMAN, Sanford J.; HART, Oliver D. Corporate financial structure and managerial incentives. In: *The Economics of Information and Uncertainty*. Chicago: University of Chicago Press, 1982. p. 107-140.

GUPTA, Sanjay; NEWBERRY, Kaye. Determinants of the variability in corporate effective tax rates: Evidence from longitudinal data. *Journal of Accounting and Public Policy*, v. 16, n. 1, p. 1-34, 1997. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0278-4254\(96\)00055-5](https://doi.org/10.1016/S0278-4254(96)00055-5).

HASAN, Iftekhar *et al.* Beauty is in the eye of the beholder: The effect of corporate tax avoidance on the cost of bank loans. *Journal of Financial Economics*, v. 113, n. 1, p. 109-130, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jfineco.2014.03.004>.

HORTON, Joanne; SERAFEIM, George. Market reaction to and valuation of IFRS reconciliation adjustments: first evidence from the UK. *Review of Accounting Studies*, v. 15, p. 725-751, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11142-009-9108-5>.

JENSEN, Michael C. Agency costs of free cash flow, corporate finance, and takeovers. *The American Economic Review*, v. 76, n. 2, p. 323-329, 1986. DOI: [https://doi.org/10.1016/0304-405X\(76\)90026-X](https://doi.org/10.1016/0304-405X(76)90026-X).

JOHNSON, Shane A. Debt Maturity and the Effects of Growth Opportunities and Liquidity Risk on Leverage. *The Review of Financial Studies*, v. 16, n. 1, p. 209-236, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1093/rfs/16.1.0209>.

KUBICK, Thomas R.; LOCKHART, G. Brandon. Corporate tax aggressiveness and the maturity structure of debt. *Advances in Accounting*, v. 36, p. 50-57, 2017. <https://doi.org/10.1016/j.adiac.2016.10.001>

LIANG, Gechun; LÜTKEBOHMERT, Eva; WEI, Wei. Funding liquidity, debt tenor structure, and creditor's belief: an exogenous dynamic debt run model. *Mathematics and Financial Economics*, v. 9, p. 271-302, 2015.

LOPES, Alexandro Broedel; MARTINS, Eliseu. *Teoria da contabilidade: uma nova abordagem*. São Paulo: Atlas, 2006.

MAIER, Stefânia Maria; SCHÄFER, Joice Denise; GASPARETTO, Valdirene. CPC 22: um estudo sobre a divulgação de informações de preço de transferência em empresas da BM&FBOVESPA. *Pensar Contábil*, v. 19, n. 68, 2017.

MARTINEZ, Antonio Lopo; DA SILVA, Renan Ferreira. Agressividade fiscal e o custo de capital de terceiros no Brasil. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, v. 7, n. 1, p. 240-251, 2017. <https://doi.org/10.18028/2238-5320/rgfc.v7n1p240-251>

MARTINEZ, Antonio Lopo; DALFIOR, Marcelo Domingos. Agressividade fiscal entre companhias controladoras e controladas. *Revista da Receita Federal: estudos tributários e aduaneiros*, v. 2, n. 1, p. 344-362, 2016.

MARTINS, Henrique Castro; TERRA, Paulo Renato Soares. Maturidade do endividamento, desenvolvimento financeiro e instituições legais: análise multinível em empresas latino-americanas. *Revista de Administração (São Paulo)*, v. 50, p. 381-394, 2015. <https://doi.org/10.5700/rausp1207>

MEHRAN, Hamid. Executive compensation structure, ownership, and firm performance. *Journal of financial economics*, v. 38, n. 2, p. 163-184, 1995. [https://doi.org/10.1016/0304-405X\(94\)00809-F](https://doi.org/10.1016/0304-405X(94)00809-F)

MYERS, Stewart C. Determinants of corporate borrowing. *Journal of financial economics*, v. 5, n. 2, p. 147-175, 1977. [https://doi.org/10.1016/0304-405X\(77\)90015-0](https://doi.org/10.1016/0304-405X(77)90015-0)

NETO, João Estevão Barbosa; DE OLIVEIRA DIAS, Warley; PINHEIRO, Laura Edith Taboada. Impacto da convergência para as IFRS na análise financeira: um estudo em empresas brasileiras de capital aberto. *Contabilidade Vista & Revista*, v. 20, n. 4, p. 131-153, 2009.

NOGA, Tracy J.; SCHNADER, Anne L. Book-tax differences as an indicator of financial distress. *Accounting Horizons*, v. 27, n. 3, p. 469-489, 2013. <https://doi.org/10.2308/acch-50481>

QUIGLEY, Narda R. et al. A multilevel investigation of the motivational mechanisms underlying knowledge sharing and performance. *Organization science*, v. 18, n. 1, p. 71-88, 2007. <https://doi.org/10.1287/orsc.1060.0223>

RAMALHO, Giliard Creton; MARTINEZ, Antonio Lopo. Empresas Familiares Brasileiras e a Agressividade Fiscal. *Anais... Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*, São Paulo, SP, Brasil. 2014.

RAMOS, Marcia Corrêa; MARTINEZ, Antonio Lopo. Agressividade tributária e o refazimento das demonstrações financeiras nas empresas brasileiras listadas na B3. *Pensar Contábil*, v. 20, n. 72, 2018.

REZENDE, Amaury José; DALMÁCIO, Flávia Zóboli; RATHKE, Alex Augusto Timm. Avaliação do impacto dos incentivos fiscais sobre os retornos e as políticas de investimento e financiamento das empresas. *Revista Universo Contábil*, v. 14, n. 4, p. 28-49, 2019.

ROSA, Regina Cavalier; TIRAS, Samuel L. Adoção do IFRS no Brasil: um terreno fértil para pesquisa sobre gerenciamento de resultados. *BBR-Brazilian Business Review*, v. 10, n. 4, p. 141-156, 2013. <http://dx.doi.org/10.15728/bbr.2013.10.4.6>

SILVA, José Marcos da. *A influência do ciclo de vida organizacional sobre o nível de planejamento tributário*. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SIMONE, Lisa; ROBINSON, John R.; STOMBERG, Bridget. Distilling the reserve for uncertain tax positions: The revealing case of black liquor. *Review of Accounting Studies*, v. 19, p. 456-472, 2014.

STICKNEY, Clyde P.; MCGEE, Victor E. Effective corporate tax rates the effect of size, capital intensity, leverage, and other factors. *Journal of accounting and public policy*, v. 1, n. 2, p. 125-152, 1982. [https://doi.org/10.1016/S0278-4254\(82\)80004-5](https://doi.org/10.1016/S0278-4254(82)80004-5)

TAYLOR, Grantley; RICHARDSON, Grant; LANIS, Roman. Multinationality, tax havens, intangible assets, and transfer pricing aggressiveness: An empirical analysis. *Journal of International Accounting Research*, v. 14, n. 1, p. 25-57, 2015. <https://doi.org/10.2308/jiar-51019>

WU, Joanna Shuang; ZHANG, Ivy Xiyang. The adoption of internationally recognized accounting standards: Implications for the credit markets. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, v. 29, n. 2, p. 95-128, 2014. <https://doi.org/10.1177/0148558X14524420>





Pegada Hídrica e Valor Adicionado: análise no setor agropecuário brasileiro

Este artigo tem como objetivo analisar externalidades ambientais da atividade econômica, no setor agropecuário brasileiro, por meio da pegada hídrica e do valor adicionado, sob a ótica da Economia Ecológica. Neste estudo, de abordagem predominantemente qualitativa, realizou-se uma pesquisa documental, com dados secundários, referentes ao período de 2013 a 2017, sendo este o período total disponível pela plataforma do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), das cinco regiões brasileiras, além de uma visão macro. Com base nos achados, conclui-se que é necessário aumentar a eficiência no uso da água e estimular produtos com maior valor agregado, de tal forma que a relação valor adicionado e pegada hídrica seja a mais eficiente possível. A análise pelo índice de valor adicionado por pegada hídrica possibilita melhor auxílio nas tomadas de decisões, de forma a alcançar a sustentabilidade do ecossistema e da economia, em comparação com os resultados individuais de cada abordagem. Por fim, as interações entre os sistemas econômicos e ecológicos da água abordados possibilitam uma melhor compreensão e gestão desse recurso natural, ao auxiliar na implementação de políticas públicas mais assertivas e fidedignas.

Alessandra Rodrigues Machado de Araujo

Pós-doutoranda em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduada em Ciências Contábeis pela UFSC, com mestrado e doutorado em Contabilidade pela mesma instituição. Realizou estágio doutoral na Universidade de Lisboa. Tem experiência na área de Gestão de Riscos e Recuperação Judicial e Falência, atuando em pesquisas relacionadas, principalmente, aos seguintes temas: gestão dos recursos hídricos, desenvolvimento sustentável, pegada hídrica, economia ecológica. *E-mail:* alermdearaujo@hotmail.com

Hans Michael van Bellen

Professor titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), vinculado ao Departamento de Engenharia do Conhecimento do Centro Tecnológico. Graduado em Engenharia Mecânica pela UFSC, com mestrado em Administração pela mesma instituição e doutorado em Engenharia, na modalidade sanduíche, pela UFSC e pela Universidade de Dortmund na Alemanha. Realizou pós-doutorado na Universidade de Berkeley, Califórnia, nos Estados Unidos. Atua como docente e pesquisador nos programas de pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento e Contabilidade. Tem experiência na área de Gestão e Planejamento Estratégico. *E-mail:* hans.michael@ufsc.br

1 Introdução

O setor agropecuário possui um papel relevante na economia brasileira. De um país importador, na década de 1970, tornou-se, em pouco tempo, um dos maiores produtores mundiais de alimentos (Embrapa, 2018). Assim, as atividades produtivas do setor agropecuário brasileiro, em constante desenvolvimento (Arrais, Prat & Cambraia, 2019), pressionam permanentemente a demanda de água, dado seu *status* predominante de referência mundial para o fornecimento de alimentos.

Montoya e Finamore (2021) asseveram que os recursos hídricos contribuem significativamente com o crescimento da agricultura e

da pecuária, na medida em que a água desempenha um papel fundamental. No entanto, mesmo que o país possua as maiores reservas de água doce (12%) do planeta (Soldera, 2022), a água é tratada, na economia brasileira, como um recurso escasso e, para entender essa escassez de água, é preciso considerar que as reservas estão desigualmente distribuídas, no que se refere aos aspectos geográfico e demográfico (Montoya; Finamore, 2021). Enquanto tem-se a Região Norte com a maior concentração de água, em virtude da localização da Bacia do Rio Amazonas e do Aquífero Alter do Chão, grande parte da população brasileira concentra-se nas Regiões Sudeste e Nordeste – que, historicamente, sofrem de secas e de escassez de água (Soldera, 2022). Embora o nível de estresse hídrico no Brasil seja considerado baixo, essas duas regiões possuem localidades já classificadas com nível extremamente alto (WRI, 2019).

De acordo com Montoya e Finamore (2021), as atividades agropecuárias (agricultura e pecuária) frequentemente são associadas à falta de água, seja pelo desperdício, em função de uma inadequada gestão dos recursos hídricos, ou pela agressão ao meio ambiente, ou seja, por simplesmente existir falta de clareza sobre o volume de água utilizado e o volume de água consumido no sistema econômico. Adicionalmente, os autores trazem ainda que o setor agropecuário é considerado um usuário de água de baixo valor, de baixa eficiência e altamente subsidiado.

Nesse sentido, tem-se a Pegada Hídrica (PH) como meio de avaliação que contribui para o aumento da eficiência, da sustentabilidade e da equidade no uso da água para a produção de bens e serviços

oferecidos às pessoas (Hoekstra *et al.*, 2011). Esse indicador possibilita analisar como os países, por exemplo, relacionam-se às questões de escassez e poluição. De tal forma, torna-se relevante a análise do valor adicionado nacional ou setorial, por impactar o consumo e o descarte desse recurso (Ciasca, 2023). O valor adicionado pode ser definido segundo várias concepções, no âmbito macro ou microeconômico (Garcia, 1996). De acordo com Cosenza *et al.* (2002), o valor adicionado é importante, no âmbito macroeconômico, como gerador de subsídios para medir a produção nacional, calcular e analisar a produção e a riqueza de uma economia, em qualquer magnitude.

Assim, a Economia Ecológica vem ao encontro do exposto, por abordar a necessidade de análise integrada de sistemas econômicos (valor adicionado) e ecológicos (pegada hídrica). A Economia Ecológica, sob o contexto analisado por Martinez-Alier (2015), compreende a identificação de externalidades e as avaliações físicas dos impactos ambientais da economia humana. Por conseguinte, tem-se como problema de pesquisa: **Como ocorrem as externalidades ambientais da atividade econômica no setor agropecuário brasileiro, por meio da pegada hídrica e do valor adicionado?** Assim, o objetivo geral do presente artigo é analisar externalidades ambientais da atividade econômica, no setor agropecuário brasileiro, por meio da pegada hídrica e do valor adicionado, sob a ótica da Economia Ecológica. Quanto aos objetivos específicos, apresentam-se: identificar as contas econômicas da água do setor agropecuário brasileiro; calcular a pegada hídrica do setor agropecuário brasileiro; identificar o valor adicionado do setor agropecuário brasileiro; e averiguar a relação entre a pegada hídrica e o valor adicionado.



“A pegada hídrica é um método que se baseia na perspectiva do consumo, desenvolvida como um indicador multidimensional de uso direto e indireto de água, que considera a quantidade consumida em todas as fases de produção de um produto, seja ele agrícola ou industrial, ou também de um processo produtivo”

A gestão dos recursos hídricos, para Hoekstra (2003), não deve ser vista apenas como uma questão local, mas, sim, supervisionada em sua dimensão global, de modo que se tenha uma melhor compreensão do seu consumo. Como contribuição, vislumbra-se o aprofundamento de uma externalidade ambiental, a pegada hídrica, e a identificação do valor adicionado brasileiro em um setor de destaque econômico e de consumo de água, como o setor agropecuário. Montoya e Finamore (2021) aduzem que pouco se sabe sobre as interações que existem entre o setor agropecuário e os recursos hídricos, ou seja, a contribuição sistêmica da água nos processos de produção e de consumo desse setor no Brasil. Egan (2014) reforça a necessidade de problematizar questões sobre a contabilidade da água, por meio de sua gestão ou evidenciação, a fim de possibilitar o seu debate, a sua conscientização e a sua responsabilização.

Argumenta, ainda, que, para que informações contábeis contribuam significativamente para a tomada de decisões, devem estar pautadas em dados que transmitam a realidade do ambiente.

2 Referencial Teórico

2.1 Externalidade ambiental da atividade econômica: pegada hídrica e valor adicionado

A pegada hídrica é um método que se baseia na perspectiva do consumo, desenvolvida como um indicador multidimensional de uso direto e indireto de água, que considera a quantidade consumida em todas as fases de produção de um produto, seja ele agrícola ou industrial, ou também de um processo produtivo (Hoekstra & Huang, 2002; Hoekstra *et al.*, 2011). De acordo com Silva *et al.* (2013, p. 102), “o volume de água doce utilizada para produzir o produto é, somado ao longo das várias fases da cadeia de produção”, a base para a compreensão do conceito de pegada hídrica.

A pegada hídrica pode ser calculada para indivíduo, comunidade, consumidores, atividade, setor, negócio, organização ou nação (Ma *et al.*, 2006; Hoekstra & Chapagain, 2006; Hoekstra & Huang, 2002). Assim, a pegada hí-

drica de um produto é o volume total de água utilizada nos processos envolvidos nas etapas de sua cadeia produtiva; a de uma pessoa é o volume utilizado para usos diretos (hidratação, higiene, preparação de alimentos, etc.) e para a produção dos produtos por ela consumidos; e a de um país é o somatório do volume utilizado por todos os seus habitantes, juntamente com a cadeia produtiva (Hoekstra *et al.*, 2011).

Há três tipos de pegadas hídricas, na visão de Hoekstra *et al.* (2011), os quais proporcionam um panorama sobre a forma como um consumidor ou produtor se relaciona com o uso dos sistemas de água doce. A pegada hídrica azul refere-se ao consumo de água superficial e subterrânea ao longo de sua cadeia produtiva. A pegada hídrica verde diz respeito ao consumo de água da chuva. A pegada hídrica cinza relaciona-se à poluição e é definida como o volume de água doce necessário para assimilar a carga de poluentes, a partir de concentrações naturais e de padrões de qualidade da água existentes. No entanto, para o cálculo das pegadas hídricas nacionais, são utilizadas apenas a azul e a verde (Mekonnen; Gerbens-Leenes, 2020), devido à visão macro existente nessa ferramenta para este objeto.



De acordo com Silva *et al.* (2013, p.104), “esta técnica fornece uma resposta específica da pressão humana sobre o meio ambiente e ajuda de modo mais abrangente a monitorar o pilar ambiental da sustentabilidade”. Os autores reforçam que essa metodologia possui uma vasta gama de aplicações, as quais são empregadas em diferentes escalas. Afirma Palhares (2014) que o cálculo da pegada hídrica e sua relação com o território geram informações com relevantes impactos sociais, ambientais e econômicos. Adicionalmente, essa medida proporciona impactos científicos de grande importância, ao fortalecer recursos hídricos e possibilitar o desenvolvimento de pesquisas em diferentes áreas, como, por exemplo, eficiência hídrica, tecnologias de tratamento de resíduos e mitigação dos impactos ambientais. A pegada hídrica orienta os processos de transformação relacionados à água, de maneira eficaz, e auxilia nas decisões políticas sobre a eficiência no uso da água, por exemplo, demonstrando como o uso aprimorado de água verde pode ajudar a reduzir a sua escassez (Schyns; Hoekstra; Booij, Hogeboom; Mekonnen, 2019).

Rudenko *et al.* (2013) verificaram o quanto uma empresa de produção de algodão gera de valor adicionado por m³ de pegada hídrica. De tal forma, uma identificação macroeconômica dessa relação de externalidade de uma atividade proporciona visão integrada, conforme a Economia Ecológica. A combinação da visão ecológica da pegada hídrica com a econômica do valor adicionado proporciona, segundo Rudenko *et al.* (2013), melhores informações para tomadas de decisões mais sustentáveis, comparada à análise individual dessas duas abordagens. Tal visão vai ao encontro da Economia Ecológica, ao levantar a necessidade de avaliar a interação entre os sistemas econômicos e ecológicos.

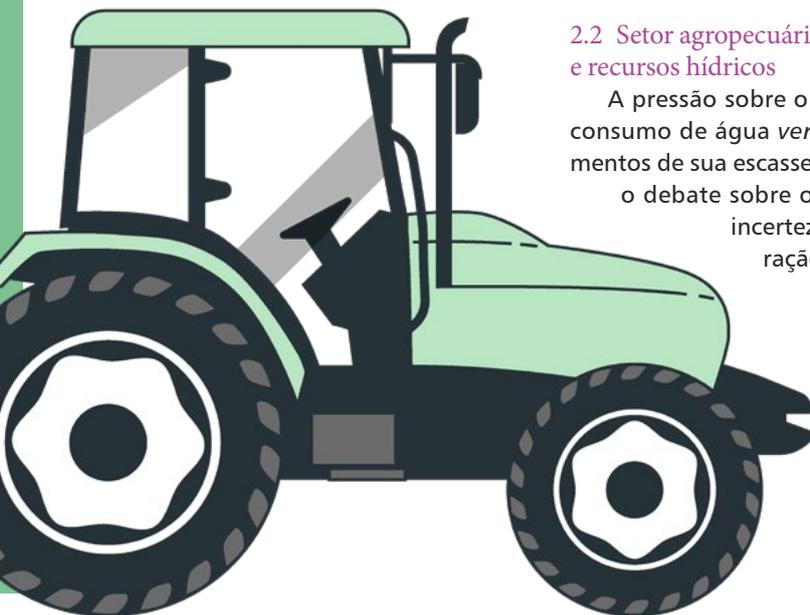
Schyns e Hoekstra (2014) corroboram essa hipótese, ao avaliarem a pegada hídrica, juntamente com o valor adicionado de Marrocos, pois consideram que esses fatores auxiliam na formulação de políticas públicas da água e impactam positivamente a redução dessa pegada. Afirmam ainda que essa avaliação força os olhares para os consumidores desse recurso, fator-chave para determinar a alocação eficiente e equitativa dentro dos limites do que seria ambientalmente sustentável.

2.2 Setor agropecuário brasileiro e recursos hídricos

A pressão sobre o maior uso e consumo de água *versus* os argumentos de sua escassez aumentam o debate sobre os riscos e as incertezas da exploração econômica

dos recursos hídricos que degradam o meio ambiente (Getirana; Libonati; Cataldi, 2021). Os autores afirmam, ainda, que cerca de 20% de toda a água que nasce no continente em direção aos oceanos são geradas em território brasileiro. Assim, a crise hídrica do Brasil é uma crise mundial. Nesse contexto, faz-se necessária a mitigação da seca, coordenada em todo o país, mediante plano elaborado por pesquisadores, formuladores de políticas, indústria, setor público e sociedade civil (Getirana; Libonati; Cataldi, 2021).

Tal fato contribui para que a comunidade internacional e as autoridades ambientais questionem, de forma crescente, o agronegócio brasileiro sobre a necessidade de adequar suas atividades produtivas à preservação do meio ambiente. Segundo Souza e Ghilardi (2017, p. 87), “diante da necessidade de produção agrícola e pecuária para atender a demanda global e ao mesmo tempo preservar a natureza, é necessário que métodos sustentáveis sejam implantados, de forma a reduzir os problemas ambientais provocados por essas atividades”. Ratificando este entendimento, um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – o ODS 6, Água Potável e Saneamento (United Nations, 2022) –, reportado pela Organização das Nações Unidas (ONU), chama a atenção das autoridades globais para a necessidade de que as populações de todo o mundo tenham acesso à água potável e ao saneamento. Para que esse objetivo seja cumprido, há um conjunto de metas a se considerar, entre as quais se destacam a melhoria da qualidade da água ofertada, o aumento da eficiência no uso desse recurso em todos os setores (incluindo o seu uso sustentável) e, ainda, a proteção ou a restauração dos ecossistemas (United Nations, 2022).



As crescentes crises hídricas ocorridas, recentemente, em algumas regiões do Brasil, assim como as constantes secas que atravessam séculos no semiárido nordestino, mostram a necessidade de uma boa gestão dos recursos hídricos. De acordo com Gelain e Almeida (2018), os estados da Região Nordeste são os que mais apresentam problemas no que concerne à disponibilidade hídrica; já a Região Norte do país possui considerável disponibilidade desse recurso natural, e, por fim, as demais regiões do Brasil apresentam uma situação intermediária. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa (2018), pertencente ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, confirma que há uma crise hídrica no país, o que configura um desafio do uso da água pela agricultura e pecuária brasileiras. Esse setor equivale a cerca de um quarto do Produto Interno Bruto brasileiro, evidenciando a sua representatividade e relevância (Embrapa, 2018).

O uso inadequado da terra pode piorar as secas e até fazer com que os rios sequem. Entretanto, as secas por si só não explicam a recorrência de crises hídricas no Brasil, e a má gestão da água como um recurso essencial também contribui expressivamente para esse quadro (Getirana; Libonati; Cataldi, 2021). A atividade agropecuária deve ter uma efetiva participação no que tange à gestão dos recursos hídricos, de maneira sistemática, levando em consideração aspectos quantitativos e qualitativos do uso da água.

Tem-se também a integração da gestão dos recursos hídricos com a gestão ambiental, que possibilita um controle eficaz e mais saudável de águas doces (Souza; Ghilardi, 2017). De acordo com a Embrapa (2018), a agricultura, por exemplo, exigirá que a ciência de hoje e dos próximos anos apresente soluções de baixo custo para o uso cada vez

mais racional da água, incluindo sistemas de irrigação que otimizem o uso de água e energia, bem como práticas conservacionistas que protejam o solo e reduzam a evaporação. Além destes, serão necessários sistemas bem manejados, que integrem lavoura-pecuária e lavoura-pecuária-floresta e que possam contribuir para a conservação da água pelo solo e para a mitigação dos efeitos negativos decorrentes da grande dispersão entre precipitações das estações chuvosa e seca, em diferentes regiões brasileiras.

3 Procedimentos Metodológicos

Neste estudo, de abordagem predominantemente qualitativa, realizou-se uma pesquisa documental, com dados secundários, oriundos de relatórios de contas econômicas ambientais da água, que seguem a metodologia do System of Environmental-Economic Accounts for Water (SEEA-Water) da United Nations, e dados econômicos do setor agropecuário, ambos disponibilizados

pelo IBGE. Essas duas bases contêm informações sobre as contas ambientais da água (uso físico) e o valor adicionado, respectivamente, do setor agropecuário brasileiro e por regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul).

Tem-se como objeto de estudo o setor agropecuário, que, na concepção de Nascimento, Galdino, Mota, Sousa e Machado (2021), representa cerca de 72% do total das retiradas globais, demonstrando a relevância desse setor. De tal forma, inicialmente, foi calculada a pegada hídrica do setor agropecuário brasileiro, nos anos de 2013 a 2017 (período total disponível pela plataforma), com base nos dados disponibilizados pelo IBGE (2020a) sobre as contas ambientais da água, seguindo a metodologia do SEE-A-Water. Tal cálculo ocorreu por meio do somatório das pegadas azuis e verdes (Mekonnen; Gerbens-Leenes, 2020), representando, conforme Tabela 1, pela retirada total de recursos hídricos e do uso de água fornecido por outra atividade econômica.



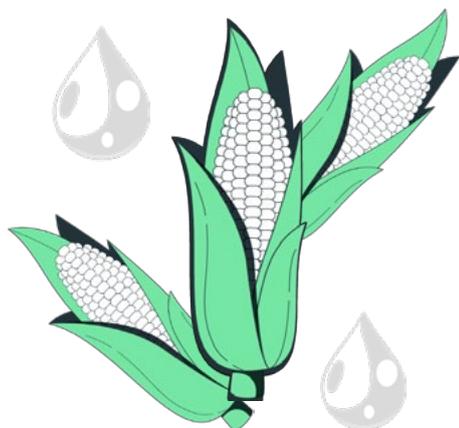
Tabela 1 – Descrição das contas ambientais da água para cálculo das pegadas hídricas

Tipo de Pegada Hídrica	Contas Ambientais da Água	Descrição
Pegada hídrica azul e verde	1. Retirada total de recursos hídricos (= 1.a + 1.b + 1.c)	Somatório das águas superficiais, subterrâneas e do solo.
Pegada hídrica azul	1.a Águas superficiais	Água que escoia sobre a superfície do solo, formando rios e córregos, ou que nela está armazenada (reservatórios artificiais, lagos).
Pegada hídrica azul	1.b Águas subterrâneas	Água que se encontra sob a superfície da Terra, acumulada em camadas porosas de formações geológicas conhecidas como aquíferos.
Pegada hídrica verde	1.c Água do solo	Água armazenada no horizonte superior do solo, ou na zona de aeração próxima da superfície do solo (predominantemente proveniente de água da chuva).
Pegada Hídrica azul e verde	2. Uso de água fornecido por outra atividade econômica	Água fornecida por meio de captação, tratamento e distribuição de água.

Fonte: adaptado de IBGE (2020b) e Mekonnen e Gerbens-Leenes (2020).

Adicionalmente, coletou-se o valor adicionado do setor agropecuário brasileiro e das cinco regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) do ano, correspondente ao período calculado da sua pegada hídrica de 2013 a 2017. Esses dados foram coletados no sítio eletrônico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, disponibilizados pelo IBGE (2021). De acordo com o World Bank (2022), o valor adicionado é o produto líquido de um setor após a soma de todos os produtos e a subtração dos insumos intermediários, calculado sem deduções para depreciação de ativos fabricados ou esgotamento e degradação de recursos naturais.

A análise descritiva foi aplicada como técnica de análise dos dados na presente pesquisa. Enfatiza Gil (2017) que a análise de características de população ou fenômenos é dada por meio da utilização de técnicas padroni-



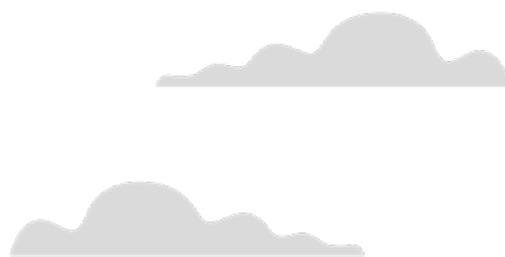
zadas de coletas de dados. Essa classificação baseia-se em relatar os achados nas contas econômicas ambientais da água, na pegada hídrica e no valor adicionado do setor agropecuário brasileiro.

4 Análise dos resultados

A discussão dos resultados, para atingir o objetivo da pesquisa, ocorreu por meio de análise individual de cada região brasileira (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) e da análise macro do Brasil.

4.1 Região Norte

Os recursos hídricos representam grande parte da riqueza da Região Norte, não somente em termos econômicos, mas também sociais e ambientais (Couceiro; Hamada, 2011). No Brasil, a disponibilidade de água concentra-se muito mais nessa região do país do que nas já estabelecidas áreas de produção agropecuária do Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste. De acordo com Fleischmann *et al.* (2022), a Bacia Amazônica é a maior bacia hidrográfica do mundo, com cerca de 7 milhões de km², e contempla quase toda a Região Norte, com aproximadamente 4 milhões de km². Tais fatos "causam na população, principalmente na Região Norte do país, a ilusão de uma infinita re-



serva hídrica e de que a escassez de água é uma particularidade restrita às regiões áridas" (Couceiro; Hamada, 2011, p. 763). Entretanto, sabe-se que a escassez da água pode ser considerada uma preocupação não só nacional, como também mundial, devido à relevante representatividade das reservas de água no Brasil, necessitando de gestão e controle.

Na Tabela 2, tem-se os itens 1 e 2, referentes aos fluxos de água do meio ambiente, conforme o meio de retirada, por águas superficiais, subterrâneas e do solo, e aos fluxos dentro da economia por meio de empresas de água e saneamento ou de outras empresas que forneçam esse recurso respectivamente. A Tabela 2 evidencia ainda as retiradas totais de recursos hídricos, a pegada hídrica calculada e o valor adicionado do setor agropecuário da Região Norte do Brasil, nos cinco anos de análise, e, por fim, o índice que relaciona a atividade econômica (valor adicionado) agropecuária com a sua externalidade ambiental (pegada hídrica).

Tabela 2 – Pegada hídrica e valor adicionado do setor agropecuário da Região Norte do Brasil

	2013	2014	2015	2016	2017
1. Retirada total de recursos hídricos (= 1.a + 1.b + 1.c)	33.193	34.329	37.114	36.462	40.141
1.a Águas superficiais (hm ³)	1.483	1.642	1.810	1.785	1.761
1.b Águas subterrâneas (hm ³)	31	33	34	34	35
1.c Água do solo (hm ³)	31.678	32.654	35.270	34.643	38.345
2. Uso de água fornecido por outra atividade econômica (hm ³)	122	160	197	199	181
3. Pegada Hídrica (hm ³) (=1+2)	33.315	34.488	37.312	36.661	40.322
4. Valor adicionado do setor agropecuário (em R\$)	43.809.737.489	48.909.004.228	53.004.661.486	54.230.717.757	56.365.717.996
5. Valor Adicionado/PH do Setor Agropecuário (=4/3)	1.315.015	1.418.146	1.420.579	1.479.248	1.397.890

Fonte: dados da pesquisa (2022).

Observa-se que, mesmo com o aumento de consumo, ao longo dos anos, esta região é a que obtém menor pegada hídrica. Tal fato era esperado, pois apresenta, também, o menor valor adicionado (Tabela 7) entre as cinco regiões brasileiras. Sob os olhares de Carmo *et al.* (2007), mesmo com a disponibilidade de água se concentrar na Região Norte do Brasil, a produção agropecuária é menos significativa por abrigar importantes remanescentes florestais e rica biodiversidade, além de ser pouco povoada.

Tem-se, na Tabela 2, a pegada hídrica e o valor adicionado do setor agropecuário da Região Norte no período de 2013 a 2017. A partir deles, chegou-se ao índice que demonstra a relação desses dois indicadores. Para Shields, Solar e Martin (2002), um índice revela o estado de um sistema ou fenômeno. Legitimando, Prabhu *et al.* (1996) argumentam que um índice pode ser construído para analisar dados por meio da junção de um jogo de elementos com relacionamentos estabelecidos.

Com base na Tabela 2, é possível identificar-se o desenvolvimento do sistema econômico desse setor, aqui medido pelo valor adicionado, com aumentos que chegam a 30% de 2013 para 2017. Já no que concerne à pegada hídrica, pode-se identificar um aumento de cerca de 21% no período de cinco anos. De tal forma, o índice de valor adicio-

nado por pegada hídrica na Região Norte manteve o panorama crescente, destacando-se apenas o último período analisado, no qual se observa uma redução na proporção antes verificada. Já quando comparado às outras regiões, observa-se que, mesmo obtendo as menores pegadas hídricas e valores adicionados no período, o índice possui valores superiores, apresentando o terceiro lugar quanto à eficiência do setor agropecuário em relação ao uso dos recursos hídricos.

4.2 Região Nordeste

O Brasil é um país que possui uma vasta riqueza hídrica, com 12% da água doce no território nacional; no entanto, a sua distribuição não é homogênea (Soldara, 2022). Tem-se, como exemplo, a Região Nordeste com locais marcados por estiagens, em que a água adquire importância ímpar, principalmente para as comunidades rurais que se valem da economia agropecuária. A Tabela 3 evidencia, no item 2, que essa região apresenta os maiores volume de uso de água fornecidos por terceiros (empresa de captação, tratamento e distribuição), quando comparada com as demais regiões brasileiras nesse mesmo período. Tal fato demonstra a necessidade de auxílio para acesso à água.

Sousa *et al.* (2021) alertam sobre as deficiências expressivas dessa região quanto à adoção de mecanismos de gestão dos recursos hí-

dricos, fato que seria relevante para o seu desenvolvimento (seja este econômico, social e/ou ambiental). Os autores afirmam ainda que é fundamental uma gestão eficiente dos recursos hídricos, sobretudo em regiões geográficas em que a água, enquanto recurso, é um bem escasso, como na Região Nordeste.

Ao analisar a Tabela 3, é possível identificar, diferentemente do encontrado na Região Norte, a volatilidade do valor adicionado pelo setor agropecuário na Região Nordeste. Observa-se um aumento expressivo, de 2013 para 2014, de cerca de 16%, seguido de uma estabilidade para o ano seguinte, e de uma queda de aproximadamente 16% em 2016. Assim, de 2013 para 2017, ocorre um aumento de apenas 5%.

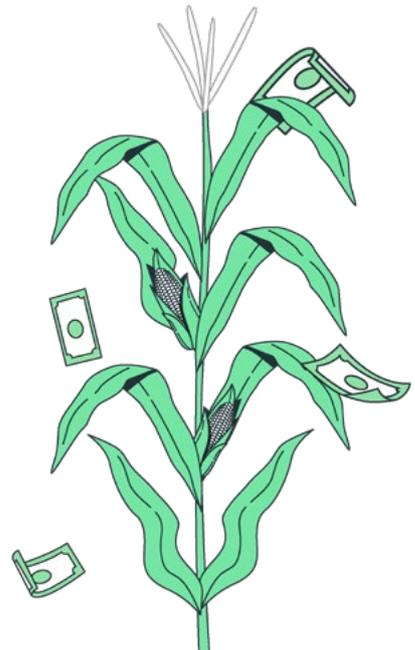


Tabela 3 – Pegada hídrica e valor adicionado do setor agropecuário da Região Nordeste do Brasil

	2013	2014	2015	2016	2017
1. Retirada total de recursos hídricos (= 1.a + 1.b + 1.c)	69.827	72.556	63.857	61.761	67.517
1.a Águas superficiais (hm ³)	6.690	6.770	7.583	7.663	7.348
1.b Águas subterrâneas (hm ³)	732	741	832	841	806
1.c Água do solo (hm ³)	62.405	65.045	55.442	53.256	59.363
2. Uso de água fornecido por outra atividade econômica (hm ³)	1.812	1.792	1.945	1.981	1.891
3. Pegada Hídrica (hm ³) (=1+2)	71.638	74.348	65.802	63.741	69.408
4. Valor Adicionado do Setor Agropecuário (reais)	73.565.672.200	85.026.525.157	85.453.897.268	73.634.558.144	77.788.839.179
5. Valor Adicionado/PH do Setor Agropecuário (=4/3)	1.026.909	1.143.629	1.298.652	1.155.215	1.120.747

Fonte: dados da pesquisa (2022).

A pegada hídrica da Região Nordeste apresentou volatilidade semelhante ao que ocorreu no valor adicionado do período correspondente. Entretanto, na comparação entre os anos de 2013 e 2017, tem-se uma redução no uso de recursos hídricos por este setor, em torno de 3%. De acordo com Nascimento *et al.* (2021), a pegada hídrica é um método útil para a redução do uso de água pelo setor agrícola, principalmente em regiões como o semiárido nordestino, que, historicamente, é carente de recursos hídricos.

Já o índice de valor adicionado por pegada hídrica na Região Nordeste manteve o panorama crescente até 2015 e, nos dois anos seguintes, demonstrou uma redução no valor adicionado por hm^3 de recursos hídricos pelo setor agropecuário. No entanto, quando se compara com as outras regiões brasileiras, o Nordeste apresentou os menores índices de valor adicionado por pegada hídrica. Esse achado constitui um alerta, visto que demonstra baixa eficiência na gestão da água e economia do setor agropecuário, em uma área que já enfrenta limitações na disponibilidade hídrica. Em contrapartida, tal constatação vai ao encontro de Souza *et al.* (2021), que iden-

tificaram fragilidade na adoção de mecanismos de gestão tanto ambiental, quanto especificamente de recursos hídricos, pela pouca atenção destinada ao saneamento básico e ao tratamento das efluentes, além de legislação ambiental defi-

citária para os sistemas de abastecimento de água.

4.3 Região Centro-Oeste

O Centro-Oeste, composto pelas unidades federativas de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, é a segunda maior região em extensão territorial do Brasil, na qual se encontra a maior planície alagada do mundo: o Pantanal (Embrapa, 2023). De tal forma, conforme apresentado na Tabela 4, a Região Centro-Oeste foi a única a não evidenciar o item referente ao "uso de água fornecido por outra atividade econômica", já que toda a pegada hídrica do setor agropecuário foi proveniente de retiradas de águas superficiais, subterrâneas e do solo.

No entanto, apesar da abundância hídrica, a rápida expansão da fronteira agrícola nessa região pressiona os recursos hídricos disponíveis, tanto em qualidade quanto em quantidade (Lopes *et al.*, 2021; Veiga; Magrini, 2013). Com base na Tabela 4, o setor agropecuário dessa região é o que obteve maior retirada total de recursos hídricos, sejam de águas superficiais, subterrâneas e do solo, entre todas as regiões brasileiras, no somatório dos cinco anos analisados.



Tabela 4 – Pegada hídrica e valor adicionado do setor agropecuário da Região Centro-Oeste do Brasil

	2013	2014	2015	2016	2017
1. Retirada total de recursos hídricos (= 1.a + 1.b + 1.c)	164.502	170.234	165.290	158.535	178.605
1.a Águas superficiais (hm^3)	2.834	3.090	3.211	3.538	3.376
1.b Águas subterrâneas (hm^3)	1.033	1.034	1.055	1.079	1.094
1.c Água do solo (hm^3)	160.636	166.110	161.024	153.917	174.135
2. Uso de água fornecido por outra atividade econômica (hm^3)	0	0	0	0	0
3. Pegada Hídrica (hm^3) (=1+2)	164.502	170.234	165.291	158.535	178.605
4. Valor Adicionado do Setor Agropecuário (reais)	232.555.002.098	245.655.087.801	245.015.425.740	245.378.161.112	225.821.521.744
5. Valor Adicionado/PH do Setor Agropecuário (=4/3)	1.413.691	1.443.044	1.482.328	1.547.785	1.264.363

Fonte: dados da pesquisa (2022).

Mesmo sem registrar volumes de água fornecidos por terceiros, o Centro-Oeste obteve a maior retirada total de recursos hídricos no somatório dos cinco anos, quando comparado às demais regiões. Consequentemente, isso também evidencia o maior valor de pegada hídrica ao se considerar o somatório dos anos analisados, com volume total de 837.167 hm³ de água pelo setor agropecuário no Centro-Oeste. Observa-se, com base na Tabela 4, que, diferentemente das regiões Norte e Nordeste, houve uma estabilidade no valor adicionado do setor agropecuário no Centro-Oeste durante o período analisado, principalmente de 2014 a 2016. Tem-se um aumento pouco significativo de 2013 para 2014, com cerca de 6%, seguido de uma estabilidade nos anos seguintes, e de uma queda de cerca de 9% de 2016 para 2017. Assim, a análise de 2013 para 2017 apresenta uma redução de apenas 3%.

Por fim, ao se verificar o índice de valor adicionado por pegada hídrica, no setor agropecuário da Região Centro-Oeste, infere-se que houve

um panorama crescente até 2016, quando apenas o último ano apresentou uma redução no valor adicionado por hm³ de recursos hídricos. Adicionalmente, observa-se que, no período de 2014 a 2016, ocorreu uma melhor eficiência econômica ambiental nessa região, já que, mesmo aumentando o valor adicionado, apresentou redução da sua pegada hídrica. Essa melhor eficiência é relatada por Schyns e Hoekstra (2014), ao afirmarem que, quanto menor a pegada hídrica, mais eficiente é o processo devido ao impacto negativo ser minimizado.

4.4 Região Sudeste

Principal área irrigante do país, seguido pelas regiões Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte (Silva; Putti; Manzione, 2021), o Sudeste é caracterizado por fornecer melhor produtividade e gestão da água, mesmo em períodos de seca. Rios importantes estão localizados nessa região, tais como Rio Tietê, Rio Piracicaba, Rio Paraíba do Sul, Rio Paraná e Rio Paranapanema (Soldara, 2022). Aquíferos importantes também estão nela presentes, tais como o Aquífero Guarani e o Aquífero Bauru. A região é a mais rica e industrializada do país, e contém áreas de intenso uso agrícola.



Tabela 5 – Pegada hídrica e valor adicionado do setor agropecuário da Região Sudeste do Brasil

	2013	2014	2015	2016	2017
1. Retirada total de recursos hídricos (= 1.a + 1.b + 1.c)	163.298	121.528	154.000	161.316	138.622
1.a Águas superficiais (hm ³)	6.228	9.046	8.468	8.399	8.514
1.b Águas subterrâneas (hm ³)	991	1.155	1.113	1.101	1.123
1.c Água do solo (hm ³)	156.078	111.327	144.420	151.816	128.984
2. Uso de água fornecido por outra atividade econômica (hm ³)	104	160	145	144	153
3. Pegada Hídrica (hm ³) (=1+2)	163.402	121.688	154.145	161.460	138.775
4. Valor Adicionado do Setor Agropecuário (reais)	233.909.500.085	240.366.133.503	238.430.592.786	255.827.617.377	233.750.358.623
5. Valor Adicionado/PH do Setor Agropecuário (=4/3)	1.431.497	1.975.266	1.546.794	1.584.464	1.684.384

Fonte: dados da pesquisa (2022).

A crise hídrica que atinge diversas partes do Brasil, há algum tempo, também se reflete na Região Sudeste, a qual passou por uma das piores secas das últimas décadas, em 2014 e 2015, diante da combinação de falta de chuvas e temperaturas mais altas (Marques; Rocha ; Johnsson, 2020). O incremento da população e do consumo de água aumentou a vulnerabilidade na região. Observa-se, na Tabela 5, o acréscimo na retirada de águas subterrâneas nesse período, o que pode ser explicado pelos períodos de secas que afetam a disponibilidade de águas, principalmente do solo. Ademais, verifica-se a redução da pegada hídrica do setor agropecuário, que possui grande participação no sistema econômico da Região Sudeste.

Observa-se, inclusive, o aumento na retirada de águas subterrâneas, que pode ser explicado devido a esses períodos de seca que afetam a disponibilidade de águas superficiais e do solo. Os aquíferos são conhecidos como “reservatórios subterrâneos”, e o Brasil destaca-se por possuir, em média, 12% do total existente no mundo, bem como os dois dos maiores aquífe-

ros do mundo – o Sistema Aquífero Guarani (que abrange parte das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul) e o Sistema Aquífero Grande Amazônia (ANA, 2020).

Em análise à Tabela 5, é possível identificar que, assim como a Região Nordeste, o Sudeste registra volatilidade no valor adicionado pelo setor agropecuário. No entanto, o montante de valor adicionado médio da Região Sudeste é o mais expressivo entre as demais; comparando à Região Nordeste, o índice chega a mais de 230%. Apesar do aumento, seguido de redução desse indicador econômico, ao longo do tempo, de 2013 para 2017, tem-se uma estabilidade.

A pegada hídrica da Região Sudeste apresentou padrão semelhante ao que ocorreu com o valor adicionado do período correspondente. No entanto, comparando-se 2013 a 2017, tem-se uma redução no uso de recursos hídricos para esse setor, em torno de 15%, mesmo com uma redução do valor adicionado, no mesmo período, de menos de 1%. Tal fato foi observado no índice de valor adicionado por pegada hídrica na Região Sudeste que, mesmo apresentando o menor valor adicionado, obteve seu segundo maior número em 2017. Tal índice obteve, em 2014, com o valor de 1.975.266 reais por hm^3 , o que equivale ao seu melhor desempenho entre todas as regiões brasileiras nos cinco

anos analisados. Esse melhor desempenho veio acompanhado de um dos piores períodos de disponibilidades hídricas para a Região Sudeste nas últimas décadas. Ratifica-se a afirmativa de que, diante da escassez, recorre-se a melhores usos e gestão desse recurso, o que implica investimentos.

4.5 Região Sul

A Região Sul do Brasil apresenta melhores condições de disponibilidade hídrica, com chuvas mais bem distribuídas ao longo do ano, e é banhada por grandes redes de rios. Esse território conta ainda com um terço do Aquífero Guarani (maior reservatório subterrâneo do mundo) e do Aquífero Serra Geral, que representam as suas principais fontes de água subterrânea (Silva *et al.*, 2021).

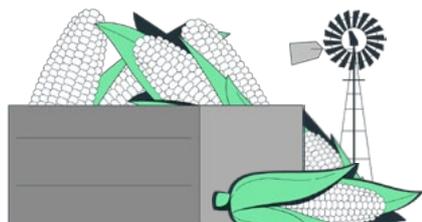


Tabela 6 – Pegada Hídrica e Valor Adicionado do setor agropecuário da Região Sul do Brasil

	2013	2014	2015	2016	2017
1. Retirada total de recursos hídricos (= 1.a + 1.b + 1.c)	157.366	172.537	166.050	149.214	146.730
1.a Águas superficiais (hm^3)	12.002	9.770	10.791	12.310	11.864
1.b Águas subterrâneas (hm^3)	976	939	950	973	997
1.c Água do solo (hm^3)	144.388	161.828	154.308	135.930	133.869
2. Uso de água fornecido por outra atividade econômica (hm^3)	291	236	273	304	292
3. Pegada Hídrica (hm^3) (=1+2)	157.656	172.773	166.322	149.518	147.022
4. Valor Adicionado do Setor Agropecuário (reais)	260.947.611.528	258.089.042.295	264.709.743.920	263.550.611.381	245.956.099.393
5. Valor Adicionado/PH do Setor Agropecuário (=4/3)	1.655.171	1.493.804	1.591.550	1.762.668	1.672.920

Fonte: dados da pesquisa (2022).

“A crise hídrica que atinge diversas partes do Brasil, há algum tempo, também se reflete na Região Sudeste, a qual passou por uma das piores secas das últimas décadas, em 2014 e 2015, diante da combinação de falta de chuvas e temperaturas mais altas”

A Tabela 6 evidencia que, nos últimos 3 anos analisados, houve uma redução do total de água retirada do meio ambiente pelo setor agropecuário. Tal fato reflete igualmente na pegada hídrica desse setor, com redução desde 2014. No entanto, assim como nas outras regiões brasileiras, houve um aumento na retirada de águas subterrâneas. Mesmo em menor escala, a utilização das águas subterrâneas tem crescido, de forma significativa, nos últimos tempos, inclusive no Brasil.

Observa-se, com base na Tabela 6, que houve pouca volatilidade do valor adicionado pelo setor agropecuário na Região Sul, assim como no Centro-Oeste brasileiro. Tem-se uma pequena redução, de apenas 1%, de 2013 para 2014, seguida de estabilidade nos dois anos seguintes, e de uma queda de cerca de 7% em 2017. Assim, de 2013 para 2017, há uma redução de 6%. Entretanto, destacam-se aqui os valores desse indicador econômico, uma vez que essa região detém o maior valor entre as demais. A Região Sul possui destaque nacional no setor agropecuário,

contribuindo significativamente na economia brasileira (Azevedo; Lima; Freitas, 2020). Observa-se que, de 2013 a 2016, o Sul apresentou os maiores valores adicionados entre todas as outras regiões brasileiras, com destaque para 2015 como o ano do maior valor adicionado.

Já pegada hídrica da Região Sul apresentou uma tendência de redução após 2014. Por exemplo, ao se comparar o ano de 2014 ao de 2017, observa-se redução no impacto do uso dos recursos hídricos pelo setor agropecuário nos três estados (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), de cerca de 15%. Deve-

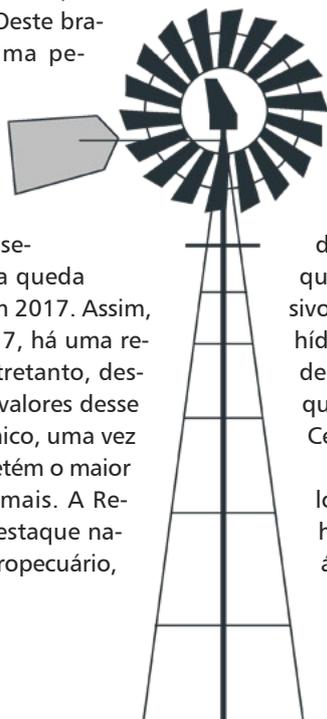
se considerar que essa região, mesmo obtendo o maior valor adicionado entre as demais, não possui a maior pegada hídrica. Ainda assim, em 2014, obteve a segunda maior pegada hídrica, demonstrando que há um impacto expressivo no consumo de recursos hídricos por este setor, além de que menos proporcional que outras regiões, como o Centro-Oeste.

Quanto ao índice de valor adicionado por pegada hídrica no setor agropecuário da região, também

houve um panorama volátil ao longo dos cinco anos analisados. Contudo, comparando-se o ano de 2013 ao de 2017, percebe-se uma estabilidade no valor adicionado por hm^3 de recursos hídricos pelo setor agropecuário. Já o ano de 2016 apresentou o maior índice da Região Sul durante o período, e o segundo entre todas as regiões brasileiras. Essa situação demonstra uma melhor eficiência, por obter um maior valor econômico pelo setor agropecuário com uma menor externalidade ambiental, a pegada hídrica.

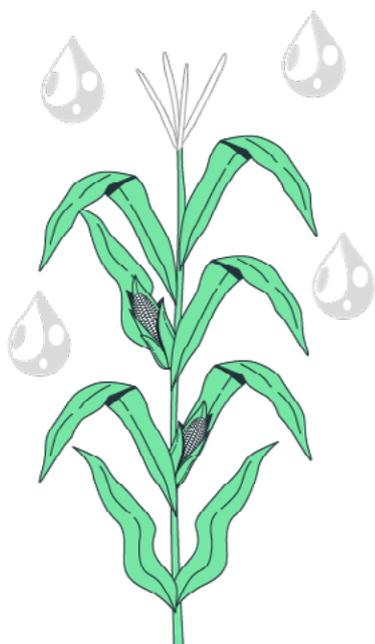
4.6 Análise Nacional

Os autores Hoekstra e Chapagain (2007) afirmam que o setor agropecuário (pecuária e agricultura) é responsável pela maior utilização de água doce e equivale a 70% do consumo de água total do planeta. Dessa forma, entende-se que a dimensão da pegada hídrica nacional é predominantemente impactada por este setor. No Brasil, mesmo com uma elevada oferta de água, a má distribuição geográfica deste recurso e a falta de uma gestão eficaz têm contribuído para graves crises de escassez hídrica em algumas regiões (ANA, 2020), o que torna cada vez mais urgentes o planejamento integrado e a efetividade da gestão dos recursos hídricos.



A Tabela 7 ratifica que há uma pequena redução na retirada total de recursos hídricos do meio ambiente brasileiro ao longo dos cinco anos analisados pelo setor agropecuário. Observa-se ainda um aumento na retirada de recursos hídricos de águas superficiais e subterrâneas, acarretando uma diminuição de retirada para água do solo em mais de 20.000 hm³ de 2013 em relação a 2017.

Deve-se considerar que a produção de alimentos incorpora significativos volumes de água, já que, de cada hm³ de água ano utilizada na agricultura, 70,46% são consumidos (incorporados em produtos) e apenas 29,54% retornam ao meio ambiente. Em geral, o setor agrícola é responsável pe-



las maiores vazões consumidas no país, principalmente em função das demandas hídricas para as atividades de irrigação (ANA, 2018).

A Tabela 7 destaca o cálculo das pegadas hídricas no período, em que se observam algumas variações pouco significativas, com destaque apenas para 2014 e 2016, que apresentaram redução um pouco mais expressiva, de cerca de 3% e 3,3%, respectivamente, em relação ao ano anterior. A maior pegada hídrica do setor agropecuário foi em 2013, ano anterior ao início de um período de maiores crises hídricas em algumas regiões do Brasil, o que refletiu nas pegadas hídricas posteriores.

Do mesmo modo, o valor adicionado pelo setor agropecuário brasileiro manteve-se com pouca variação. Sabe-se que há diferenças significativas entre as regiões brasileiras, no entanto, nesse olhar macro, isso não é observado. Consequentemente, o índice de valor adicionado por pegada hídrica também obteve pouca variação nos cinco anos analisados, com ênfase para 2016, em que se ressalta a sua maior eficiência. Já 2013 apresentou o pior desempenho nacional desse índice. Assim, ao analisar a Tabela 7, observa-se que foi nesse ano que o Brasil apresentou a maior pegada hídrica e o menor valor adicionado do período analisado.

Compreende-se que a pressão sobre o maior uso e consumo de



água *versus* os argumentos de sua escassez aumentam o debate sobre os riscos e as incertezas da exploração econômica dos recursos hídricos que degradam o meio ambiente (Montoya; Finamore, 2021). Ainda, à luz do que preconizam os autores, esta é a razão pela qual a comunidade internacional e as autoridades ambientais questionam, de modo crescente, esse setor sobre a necessidade de adequação das suas atividades produtivas com a preservação do meio ambiente.

5 Considerações finais

Pelo delineamento, sob a ótica da Economia Ecológica e das inter-relações existentes entre as atividades econômicas e os sistemas ambientais, percebe-se que as trocas e as dependências desses sistemas são também afetadas no que tange às atividades agrícolas e pecuárias analisadas na presente pesquisa. A pegada hídrica serve como um indicador de sustentabilidade, capaz de monitorar o impacto do gasto da água no setor agropecuário de cada região, visando a um futuro melhor e mais sustentável para a agropecuária brasileira.

Tabela 7 – Pegada hídrica e valor adicionado do setor agropecuário do Brasil

	2013	2014	2015	2016	2017
1. Retirada total de recursos hídricos (= 1.a + 1.b + 1.c)	588.186	571.183	586.312	567.288	571.614
1.a Águas superficiais (hm ³)	29.238	30.318	31.864	33.695	32.863
1.b Águas subterrâneas (hm ³)	3.762	3.901	3.985	4.029	4.054
1.c Água do solo (hm ³)	555.185	536.963	550.463	529.563	534.697
2. Uso de água fornecido por outra atividade econômica (hm ³)	2.329	2.349	2.560	2.628	2.518
3. Pegada Hídrica (hm ³) (=1+2)	590 514	573 531	588 872	569 916	574 131
4. Valor Adicionado do Setor Agropecuário (reais)	874.348.878.243	904.282.560.658	912.414.950.175	909.062.458.588	904.829.930.353
5. Valor Adicionado/PH do Setor Agropecuário (=4/3)	1.480.657	1.576.693	1.549.428	1.595.081	1.575.999

Fonte: dados da pesquisa (2022).

O presente estudo teve como objetivo analisar externalidades ambientais da atividade econômica por meio da pegada hídrica e do valor adicionado, no setor agropecuário brasileiro, sob a ótica da Economia Ecológica. Para tanto, foram analisadas as cinco regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), no período de 2013 a 2017, conforme os dados disponíveis nas contas econômicas da água e do valor adicionado do setor agropecuário, ambas pelo IBGE.

As análises demonstraram que há distinção no tocante ao valor adicionado na produção agrícola entre as regiões brasileiras, mesmo que o compilado nacional apresente um perfil mais estável ao longo dos anos analisados, indo ao encontro de Garcia e Vieira (2014). Como a produção afeta o consumo da água, este também demonstra heterogeneidade, mas não na mesma proporção em relação às dife-

renças de gestão e do uso de tecnologias (Garcia; Vieira, 2014), assim como no que concerne à disponibilidade hídrica de cada região.

Observou-se, além disso, que há uma convergência com os achados de Rudenko *et al.* (2013), devido ao entendimento de que é necessário aumentar a eficiência no uso da água e estimular produtos com maior valor agregado, de tal forma que a relação entre valor adicionado e pegada hídrica seja a mais eficiente possível, aumentando, assim, a segurança hídrica e dos produtos. Tal análise ocorreu na pesquisa com o intuito de que a combinação resultante do índice de valor adicionado por pegada hídrica auxilie mais efetivamente nas tomadas de decisões, de forma a alcançar a sustentabilidade do ecossistema e da economia, em comparação com os resultados



individuais de cada abordagem. Como limitações da pesquisa, incluem-se a abrangência e a diversidade física, social e econômica das diferentes regiões do Brasil, em que as análises e discussões realizadas consideram tais fatos. Tem-se, inclusive, o período analisado como limitante, diante da restrição de disponibilidade dos dados referentes às contas da água. No entanto, entende-se que os achados não são comprometidos pela questão temporal, de forma que as análises macro efetuadas possuem relevância e representatividade atual. Sugere-se, para pesquisas futuras, a identificação de outros setores que possuem impactos significativos no uso de recursos hídricos e com relevantes participações no valor adicionado brasileiro, como é o caso do setor industrial, bem como o próprio uso doméstico.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO – ANA. (2018). Contas Econômicas Ambientais da Água no Brasil, 2013–2015. Brasília, DF, 60, 1-8.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO – ANA. (2020). Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil. Brasília, DF, 132p.

ARRAIS, S. C. S., PRAT, B. V., & CAMBRAIA, R. P. (2019). Análise dos Censos Agropecuários Brasileiros dos anos de 2006 e 2017 para identificação de características da população agrícola. *Cerrados*, 17(2), 228-246.

AZEVEDO, E. P. R. S., DE LIMA, A. C. S., & DE FREITAS, M. A. L. (2020). Análise da relação entre o produto interno bruto e o valor adicionado dos estados brasileiros no período de 2010 a 2014. *RAGC*, 8(37).

CARMO, R. L. D., OJIMA, A. L. R. D. O., OJIMA, R., & NASCIMENTO, T. T. D. (2007). Água Virtual, Escassez e Gestão: o Brasil como grande “exportador” de água. *Ambiente & sociedade*, 10, 83-96.

CIASCA, B. S. (2023). O IMPACTO ECONÔMICO DA COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA PARA FINANCIAMENTO EM INFRAESTRUTURA VERDE: UMA PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO DA GOVERNANÇA DE ÁGUA E FLORESTA. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/58752/1/Tese_Impacto%20econômico%20da%20cobrança%20pelo%20uso%20da%20água_vfinal.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2024.

CHERKAUER, K. A., BOWLING, L. C., BYUN, K., CHAUBEY, I., CHIN, N., FICKLIN, D. L., ... & WILLIAMSON, T. N. (2021). Climate change impacts and strategies for adaptation for water resource management in Indiana. *Climatic Change*, 165(1), 1-20.

COUCEIRO, S. R. M., & HAMADA, N. (2011). Os instrumentos da política nacional de recursos hídricos na região norte do Brasil. *Oecologia Australis*, 15(4), 762-774.

EGAN, M. (2014). Making water count: water accountability change within an Australian university. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 27(2), 259-282.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. (2018). O Futuro de Agricultura Brasileira. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/documents/10180/9543845/Visão+2030+-+o+futuro+da+agricultura+brasileira/2a9a0f27-0ead-991a-8cbf-af8e89d62829>>. Acesso em: 18 out. 2023.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. (2023). Região Centro-Oeste. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/contando-ciencia/regiao-centro-oeste>>. Acesso em: 19 out. 2023.

FASAKHODI, A., NOURI, S., & AMINI, M. (2010). Water resources sustainability and optimal cropping pattern in farming systems: A multi-objective fractional goal programming approach. *Water Resources Management*, 24, 4639–4657.

FLEISCHMANN, A. S., PAPA, F., FASSONI-ANDRADE, A., MELACK, J. M., WONGCHUIG, S., PAIVA, R. C. D., & COLLISCHONN, W. (2022). How much inundation occurs in the Amazon River basin?. *Remote Sensing of Environment*, 278.

GARCIA, J.R.; VIEIRA, J.E.R. (2014). Reflexões sobre o papel da política agrícola brasileira para o desenvolvimento sustentável. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/IPEA, Brasília.

GETIRANA, A., LIBONATI, R., & CATALDI, M. (2021). Brazil is in water crisis — it needs a drought plan. *Nature*, 600.

GLOBAL WATER PARTNERSHIP - GWP. (2012). Increasing water security – a development imperative. *Perspective paper. Stockholm, Sweden: GWP.*

HOEKSTRA, A. Y. (2008). Human appropriation of natural capital: a comparison of ecological footprint and water footprint analysis. *Ecological Economics*. doi: 10.1016/j.ecolecon.2008.06.021

HOEKSTRA, A. Y., & CHAPAGAIN, A. K. (2006). Water footprints of nations: Water use by people as a function of their consumption pattern. *Water and Resource Management*, 21, 35-48.

HOEKSTRA, A. Y., CHAPAGAIN, A. K., ALDAYA, M. M., & MEKONNEN, M. M. (2011). The water footprint assessment manual. 1.ed. London: Water Footprint Network, 224p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. (2020a). *Contas Econômicas Ambientais – Tabelas*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/20207-contas-economicas-ambientais-da-agua-brasil.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 11 fev. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. (2020b). *Contas Econômicas Ambientais da Água*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101710_notas_tecnicas.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. (2021). Levantamento Sistemático da Produção Agropecuária. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/valor-bruto-da-producao-agropecuaria-vbp>>. Acesso em: 28 jan. 2022.

LOPES, T. R., ZOLIN, C. A., MINGOTI, R., VENDRUSCULO, L. G., DE ALMEIDA, F. T., DE SOUZA, A. P., ... & ULIANA, E. M. (2021). Hydrological regime, water availability and land use/land cover change impact on the water balance in a large agriculture basin in the Southern Brazilian Amazon. *Journal of South American Earth Sciences*, 108, 103224.

MA, J.; HOEKSTRA, A. Y., WANG, H., CHAPAGAIN, A. K., & WANG, D. (2006). Virtual versus real water transfers within China. *Philosophical Transactions of the Royal Society: Biological Sciences*, 361, 835-842.

MARQUES, R. V., ROCHA, M. B., & JOHNSON, R. M. F. (2020). Crise hídrica de 2014-2015 no Sudeste do Brasil: análise nas *Revistas Scientific American Brasil e Veja*. *Revista Ciências & Ideias*, 11(1), 49-67.

MEKONNEN, M. M., & GERBENS-LEENES, W. (2020). The water footprint of global food production. *Water*, 12(10), 2696.

MONTOYA, M. A., & FINAMORE, E. B. (2021). Os recursos hídricos no agronegócio brasileiro: Uma análise insumo-produto do uso, consumo, eficiência e intensidade. *Revista Brasileira de Economia*, 74, 441-464.

NASCIMENTO, N. V., GALDINO, S. M., DA GAMA MOTA, T. L. N., DE SOUSA, J. L. C., & MACHADO, R. S. (2021). O uso das pegadas hídricas na agricultura do Brasil. *Research, Society and Development*, 10(1).

PRABHU, R., COLFER, C. J. P., & DUDLEY, R. G. (1999). Guidelines for developing, testing and selecting criteria and indicators for sustainable forest management: a C&I developer's reference. *Center of International Forestry Research*, (1).

RUDENKO, I. et al. (2013) The added value of a water footprint approach: Micro-and macroeconomic analysis of cotton production, processing and export in water bound Uzbekistan. *Global and planetary change*, 110, 143-151.

SCHYNS, J. F., HOEKSTRA, A. Y., BOOIJ, M. J., HOGEBROOM, R. J., & MEKONNEN, M. M. (2019). Limits to the world's green water resources for food, feed, fiber, timber, and bioenergy. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 116(11), 4893-4898.

SHIELDS, D.; SOLAR, S.; MARTIN, W. (2002). The role of values and objectives in communicating indicators of sustainability. *Ecological Indicator*, 2(1), 149-160.

SILVA, R. C. D., TOGNOLI, F. M. W., REGINATO, P. A. R., SALVADORETTI, P., & SOUZA, L. V. D. (2021). Hydrogeological compartmentalization and connection of the Guarani (GAS) and Serra Geral (SGAS) aquifer systems from a multiscale perspective: a case study in southern Brazil. *Brazilian Journal of Geology*, 51.

SOLDERA, B. (2022). Recursos Hídricos na Região Sudeste. Disponível em: <https://www.aguasustentavel.org.br/conteudo/blog/159-recursos-hidricos-na-regiao-sudeste#:~:text=Rios%20importantes%20est%C3%A3o%20localizados%20nessa,Guarani%20e%20o%20Aqu%C3%ADfero%20Bauru>. Acesso em: 19 out. 2023.

SOUZA, J. S., CAETANO, F. A. O., FROTA, M. G., SILVA, A. F., & SOUZA, E. C. (2021). Instrumentos de gestão municipal: contribuições dos municípios para as políticas públicas ambientais e dos recursos hídricos no nordeste brasileiro. *Boletim regional, urbano e ambiental*, (26).

VEIGA, L. B. E., & MAGRINI, A. (2013). The Brazilian water resources management policy: Fifteen years of success and challenges. *Water Resources Management*, 27(7), 2287-2302.

WORLD BANK. (2022). *Metadata Glossary*. Disponível em: <<https://databank.worldbank.org/metadataglossary/world-development-indicators/series/NV.IND.MANF.ZS>>. Acesso em: 22 mar. 2024.





Impacto do *hedge accounting* de financiamento nos demonstrativos contábeis

O objetivo desta pesquisa foi verificar, por meio de uma simulação contábil, se a designação de *hedge* de fluxo de caixa relativo a um *hedge* natural de financiamentos e exportações futuras reduz a volatilidade no resultado contábil, partindo de dados hipotéticos de uma empresa real, porém, anonimizados, permitindo avaliar com maior nível de profundidade uma relação de *hedge* em empresa exportadora. Como metodologia, as operações foram desenvolvidas e comparadas documentando-se gradualmente as características do instrumento e objeto de *hedge* e o método utilizado para mensurar a volatilidade no resultado e em receitas de exportação. Foi realizada comparação entre a volatilidade do resultado contábil quando a relação de *hedge* é designada como *hedge* de fluxo de caixa e quando não é designada. Justifica-se a pesquisa na medida em que busca aproximar a realidade enfrentada por empresas exportadoras ao avaliar a viabilidade de designação de *hedge accounting* de uma estrutura de *hedge* natural, além de ter um foco didático ao descrever os principais aspectos de avaliação para esse tipo de estrutura em sua ótica financeira e contábil. O estudo contribui com a literatura prevista sobre a redução da volatilidade do resultado contábil causada pela designação de *hedge accounting*, uma vez que, ao designar o *hedge* natural como *hedge* de fluxo de caixa, é auferido um resultado equivalente ao resultado projetado nos fluxos de caixa da relação de proteção, que representa uma receita em reais acrescentada pela inefetividade de *hedge*.

Wesley Carvalho

Mestre e graduado em Ciências Contábeis pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP). É professor da Fipecafi e ABBC e líder de consultoria na M2M SABER. Atua como parecerista em temas contábeis complexos. Coautor do livro "Contabilidade de Derivativos e Hedge Accounting para empresas e instituições financeiras" (Ed. Atlas) e "Manual de Contabilidade Bancária" (Ed. Atlas).

E-mail: wesley.carvalho@m2msaber.com.br

Eric Barreto

Doutor, mestre e graduado em Ciências Contábeis pela FEA-USP, é professor do Insper e sócio da M2M Saber e da Ok.ai, parecerista e palestrante. É autor dos livros "Contabilidade a valor justo" (ed. Saint Paul); "IFRS no Brasil: temas avançados abordados a partir de casos reais" (ed. Gen|Atlas); "Contabilidade de instrumentos financeiros e derivativos: IFRS 9 / CPC 48" (ed. Gen|Atlas); "Contabilidade de derivativos e hedge accounting" (ed. Gen|Atlas) e "Manual de Contabilidade Bancária" (ed. Gen|Atlas).

E-mail: eric.barreto@m2msaber.com.br

Elionor Farah Jreige Weffort

Possui graduação em Direito pela Universidade de São Paulo, graduação em Ciências Contábeis pela FECAP e doutorado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professora e pesquisadora do Programa de Mestrado em Ciências Contábeis da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP) e atua como membro de Conselho de Administração e Comitês de Auditoria em empresas de grande porte. Ocupa a cadeira 64 da Academia Paulista de Contabilidade.

E-mail: eweffort@fecap.br

1 Introdução

Segundo a Secretaria de Comércio Exterior (Secex, 2022), o Brasil fechou abril de 2022 com superávit de US\$19,947 bilhões no acumulado dos quatro primeiros meses do ano, totalizando a corrente de comércio em US\$182,424 bilhões, que reflete a soma de exportações de US\$101,185 bilhões e importações de US\$81,238 bilhões, sendo que os quatro valores são os maiores para este período na série histórica, iniciada em 1997. Entre janeiro e abril de 2022, partimos de uma paridade de real/dólar *ptax*¹ venda de R\$5,5805 para R\$4,9191, que representou uma desvalorização do real diante do dólar, estimada em aproximadamente 11,85%. A presença de volatilidade em paridades cambiais é característica presente nos mercados emergentes – que, por esse motivo, procuram administrar o risco, para o seu crescimento econômico (Rocha; Curado; Damiani, 2011).

Em pleno século XXI, momento em que as tecnologias avançam de maneira quase instantânea e as informações circulam pelo mundo como se não houvesse fronteiras entre os países, ainda não foi possível definir uma moeda única que atendesse a um interesse mundial de maneira uniforme (Borges, 2018, p. 20); assim, cada país opera em seu mercado local com sua moeda corrente oficial, e as transferências de recursos entre os países permanecem sendo realizadas nas moedas tradicionalmente

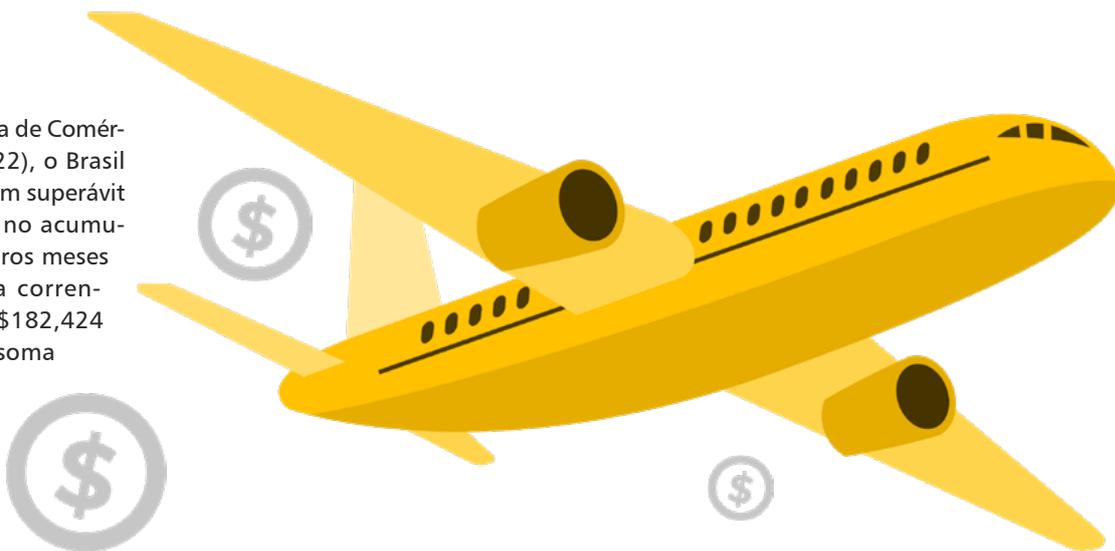
aceitas no mercado internacional. Nesse sentido, no sistema internacional, as moedas se relacionam a partir de uma hierarquia, a qual corresponde com a distribuição de poder dentro desse sistema, do qual, no topo da hierarquia monetária, no momento presente, encontra-se o dólar, a moeda aceita internacionalmente e a partir da qual todas as outras moedas se posicionarão (Arienti, 2013, p. 3).

As empresas que se situam no Brasil, em sua maioria, possuem como moeda funcional o real (Verçosa *et al.*, 2015; Barboza, 2015). De modo geral, a moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico principal no qual a entidade opera, e este ambiente é geralmente o que gera entradas e saídas de caixa. Ou seja, embora uma parcela das empresas no Brasil realize exportação, sua moeda funcional tende ser o real. Um exemplo é a Petrobras, uma empresa brasileira que realiza exportações, mas possui, como moeda funcional, o real.

Segundo Barboza (2015, p. 22), o tema é importante para investi-

dores e gestores financeiros, visto que as variações cambiais que são reconhecidas no resultado do exercício podem ser materialmente diferentes do seu montante ideal, caso a moeda funcional adotada por uma entidade não seja aquela que realmente representa o seu ambiente econômico principal, impactando o lucro líquido apurado em moeda nacional, que servirá, por exemplo, de base de cálculo de dividendos e de impostos sobre o lucro. Por isso, no Brasil tudo aquilo que compete a câmbio é de grande relevância, sobretudo as receitas em dólares, que serão reconhecidas nos balanços das empresas brasileiras atuantes no comércio exterior.

Desse modo, empresas exportadoras buscam recursos para financiar suas receitas futuras de exportação. O mercado de crédito à exportação brasileiro abrange instrumentos públicos de financiamento do BNDES e Programa de Financiamento às Exportações (Proex), e instrumentos privados, tais como Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACC) e o Pré-Pagamento de Exportação (PPE).



¹ *Ptax* é a taxa de referência entre o real e o dólar comercial e é calculada pelo Banco Central do Brasil. A forma de cálculo é a partir de consulta periódica do Banco Central ao sistema de operações de câmbio e cálculo da média ponderada das taxas de compra e venda de dólar, que é definida pela Circular 3.506, de 23/09/10, e suas alterações posteriores.

“Nesse sentido, embora as variações cambiais do financiamento compensem as variações cambiais das exportações esperadas, as variações cambiais do instrumento e do objeto de hedge são reconhecidas em períodos diferentes, resultando em descasamento contábil.”

Um fato interessante é que a demanda por ACC, principal instrumento de financiamento das exportações, não está sujeita somente às necessidades inerentes ao processo produtivo, mas também às possibilidades de ganhos financeiros associados ao diferencial entre os juros externo e interno e à antecipação dos movimentos futuros da taxa de câmbio (Rossi; Prates, 2013). A primeira afirmação dos autores está relacionada com custos mais favoráveis do que as taxas de mercado geralmente praticadas em outras linhas de crédito, e a segunda afirmação diz respeito à compensação das variações cambiais do financiamento em relação às variações cambiais das exportações. Essa relação econômica entre financiamento e exportação foi batizada entre os financeiros como *hedge natural*.

O *hedge natural*, em suma, origina-se em função do curso normal das transações comerciais, de financiamento e de investimento, não sendo o objetivo-fim de sua existência. Ou seja, por isso o chamado “natural”, pois se trata da construção de uma relação de *he-*

dge por motivos que não estão relacionados diretamente com a estruturação de um *hedge*, mas em função de outras diretrizes determinadas pelo corpo administrativo das corporações. Assim, é improvável que seja notado um derivativo como parte de uma relação de *hedge natural*, no que tange às empresas não financeiras.

No que diz respeito à questão contábil, o *hedge natural* – no qual o instrumento de proteção é um conjunto de fluxos de caixa de saídas em dólar de um instrumento de dívida, e o item protegido são os fluxos de caixa esperados de entradas das exportações em dólar – provoca um descasamento contábil que ocasiona volatilidade no resultado contábil. A dívida em dólar, considerada como instrumento de *hedge*, está registrada no balanço ao custo amortizado, com suas variações cambiais à vista, e os juros incorridos registrados nas demonstrações de resultado à medida que o tempo passa. De outro lado, as exportações futuras estão fora do balanço; então, mesmo que seja quase certo que os resultados futu-

ros da empresa sejam afetados pela variação cambial do dólar sobre essas exportações, o resultado da empresa não é influenciado imediatamente por essas variações.

Nesse sentido, embora as variações cambiais do financiamento compensem as variações cambiais das exportações esperadas, as variações cambiais do instrumento e do objeto de *hedge* são reconhecidas em períodos diferentes, resultando em descasamento contábil. Uma solução comum para tal problemática é designar a relação para *hedge accounting*, prática que busca extrair o maior potencial do *hedge*, no que tange aos seus efeitos contábeis.

Dado o fundamento de que as variações cambiais do financiamento compensam as variações cambiais das exportações futuras, há uma espécie de trava do dólar quando ocorre a emissão do financiamento, e o *hedge accounting*, designado na categoria de *hedge* de fluxo de caixa, faz com que o efeito da variação cambial do financiamento seja registrado no patrimônio líquido, sendo transferido para o resultado somente quando as obrigações de performance das exportações futuras forem cumpridas, ou seja, quando ocorre o reconhecimento da receita.



Assim, embora haja pesquisas objetivando estudar as relações de *hedge* de fluxo de caixa em diversas perspectivas (Sticca; Nakao, 2019; Makar; Wang; Alam, 2013; Gigler; Kanodia; Venugopalan, 2007), pouco se fala sobre os impactos contábeis causados na relação de *hedge* natural de financiamento em moeda estrangeira e exportações futuras. Acredita-se ser tema de bastante relevância, sobretudo em cenários em que o volume de exportação é significativo e as empresas situadas em mercados emergentes ficam expostas à variação cambial. Assim, surge a questão de pesquisa: ao se designar um *hedge* natural de financiamento e exportações futuras como um *hedge* de fluxo de caixa, há redução na volatilidade no resultado contábil?

Portanto, o objetivo geral deste estudo é verificar, por meio de uma simulação, se a designação de *hedge* de fluxo de caixa de *hedge* natural de financiamentos e exportações futuras reduz a volatilidade no resultado contábil, partindo de dados de uma empresa real, porém, anonimizados, permitindo avaliar com maior nível de profundidade uma relação de *hedge* em empresa exportadora.

2 Fundamentação Teórica

2.1 Hedge natural nas empresas exportadoras

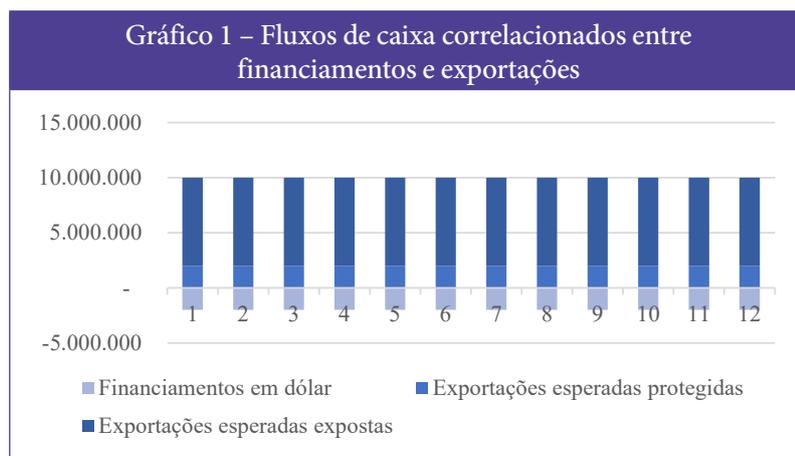
Segundo Ticle (2020), “o *hedge* natural é bonito no livro-texto, mas na prática há muitas variáveis que não são possíveis de controlar”. Esse argumento foi fundamentado na desaceleração econômica global em função da pandemia do coronavírus – que, nas duas primeiras semanas de março, trouxe como consequência uma queda nas exportações da Minerva Foods, uma das maiores exportadoras de carne bovina da América do Sul.

Dados das demonstrações financeiras do 4º trimestre de 2019 da Minerva Foods demonstraram que existiam aproximadamente R\$8 bilhões de financiamentos em dólar americano, como ACC, NCE, PPE, entre outros; tais financiamentos apresentavam como prazo máximo de vencimento o ano de 2029. Em contrapartida, a companhia auferiu uma receita de exportação de aproximadamente R\$12 bilhões. Em cálculo imperfeito, partindo do dólar de fechamento de R\$4,11, os financiamentos equivaleriam a, aproximadamente, US\$1,95 bilhão, e a receita, a cerca de US\$2,92 bilhões. Isso significa que o total de dívidas representaria o percentual de 67%, em relação à receita em dólar auferida no exercício de 2019. Isso indica que os passivos onerosos em dólar são menores do que o faturamento em dólar, contrapondo-se à afirmação sobre a preocupação do gestor em relação à queda da receita e à possível alteração da exposição comprada para uma exposição vendida.

Nesse sentido, a Petrobras, em sua primeira designação de *hedge accounting* de dívidas para proteção de suas exportações, documentou a estratégia de *hedge* prevendo 70% da posição passiva em dólar

como instrumento de proteção de 20% das exportações, em um prazo de sete anos de período de *hedge* (Silva, 2013), conforme aplicado atualmente². Assim, há uma evidência de que, ao designar uma relação de *hedge* dessa configuração, a companhia correlaciona os fluxos de caixa de saída da dívida aos fluxos de caixa de entrada das exportações esperadas, de tal sorte que esses fluxos de saída representem uma parcela das exportações, dado que, certamente o faturamento por exportações em um exercício de doze meses tenderia a representar um montante maior do que o fluxo de amortização do principal dos financiamentos em dólar.

O Gráfico 1 apresenta uma relação de *hedge*, baseada em exemplo real, de financiamento em dólar protegendo exportações futuras para o período de 12 meses, em que os fluxos de amortização do principal da dívida ocorrem mensalmente ao montante de US\$2 milhões e as exportações acontecem mensalmente ao montante de US\$10 milhões, de forma que o financiamento protege somente a parcela de US\$2 milhões da exportação e o excedente de exportação fica naturalmente exposto à variação cambial do dólar:



Fonte: elaborado pelos autores.

² Vide demonstrações financeiras da Petrobras no seguinte link.

Dessa forma, com base no Gráfico 1, pode-se afirmar que o *hedge* representa apenas 20% da exposição das exportações de dólar. Ou seja, mesmo que as empresas exportadoras se deparem com cenários de queda das exportações, a probabilidade de haver uma exposição maior em dívidas do que exportações é ínfima, dada a característica da estrutura de financiamento em dólar e a perpetuidade do negócio.



Segundo o *International Accounting Standards Board*³ (IASB, 2014), qualquer relação de *hedge* é imperfeita, ou seja, dificilmente será possível enxergar uma compensação integral das variações do risco do instrumento em relação às variações do risco da exposição protegida, pois não existe um instrumento financeiro perfeito, disponível no mercado, sem custo de contratação.

Essas imperfeições são conhecidas como fontes de inefetividade, que podem surgir por diversas questões específicas de cada relação econômica e, em alguns casos, impactam os parâmetros de monitoramento do *hedge*; cabe à entidade adequar sua estrutura em função delas. Dessa forma, o Quadro 1 apresenta, de forma não exaustiva, potenciais fontes de inefetividade existentes do *hedge* natural de financiamentos com exportações.

É importante salientar que nem todas as fontes de inefetividade causarão algum efeito durante o período de *hedge*, embora sejam eventos possíveis, que devem ser identificados e monitorados para eventuais necessidades de reequilíbrio da estratégia. Essas estruturas de *hedge* normalmente não são formadas por relações estáticas, como no caso de um *swap* que protege uma dívida. Portanto, a frequ-

ência desse monitoramento deve ocorrer no menor intervalo de tempo possível, para que haja acompanhamento dos possíveis eventos de inefetividade, e consequentemente haja reequilíbrio da relação de *hedge* de forma tempestiva.

2.2 Hedge de fluxo de caixa de financiamentos x exportações

Segundo a literatura atual sobre *hedge accounting*, há poucas pesquisas que estudaram as estruturas de *hedge* de fluxo de caixa, sobretudo no que diz respeito aos *hedges* de passivos em moeda estrangeira protegendo transações futuras de venda. Tais pesquisas avaliaram os impactos do *hedge* de fluxo de caixa, no que concerne às estruturas com utilização de derivativos (Gigler; Kanodia; Venugopalan, 2007; Makar; Wang; Alam, 2013).

Embora não seja algo explícito nos normativos contábeis, um modelo de *hedge* de fluxo de caixa leva como consequência, em seu cerne econômico, o fundamento de que o objeto protegido da referida relação de *hedge* origina uma exposição a um risco flutuante. Tal proteção ocorre por um instrumento financeiro que busca reduzir a exposição a determinado risco, ao fixar o risco ou ao menos transferi-lo para um risco com menor probabilidade de volatilidade.

Quadro 1 – Potenciais fontes de inefetividade de *hedge* de financiamentos x exportações

Evento	Descrição
Prorrogação do prazo da exportação	Como vimos em diversos casos, podem ocorrer problemas no desembaraço, o que causa o atraso nas transferências dos bens aos clientes externos. Portanto, o efetivo faturamento da exportação causa um desbalanceamento no casamento dos fluxos de caixa protegidos.
Diferença entre o dólar de liquidação entre financiamento e exportação	Geralmente os financiamentos em dólar são liquidados por um dólar à vista específico, porém, como as exportações ocorrem em diversos dias durante um mês, reconhece uma receita com base em diversas datas de exportação.
Liquidação antecipada do financiamento	É um evento com pouca probabilidade de acontecer, devido à gestão de liquidez, mas sua ocorrência causa um desbalanceamento no casamento dos fluxos de caixa protegidos.
Redução do orçamento previsto de exportação	A pandemia do Covid-19 é um exemplo, pois reduz a produção e, consequentemente, as exportações; esse evento também causa um desbalanceamento no casamento dos fluxos de caixa protegidos.

Fonte: elaborado pelos autores.

3 Referência ao item BC6.252 do *basis for conclusions: IFRS 9 financial instruments*.

A designação de *hedge accounting* só é pertinente porque existe um descasamento contábil, o qual surge em diversos tipos de relações de proteção, inclusive no *hedge* de passivos em moeda estrangeira relacionados a outros eventos futuros na mesma moeda. O descasamento contábil não é o problema, mas, sim, a sua consequência na contabilidade ao longo do tempo, pois, em função do descasamento contábil de uma relação de proteção, o instrumento de *hedge* impactará o resultado contábil com base na variação do câmbio à vista; em contrapartida, a exposição protegida estará *off balance*⁴, ou seja, durante o período de *hedge*, não impactará o resultado. Assim, o item protegido é caracterizado como uma transação futura altamente provável. A norma contábil não detalha os requisitos para defini-la como altamente provável, porém, segundo KPMG (2017), uma transação prevista deve ser considerada como altamente provável quando houver pelo menos 90% de probabilidade de a transação ocorrer. Em resumo, o

Quadro 2 demonstra o descasamento contábil.

O descasamento entre linhas de resultado apresentado no Quadro 2 não é um ponto explícito na IFRS 9, pois a norma não especifica em quais linhas de resultado devem ser contabilizadas as parcelas efetivas dos instrumentos de *hedge*. Porém, na prática, algumas empresas contabilizam a parcela efetiva nas mesmas linhas de resultado em que o item protegido é evidenciado, e a parcela não efetiva é contabilizada no resultado financeiro, *e.g.* São Martinho, BRF, M Dias Branco.

Ainda sobre a relação de *hedge*, é importante destacar que o financiamento possui dois componentes de risco: taxa de juros e variação cambial. Somente a variação cambial é o risco protegido na relação de *hedge*, logo, o risco designado do instrumento de *hedge*. Dessa forma, o Quadro 3 demonstra o resultado econômico esperado do *hedge*.

Destaca-se, no Quadro 3, que o resultado do *hedge* é uma receita em real, dada a sua con-

versão pelo dólar na paridade inicial, no momento da liberação do recurso. Qualquer variação desse resultado é consequência de inefetividade de *hedge*.

Segundo o item B6.5.2 do CPC 48 (2016, p. 120), a finalidade do *hedge* de fluxo de caixa é diferir o ganho ou a perda no instrumento de *hedge* para o período ou os períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados protegidos afetem o resultado. Assim, permite que ocorra um ajuste na margem operacional com os efeitos do *hedge*, que, inclusive, é um dos motivos das empresas adotarem o *hedge accounting* (EY, 2019). Portanto, o Quadro 4 apresenta o efeito contábil teórico do *hedge* de fluxo de caixa de financiamentos em dólar protegendo exportações em dólar.



Quadro 2 – Descasamento contábil de *hedge* de financiamentos x exportações

Instrumento de hedge			Item protegido			Descasamento contábil
Tipo de instrumento	Linha da DRE	Base de mensuração	Tipo de item	Linha da DRE	Base de mensuração	
Financiamentos em dólar	Resultado financeiro, com impacto de todo o valor da dívida	Custo amortizado	Exportações futuras	Resultado operacional, somente na data de cada exportação	Off balance	Descasamento entre períodos de reconhecimento e entre linhas de resultado

Fonte: elaborado pelos autores.

Quadro 3 – Exemplo resultado de *hedge* de financiamentos x exportações

Exportações futuras	Financiamentos em dólar	Resultado do hedge
Recebe dólar	Paga dólar	Recebe real, com base na paridade inicial do financiamento, mais ou menos a inefetividade de hedge

Fonte: elaborado pelos autores.

Quadro 4 – Efeito contábil de *hedge* de fluxo de caixa de financiamentos x exportações, baseado em exemplo real

<i>Hedge accounting</i>	Exportações futuras	Financiamentos em dólar	Efeito teórico no resultado contábil
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa	<i>Off balance</i> (contrato executório)	Variação cambial à vista registrada no patrimônio líquido	Receita em real com base na paridade inicial do financiamento, mais ou menos a inefetividade de <i>hedge</i>

Fonte: elaborado pelos autores.

⁴ *Off balance* é um termo utilizado quando há operações não são passíveis de serem reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Em consonância com o Quadro 4, é possível verificar que, dado o objetivo do *hedge* econômico, que é travar o risco de variação cambial e receber um caixa fixo em função dessa relação, o efeito contábil esperado dessa relação de *hedge* fluxo de caixa é representar na contabilidade uma receita em real, conforme evidenciado no efeito dos fluxos de caixa, adicionando a inefetividade de *hedge*. Assim, espera-se que, com a receita em reais, a volatilidade contábil da relação de *hedge* seja menor em comparação com o resultado contábil sem adoção de *hedge accounting*. Tal resultado é esperado pelas empresas que adotam o *hedge accounting*, sendo inclusive informações divulgadas por empresas que realizaram adoção inicial a esta prática contábil (Canongia, M; Silva, A; 2014). Os achados de Silva (2014) também reforçam essas constatações, com base em diversas estruturas de *hedge* que revelaram fortes evidências de que a adoção do *hedge accounting* resultou em diminuição da volatilidade.

3 Metodologia

A pesquisa seguiu a abordagem proposta por Bastos e Galdi (2010) e Hwang (2002), ao demonstrar a operacionalização até a contabilização de derivativos e *hedge accounting*, de acordo com os principais normativos contábeis vigentes em cada época. No entanto, essa pesquisa trata-se de demonstrar o efeito contábil do *hedge* constituído por financiamento em dólar e exportações projetadas em dólar, bem como a comparação da vola-

tilidade no resultado contábil sem e com *hedge accounting*. O período simulado para o efeito contábil do *hedge accounting* foi definido de modo aleatório, considerando 1º de janeiro de 2021 como a data de designação da relação de *hedge*, até 31 de dezembro de 2021. Assim, foi simulado um financiamento no valor de US\$10.000.000, emitido em 1º de janeiro de 2021, com vencimento para 31 de dezembro de 2021, cujo dólar de liquidação é a *ptax* venda e amortização mensal do principal para todo final de que equivale a 8,33% do recurso total.

O objeto de *hedge*, que é uma projeção de exportação, foi simulado pelo prazo esperado de faturamento, de 31 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, com periodicidade mensal. Como as empresas de exportação realizam diversas transações ao longo de um mês, definimos como dólar de conversão, a média aritmética mensal da *ptax* venda. O valor projetado de exportação foi definido como US\$40.000.000, e seu montante designado representa 25% das parcelas de faturamento mensal, que equivalem a US\$3.333.333 mensais. Ou seja, a parcela protegida mensal foi de US\$833.333, e os respectivos valores, definidos com base no perfil de uma empresa brasileira que atua com exportações.

A partir das definições das características simuladas do instrumento e objeto de *hedge*, a variação cambial da parcela designada do financiamento em dólar, reconhecida na demonstração do resultado mensal (VC_{in}), foi mensurada da seguinte forma:

$$VC_{in} = (Ptax_{d0} - Ptax_{db}) \times Parcela\ designada^5 \quad (1)$$

Em que:

$Ptax_{d0} = Pt_{ax} - v$ bacen na data da designação, que foi 1º de janeiro de 2021

$Ptax_{db} = Pt_{ax} - v$ bacen na data base

$Parcela\ designada = Valor\ da\ parcela\ de\ amortização\ do\ principal\ do\ financiamento\ designado\ para\ hedge\ de\ fluxo\ de\ caixa$

Segundo Santos e Silva (2015, p. 326), “volatilidade histórica é maneira mais simples e intuitiva de se estimar a volatilidade de um ativo numa data futura. Supondo que o passado possa ser usado para fazer inferências sobre o futuro”. Para essa pesquisa, a volatilidade histórica representou o modo de tratamento dos dados para se mensurar a volatilidade contábil mensal da relação de *hedge*, no período de 12 meses, para o estudo do seu comportamento no passado, porém, sem inferências futuras. Em outras palavras, a volatilidade pode ser definida como o quanto algo se move em torno de sua média. Nesse sentido, na literatura de finanças, são bastante utilizados os preços de ações como *proxy* para mensuração de volatilidade (Hull, 2016). Mais especificamente, utilizamos como *proxy* o resultado contábil da relação de *hedge* sem e com *hedge accounting*.

5 A receita em reais das exportações foi mensurada com base na média aritmética do dólar *ptax* venda do mês de referência, por meio da seguinte equação:

$$Receita_{on} = Parcela\ designada \times \left(\frac{Ptax_{d0} + Ptax_{d1} + Ptax_{d2} + \dots + Ptax_{dn}}{n} \right)$$

Em que:

$n = quantidade\ de\ dias\ úteis\ do\ mês\ de\ referência\ para\ reconhecimento\ de\ receita.$



A volatilidade foi calculada mediante o desvio-padrão das variabilidades do resultado contábil da relação de *hedge* (RH). Isto é, primeiro mensuramos as variabilidades históricas mensais do resultado contábil da relação de *hedge*:

$$RH = \ln \frac{DRE_{db}}{DRE_{db-1}} \quad (2)$$

Em que:

\ln = Logaritmo natural da função

DRE_{db} = resultado contábil do hedge no mês n

DRE_{db-1} = resultado contábil do hedge no mês $n-1$

Com base no vetor das variabilidades do resultado contábil da relação de *hedge*, foi calculada a dispersão em torno da média dessas variabilidades, ou seja, o desvio-padrão (σ), da seguinte forma:

$$\sigma = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (RH_i - \overline{RH})^2}{n-1}} \quad (3)$$

Em que:

RH_i = Variabilidade mensal do resultado contábil da relação de *hedge*

\overline{RH} = Média aritmética da variabilidade mensal do resultado contábil da relação de *hedge*

n = Número de observações equivalente a 12 meses

4 Síntese dos Resultados

A Tabela 1 apresenta o desenho dos fluxos de amortização do principal da dívida ao longo do ano de 2021, mensalmente. Mensurou-se a variação cambial constituída e represada no patrimônio líquido e a parcela da variação cambial que foi reclassificada para o resultado contábil, levando em consideração o reconhecimento da receita mensal devido ao faturamento mensal de exportações em dólar.

Nesse sentido, considerando a designação para *hedge* de fluxo de caixa, a variação cambial reclassificada do patrimônio líquido para o resultado deveria compensar as variações cambiais sobre as receitas por exportação já realizadas.



Tabela 1 – Características e efeitos contábeis do financiamento em dólar

Data	Amortização do Principal	Saldo do principal atualizado	Varição cambial baixada (DRE)	Constituição Reserva de hedge (PL)	Saldo Reserva de hedge (PL)
1º/1/2021	-	10.000.000	-	-	-
31/1/2021	833.333	9.166.667	232.667	2.792.000	2.559.333
28/2/2021	833.333	8.333.333	277.917	497.750	2.779.167
31/3/2021	833.333	7.500.000	417.167	1.392.500	3.754.500
30/4/2021	833.333	6.666.667	172.417	2.202.750	1.379.333
31/5/2021	833.333	5.833.333	29.583	1.142.667	207.083
30/6/2021	833.333	5.000.000	162.083	1.341.667	972.500
31/7/2021	833.333	4.166.667	62.583	597.000	312.917
31/8/2021	833.333	3.333.333	44.500	90.417	178.000
30/9/2021	833.333	2.500.000	202.250	987.000	606.750
31/10/2021	833.333	1.666.667	371.917	509.000	743.833
30/11/2021	833.333	833.333	352.667	38.500	352.667
31/12/2021	833.333	-	319.833	32.833	-

Fonte: elaborado pelos autores.

Para a mensuração do efeito contábil da variação cambial do financiamento em dólar no resultado, sem adoção do *hedge accounting*, consideramos toda a variação cambial do saldo de parcelas em aberto para cada mês base. Ou seja, o valor da variação cambial total do financiamento em dólar que impactou o resultado mensal foi aquele repesado no patrimônio líquido, caso tal instrumento estivesse sido designado para fins de *hedge accounting*.

A Tabela 2 indica as características e os resultados apurados do objeto de *hedge*, isto é, da exportação em dólar. Para tanto, enfatiza-se o efeito contábil do volume protegido de exportação, que deveria ser compensado pelas variações cambiais das parcelas designadas do instrumento de *hedge*.

A última coluna da Tabela 2 apresenta a receita, a cada mês de reconhecimento, contabilizada com base no valor protegido e no dólar ptax venda médio para o respectivo mês. Esses dados representam uma característica de empresas exportadoras: a realização de vendas por exportação em diversos dias ao longo de um mês.

Um dos resultados da análise do estudo foi a comparação do resultado contábil com e sem adoção de *hedge accounting*. Assim, conseguimos observá-lo na Tabela 3, que apresenta também as variabilidades mensais do resultado contábil.

Embora, ao fim do período de 12 meses, o resultado contábil acumulado seja o mesmo, é possível observar mensalmente a diferença da variabilidade do resultado contábil com e sem *hedge accounting*. O resultado contábil com *hedge accounting* apresenta uma variabilidade muito próxima de 0% e demonstra que essa prática contábil atingiu o seu objetivo. Isso porque a variabilidade do resultado contábil sem *hedge accounting* ficou entre -40% e 88% — o que, em algum período,

Tabela 2 – Características e efeitos contábeis das exportações em dólar

Data	Projeção de exportação	Percentual protegido de exportação	Volume protegido	Receita em real (DRE)
1º/1/2021	-	-	-	-
31/1/2021	3.333.333	25%	833.333	4.463.538
28/2/2021	3.333.333	25%	833.333	4.513.745
31/3/2021	3.333.333	25%	833.333	4.705.123
30/4/2021	3.333.333	25%	833.333	4.635.113
31/5/2021	3.333.333	25%	833.333	4.409.214
30/6/2021	3.333.333	25%	833.333	4.193.254
31/7/2021	3.333.333	25%	833.333	4.297.254
31/8/2021	3.333.333	25%	833.333	4.376.432
30/9/2021	3.333.333	25%	833.333	4.399.742
31/10/2021	3.333.333	25%	833.333	4.616.650
30/11/2021	3.333.333	25%	833.333	4.630.717
31/12/2021	3.333.333	25%	833.333	4.709.493

Fonte: elaborado pelos autores.

Tabela 3 – Comparação do efeito contábil sem e com *hedge accounting*

Data	DRE sem <i>hedge accounting</i>	Variabilidade mensal DRE sem <i>hedge accounting</i>	DRE com <i>hedge accounting</i>	Variabilidade mensal DRE com <i>hedge accounting</i>
1º/1/2021	-	-	-	-
31/1/2021	1.671.538	-	4.230.871	-
28/2/2021	4.015.995	88%	4.235.829	0%
31/3/2021	3.312.623	-19%	4.287.957	1%
30/4/2021	6.837.863	72%	4.462.696	4%
31/5/2021	5.551.881	-21%	4.379.631	-2%
30/6/2021	5.534.921	0%	4.355.337	-1%
31/7/2021	3.700.254	-40%	4.359.837	0%
31/8/2021	4.286.015	15%	4.420.932	1%
30/9/2021	3.412.742	-23%	4.197.492	-5%
31/10/2021	4.107.650	19%	4.244.733	1%
30/11/2021	4.669.217	13%	4.278.050	1%
31/12/2021	4.742.326	2%	4.389.659	3%

Fonte: elaborado pelos autores.

Tabela 4 – Volatilidade contábil sem e com *hedge accounting*

Métrica de variabilidade do resultado	DRE Sem <i>hedge accounting</i>	DRE Com <i>hedge accounting</i>
Volatilidade mensal	38%	2%

Fonte: elaborado pelos autores.

do, poderia produzir uma interpretação de ganho excessivo ou perda excessiva. Importante mencionar que o resultado com *hedge accounting* não foi perfeito, pois há fontes de inefetividade; neste caso, a diferença entre o dólar de liquidação

do instrumento de *hedge* e o dólar de liquidação das exportações. Nesse sentido, dado o objetivo principal da pesquisa, foi desenvolvida a Tabela 4, que demonstra a volatilidade do resultado contábil da relação de *hedge* sem e com *hedge accounting*.

Segundo a metodologia de volatilidade utilizada na pesquisa, pode-se observar uma diferença de 36% de volatilidade entre o resultado contábil com e sem a adoção de *hedge accounting*. O resultado evidencia que, ao se fazer *hedge accounting* de financiamentos em dólar protegendo exportações nessa moeda, a volatilidade do resultado é significativamente reduzida em função da prática contábil.

Novamente, é importante enfatizar que o resultado contábil com *hedge accounting* não eliminou toda a volatilidade no resultado, pois, na relação de *hedge*, incluímos o efeito da principal fonte de inefetividade deste tipo de relação, o que também está em linha com a interpretação do IASB (2014). Ou seja, mesmo não se tratando de um *hedge* perfeito, o que naturalmente acontece com qualquer estrutura de *hedge*, foi possível demonstrar contabilmente que existe relação eco-

nômica entre instrumento e objeto e que o objetivo do *hedge accounting* é alcançado neste tipo de estrutura, uma vez que a volatilidade contábil é significante menor ao aplicar a prática de *hedge accounting*.

5 Considerações Finais

Em uma relação de *hedge* similar à estudada nesta pesquisa, é evidente a existência de aspectos não controláveis, tais como a diferença do dólar de liquidação entre instrumento e objeto de *hedge*. Nesse sentido, entendemos que o posicionamento de Ticle (2020), de que há muitas variáveis que não são possíveis de controlar no *hedge* natural, está correto. No entanto, observa-se que, nesse tipo de estrutura, a designação de *hedge accounting* leva em consideração os fluxos de caixa de amortização do principal e dilui outros riscos existentes na relação de *hedge*, como nas relações de *hedge* designadas pela Petrobras a partir de 2013 (Silva, 2013). Nesse sentido, segundo o estudo realizado, entende-se que tal estrutura é viável para empresas exportadoras, sobretudo porque essas companhias deixam de despender recursos com a contratação de instrumentos de proteção e, assim, reduzem seu custo de *hedge*.

Como resultado principal da pesquisa, foi possível concluir que a adoção do *hedge* de fluxo de cai-

xa, em uma estrutura de *hedge* natural, reduz a volatilidade do resultado contábil, o que está em linha com a opinião da EY (2019), com os achados de Silva (2014) e com as expectativas de resultado contábil comunicadas pelas empresas em sua adoção inicial (Canongia, M; Silva, A; 2014). Os resultados também são reforçados pelo entendimento do IASB (2014), no que diz respeito à inexistência de instrumentos financeiros ideais que tornem o *hedge* perfeitamente efetivo. Ou seja, o resultado de 2% de volatilidade mensal identificado no resultado contábil simulado nesse estudo ilustram que, em qualquer relação de *hedge*, haverá fontes de inefetividade.

Assim, esse trabalho contribui para disseminar o entendimento sobre efeitos contábeis de *hedge* de fluxo de caixa de financiamento em dólar protegendo exportações nessa moeda. Ademais, o presente estudo auxilia os usuários externos nas decisões de adotar ou não *hedge accounting* e evidencia os possíveis impactos contábeis existentes nesse tipo de estrutura.

Para pesquisas futuras, o estudo poderia ser ampliado, mediante a observação de empresas exportadoras que adotam ou não *hedge accounting* e a consequente interpretação e comparação de seus resultados, com base nas variáveis designadas na relação de *hedge*, entre outras que se fizerem válidas.



Referências

ARIENTI, P. F. F. O dólar como moeda internacional e os limites da autonomia de política econômica dos Estados Unidos. Meridiano 47. *Journal of Global Studies*, 14(140), 2013.

BASTOS, V. O.; GALDI, F. C. *Hedge accounting: Derivativos Exóticos*. In: 10º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2010, São Paulo. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos102010/388.pdf>. Acesso em: 09 maio 2022.

BARBOZA F. A. Moeda funcional, uma abordagem conceitual e interpretativa para investidores e gestores financeiros. *Pensar Contábil*, Rio de Janeiro, v. XVII, n. 63, p. 22 - 30, maio/ago. 2015.

BORGES, J. T. *Câmbio: mercado e prática*. 1ª ed. Curitiba, PR: Intersaberes, 2018.

CANONGIA, M. A. G., & SILVA, A. H. C. *Análise do impacto no mercado de capitais devido à adoção de hedge accounting por empresas brasileiras*. *Pensar contábil*, 16(61), 2015.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). CPC-48: Instrumentos financeiros. Brasília, dez. 2016. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=106>. Acesso em: 09 jul. 2022.

EY. *Hedge accounting: a opção para corrigir descasamentos contábeis nas demonstrações financeiras*. São Paulo, 2019.

GIGLER, F., KANODIA, C. and VENUGOPALAN, R. Assessing the Information Content of Mark-to-Market Accounting with Mixed Attributes: the case of cash flow hedges. *Journal of Accounting Research*, 45: 257-276, [s.l.], 2007. <https://doi.org/10.1111/j.1475-679X.2007.00232.x>.

HULL, J. C. *Opções, futuros e outros derivativos*. 9ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2016.

IASB, Basis for Conclusions: IFRS 9 Financial Instruments. 2014. Disponível em: <https://www.ifrs.org/search-results/?query=ifrs%209&group=standards>. Acesso em: 09 jul. 2022.

KPMG. *Insights into IFRS*, 14th Edition 2017. Londres.

MAKAR, S.; WANG., L., ALAM., P. The mixed attribute model in SFAS 133 cash flow *hedge accounting*: Implications for market pricing. *Review of Accounting Studies*. 2012, 18. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11142-012-9201-z>.

ROCHA, M.; CURADO, M.; DAMIANI., D. Taxa de câmbio real e crescimento econômico: uma comparação entre economias emergentes e desenvolvidas. *Brazilian Journal of Political Economy* [online]. 2011, v. 31, n. 4, pp. 528-550. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-31572011000400002>. Acesso em: 10 jul. 2022. Epub 28 Feb 2012. ISSN 1809-4538.

ROSSI, P.; PRATES, D. M. Financiamento às Exportações no Brasil. *Análise Econômica*, [s. l.], v. 31, n. 59, 2013. DOI: 10.22456/2176-5456.14894. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/14894>. Acesso em: 8 jul. 2022.

SANTOS, J. C. S.; SILVA, M. E. *Derivativos e renda fixa: Teoria e aplicações ao mercado brasileiro*. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

SECEX, BALANÇA COMERCIAL: *Comércio exterior brasileiro bate novos recordes nos quatro primeiros meses do ano*. Mai. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2022/05/comercio-exterior-brasileiro-ate-novos-recordes-nos-quatro-primeiros-meses-do-ano>.

SILVA, Fernando Chiqueto da. *Hedge accounting no Brasil*. 2014. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/T.12.2014.tde-27062014-182634. Acesso em: 31 ago. 2022.

SILVA, S. S. *A Contabilidade de Hedge na Petrobras*. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, set./2013 (Texto para Discussão nº 138). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-138-a-contabilidade-de-hedge-na-petrobras>. Acesso em: 18 set. 2013.

STICCA, R. M; NAKAO, S. H. Hedge accounting choice as exchange loss avoidance under financial crisis: evidence from Brazil. *Emerging Markets Review*, v. 41, p. 100655, 2019. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.ememar.2019.100655>.

TICLE E. *Estratégia de proteção da Minerva ao dólar vai além do hedge natural*. Mar. 2020. Disponível em: <https://www.beefpoint.com.br/estrategia-de-protecao-da-minerva-ao-dolar-vai-alem-do-hedge-natural/>. Acesso em: 08 de julho. 2022.

VERÇOSA P. E. N. *et al*. A viabilidade da adoção de moeda funcional diferente da nacional para fins tributários. *Revista da Receita Federal: estudos tributários e aduaneiros*, Brasília, v. 2, n. 1, p. 09-38, jul./dez. 2015.



Impacto do eSocial após implantado na rotina de departamento pessoal

O projeto do Governo Federal intitulado como eSocial, que se refere ao Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas, tem por finalidade a escrituração digital da folha de pagamento e das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais referentes a todo vínculo trabalhista; sua implantação foi classificada como o maior e mais complexo projeto do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped). O objetivo deste estudo foi analisar o impacto de tal implantação nas rotinas de departamento pessoal, com ênfase nos escritórios de contabilidade da cidade de São José do Vale do Rio Preto/RJ. Quanto à abordagem, utilizou-se a metodologia quantitativa explorativa, além da aplicação de questionários repassados por meio da plataforma Google Forms aos 11 escritórios de contabilidade, resultando em uma amostra de 100%. Como resultado, os contadores afirmam benefícios como unificação e agilidade das informações, porém alegam que a vigência tem sido marcada pelo autoesforço e baixo proveito por terem que enfrentar dificuldade com a plataforma e o envio em dia das obrigações. Logo, a percepção dos contadores em relação ao eSocial para o departamento pessoal não é satisfatória, visto que o maior beneficiado com a implantação é o próprio governo.

Eduardo Miato Cardoso

Graduando do curso de Contabilidade pelo Centro Universitário Serra dos Órgãos (Unifeso). Na instituição, é primeiro-tesoureiro do diretório acadêmico e diretor financeiro da empresa júnior. Aprovado no Conselho no sétimo período de graduação. Atua há seis anos na área de departamento pessoal em escritório de contabilidade.

E-mail: eduardomiato9@gmail.com

Telma de Amorim Freitas Silva

Mestre em Economia Empresarial, com ênfase em finanças, pela Universidade Cândido Mendes (2017). Graduada em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Serra dos Órgãos (1987). Professora titular do Centro Universitário Serra dos Órgãos, coordenadora dos cursos de Administração e de Ciências Contábeis do Unifeso na modalidade EaD (2023).

E-mail: telmasilva@unifeso.edu.br

1 Introdução

Ao longo dos anos, a prática contábil nos escritórios é aperfeiçoada constantemente e passa por diversas transformações; entre elas, incluem-se resultados da evolução tecnológica. Essa nova era no cotidiano do profissional da contabilidade é caracterizada pelas mudanças nas técnicas e nos procedimentos, em busca de agilidade, rapidez e eficiência no processo de informação (Filipin *et al.*, 2016).

Com isso, a tecnologia passou a ser essencial e rotineira no envio e na troca de informações na contabilidade, possibilitando ao contador coletar, registrar, organizar, analisar e transmitir aos órgãos governamentais os dados contábeis da sua empresa com muito mais agilidade, exatidão e eficiência (Santos; Konzen, 2020).

Para tanto, era necessário que as informações estivessem em um único banco de dados, compartilhado entre as esferas do governo. Essa estratégia, de um lado, minimiza a quantidade de obrigações a serem entregues pelos contribuintes (sem a diminuição da quantidade de informações) e, por outro

lado, assegura a padronização e a uniformização de procedimentos (Jordão *et al.*, 2018).

Dessa forma, para obter maior controle na área dos tributos fiscais, previdenciários e trabalhistas, o Governo Federal percebeu que seria necessário um implemento ao Sped que já vigorava desde o Decreto-Lei n.º 6.022, de 22 de janeiro de 2007. Nessa perspectiva, foi publicado o Decreto n.º 8.373, de 11 de dezembro de 2014, anunciando a criação do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (Brasil, 2014).

O eSocial é o primeiro projeto de grande abrangência, contemplando, simultaneamente, visões trabalhistas, previdenciárias, tributárias e fiscais. O objetivo do Governo Federal, ao criar o sistema, é simplificar a prestação das informações referentes às obrigações, reduzindo a burocracia para as empresas. Tudo isso parecia ilusório, pois juntar tudo em torno de um único projeto era bem difícil, tendo em vista a diversidade de interesses e de demandas (Pacheco Filho; Kruger, 2015).

Mesmo que o eSocial seja inovador e útil, para atender às exigências dessa nova sistemática, as alternativas geram modificações significativas no que se refere à capacidade profissional no preparo e na revisão de processos contábeis. E sua vigência tem sido marcada pelo excesso de cobrança por parte do Estado e pelo baixo proveito do esforço gasto no cumprimento das obrigações. Não se pode deixar de evidenciar que, para mi-

cro e pequenas empresas, as transformações são enormes, pois, com pouca infraestrutura, tiveram que se adequar para cumprir com as obrigações demandadas, às quais continuam tendo que se adaptar, em consonância com a implantação, que terminou em janeiro de 2023 (Sasso, [s.d.]).

Diante desse contexto, o objetivo geral deste artigo será analisar quais os impactos do eSocial na rotina de departamento pessoal após o término de sua implantação. **O que podem ser considerados desafios e benefícios para os profissionais de escritórios de contabilidade em um município do interior do Estado do Rio de Janeiro, no que se refere à implantação do eSocial nas empresas?**

Para alcançar tal objetivo, será necessário cumprir os seguintes objetivos específicos: comentar a tecnologia como transmissão de informações na contabilidade, compreender o eSocial e os estudos anteriores, e realizar análise do impacto do eSocial nos escritórios de contabilidade de São José do Vale do Rio Preto.

A pesquisa se justifica por se tratar de assunto relevante para o contador profissional e em discussão nacional. Diversos trabalhos, como o de Oliveira, Santana e Martins (2017), sugerem que sejam feitas novas pesquisas em diversas regiões do Brasil após as fases completas de implantação do eSocial para descobrir se as perspectivas dos profissionais, de fato, concretizaram-se.

Esta pesquisa está apresentada em mais quatro seções, para além desta introdução. A Seção 2 traz o referencial teórico sobre o tema, seguida pela Seção 3, que dispõe sobre os procedimentos metodológicos utilizados na construção do artigo. A Seção 4 apresenta a análise dos resultados obtidos, e a Seção 5 encerra o artigo, trazendo as considerações finais deste trabalho.



“A contabilidade sempre foi um ramo do conhecimento necessário como eficiente instrumento de controle, planejamento e gerenciamento de um negócio com ou sem finalidades lucrativas. Duas palavras marcam a sua evolução: registro e controle”

2 Referencial teórico

Este capítulo apresenta a fundamentação teórica com os principais conceitos nos quais se baseiam esta pesquisa; são eles: tecnologia como transmissão de informações na contabilidade, eSocial e estudos anteriores.

2.1 Tecnologia como transmissão de informações na contabilidade

A contabilidade sempre foi um ramo do conhecimento necessário como eficiente instrumento de controle, planejamento e gerenciamento de um negócio com ou sem finalidades lucrativas. Duas palavras marcam a sua evolução: registro e controle (Padoveze, 2016).

Nessa conjuntura, a prática contábil é aperfeiçoada constantemente e passa por inúmeras transformações; entre elas, incluem-se resultados da evolução tecnológica. Assim, a contabilidade, inicialmente manuscrita, transformou-se em mecânica; esta, por sua vez, transmutou-se para o formato digital (Filipin *et al.*, 2016).

Dessa maneira, fica nítido que a era digital provocou grande impacto no cotidiano dos escritórios de contabilidade, pois a tecnologia trouxe consigo diversas melhorias, especialmente nos quesitos de pro-

dutividade, agilidade e eficiência no processo de trabalho (Santos; Konzen, 2020).

Por conseguinte, os profissionais da área contábil tiveram que buscar constantes atualizações em âmbitos contábeis, legais e no campo da tecnologia da informação, a fim de se adaptar e dominar novos procedimentos, técnicas e tecnologias. As atualizações e a inclusão de softwares nos computadores das empresas possibilitaram a percepção de que a era digital proporcionou um melhor processamento de dados e o entendimento de que a evolução tecnológica é parceira da redução de custos e da melhoria de qualidade, pois ela agrega valor ao negócio sem afetar a contabilidade (Santos; Konzen, 2020).

No mesmo sentido, Corrêa (2018) menciona:

a inclusão da tecnologia na contabilidade tem por característica a disponibilização de dados facilmente acessíveis e a formação, representação e transmissão de dados financeiros em formato eletrônico. Computadores e ferramentas digitais transformam o mercado contábil, tornando-o mais produtivo, reduzindo o custo e o



tempo de execução das tarefas, proporcionando cada vez mais a eliminação do uso de papel nas tarefas diárias do profissional contábil.

Logo, a tecnologia passou a ser essencial e rotineira no envio e na troca de informações na contabilidade, possibilitando ao contador coletar, registrar, organizar, analisar e transmitir aos órgãos governamentais os dados contábeis da sua empresa com muito mais agilidade, exatidão e eficiência. Ademais, os recursos tecnológicos oferecem um suporte ao cliente para auxiliá-lo na tomada de decisões sobre o melhor caminho para o crescimento da empresa (Santos; Konzen, 2020).

2.2 eSocial

Diante dos avanços das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e das mudanças nos processos contábeis pelos avanços tecnológicos citados no tópico anterior, houve também a necessidade de que os órgãos fiscalizadores se adequassem a essas novas tecnologias, para tentar criar o chamado “Governo Eletrônico” (GE), responsável pelo controle dos tributos (Jordão *et al.*, 2018).

Dessa forma, para obter maior controle na área dos tributos fiscais, previdenciários e trabalhistas, o Governo Federal percebeu que seria necessário um implemento ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), que já vigorava desde o Decreto-Lei n.º 6.022, de 22 de janeiro de 2007. Nesse contexto, foi editado o Decreto n.º 8.373, de 11 de dezembro de 2014, que formalizou a criação do eSocial:

Art. 1º Fica instituído o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial.

Art. 2º O eSocial é o instrumento de unificação da prestação das informações referentes à escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas e tem por finalidade padronizar sua transmissão, validação, armazenamento e distribuição, constituindo ambiente nacional composto por:

I – escrituração digital, contendo informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas;

II – aplicação para preenchimento, geração, transmissão, recepção, validação e distribuição da escrituração; e

III – repositório nacional, contendo o armazenamento da escrituração.

Segundo Pravalter (2020), o eSocial é um projeto criado, desenvolvido e administrado de forma consor-

ciada por cinco órgãos do governo federal, a saber: Caixa Econômica Federal (CEF); Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); Ministério da Previdência Social (MPS); Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); e Receita Federal do Brasil (RFB).

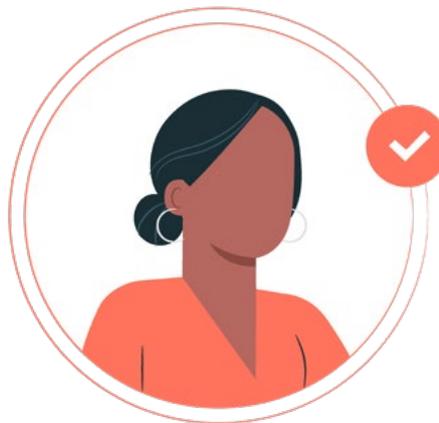
A RFB visa arrecadar tributos, e o INSS tem como missão abrigar a sociedade sob as asas da previdência e assistência social. Já o MTE visa dar garantia ao cumprimento da legislação trabalhista e à preservação dos direitos dos trabalhadores, enquanto a Caixa Econômica Federal norteia suas ações na arrecadação e no controle do FGTS.

Desde sua criação, como citado anteriormente, muito se discorre sobre o impacto que a nova plataforma causaria. Para Filipin *et al.* (2016), “seu impacto deverá ser grande com relação às tecnologias e aos processos, pois envolverá quantidades massivas de dados, [...] diminuição dos prazos de entrega de informações, sendo algumas em tempo real”.

Marin, Silva e Gonçalves (2015, p. 64) discorrem que, em função de as informações chegarem mais rápido ao banco de dados da Receita Federal do Brasil, “a fiscalização se tornará um procedimento rotineiro e ágil, pois, com a validação em tempo real, todas as obrigações acessórias terão que ser informadas nas datas previstas”. Na

prática, isso significa que, com esse projeto, haverá maior agilidade na fiscalização que ocorrerá mensalmente, de forma eletrônica e com a participação do trabalhador.

Sendo assim, as obrigações, para serem cumpridas, deveriam constar em um cronograma, do qual a Portaria n.º 82, publicada em 10/11/2020, encarregou-se, quando publicou o



Novo Manual da Simplificação do eSocial, S-1.0. A norma foi promulgada em observância à Portaria n.º 76, de 22/10/2020, que regulamentava o novo cronograma do eSocial, trazendo obrigações a serem cumpridas (Brasil, 2021).

A partir da obrigação das informações contidas em cada fase, conforme o cronograma, as informações enviadas refletiram na eliminação de obrigações acessórias das empresas. Dessa forma, todos os envios de admissão foram precisaram, obrigatoriamente, ser feitos na plataforma, para que as informações da admissão enviada pelo eSocial alimentassem as informações para a CTPS digital. A admissão, ocorrendo pelo eSocial, automaticamente já ocorre a dispensa do envio do Caged, para as empresas (Silva, T. F., 2022).

Gradualmente outras obrigações, como Rais e Sefip, foram eliminadas. Esse processo ocorreu por fases, conforme o cronograma de cada grupo, e quem determinou a data de sua extinção foi o ente federativo que exige a sua entrega, diminuindo, assim, a burocracia das empresas. A centralização dessas informações também possibilita ao fisco o cruzamento de dados entre os entes federativos participantes e integrantes desse projeto. Em 2021, houve a alteração dos entes federativos participantes desse projeto (Silva, T. F., 2022).



Para facilitar o entendimento das obrigações estabelecidas no cronograma do eSocial, a Tabela 1 demonstra a divisão e os prazos extraídos de Brasil (2021), e esclarece as divisões em grupo e suas respectivas obrigações em fases.

Para o cumprimento das obrigações do cronograma do eSocial, os escritórios de contabilidade devem estar atentos, visto que se deve realizar o cadastramento das rubricas das empresas (sendo seus eventos de folha de pagamento), pois elas compõem a base de cálculo das contribuições previdenciárias. Nesse sentido, as rubricas devem ser analisadas quanto ao cadastramento de suas incidências tributárias (Nascimento, 2021).

2.3 Estudos anteriores sobre o eSocial

Buscou-se apresentar, na Tabela 2, outros estudos semelhantes, a serem utilizados, posteriormente, para comparação com os resultados do vigente estudo.

3 Procedimentos metodológicos

Para atingir o objetivo estabelecido, a pesquisa é, predominantemente, exploratória, de caráter qualitativo. De acordo com Farias Filho e Arruda Filho (2013), a pesquisa qualitativa provém de uma visão entre o mundo real e o pesquisador, a fim

de interpretar os fenômenos e atribuir significados a eles. Esses são os principais pontos nesse tipo de pesquisa, que proporcionará mais informações, maior definição e delimitação sobre o assunto tratado. Sendo assim, serão analisadas características dos operadores do departamento pessoal dos escritórios de contabilidade e sua relação com a implantação do eSocial.

Além disso, quanto à natureza, a pesquisa pode ser classificada como aplicada, já que “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos” e ainda “envolve verdades e interesses locais” (Silveira, D. T, 2009, p. 35).

Tabela 1 – Cronograma de implantação do eSocial

Grupos	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4
	Eventos de tabela	Eventos não periódicos	Eventos periódicos	Eventos de SST
Grupo 1 – empresas com faturamento acima de R\$78 milhões	jan/18	mar/18	mai/18	out/21
Grupo 2 – empresas com faturamento até R\$78 milhões e empresas que não sejam optantes pelo Simples Nacional	jul/18	out/18	jan/19	jan/22
Grupo 3 – empresas optantes pelo Simples Nacional, empregadores PF, produtor rural e entidades sem fins lucrativos	jan/19	abr/19	mai/21	jan/22
Grupo 4 – órgãos públicos e organizações internacionais	jul/21	nov/21	ago/22	jan/23

Fonte: adaptada de Brasil (2021).

Tabela 2 – Síntese dos desafios e resultados da implantação do eSocial em escritórios de contabilidade

Autor(es)/ano	Objetivo do estudo	Resultados identificados
Oliveira; Santana; Martins, 2017	Analisar as perspectivas dos contadores em relação à implantação do eSocial	Contadores demonstraram conhecimento sobre o eSocial, mas não estão preparados para esta nova obrigação, pois consideram muito relevantes as dificuldades para adequação ao eSocial Pequena redução da burocracia, um grande aumento do cumprimento dos direitos trabalhistas
Silva; Sousa; Ayres, 2020	Analisar as vantagens e desvantagens que o programa apresentou, as mudanças nas rotinas dos contadores e suas adequações a essa nova forma de declaração	Os empresários conhecem o suficiente sobre a plataforma Maior integração com os profissionais da contabilidade, reduzindo a informalidade das informações trabalhistas e previdenciárias
Nascimento, 2021	Pesquisar as dificuldades dos profissionais de contabilidade, na implantação do eSocial, em uma empresa de pequeno porte	Dificuldades para uso da ferramenta por parte dos contadores Dificuldade dos escritórios para iniciar a transmissão na plataforma
Willavian <i>et al.</i> , 2021	Demonstrar a percepção que os contadores têm a respeito da plataforma eSocial, tendo em vista suas constantes mudanças, como a sua simplificação na perspectiva de contadores paraenses	Os profissionais procuram conhecimento e buscam, continuamente, atualizar-se em relação às mudanças que a plataforma apresenta Os escritórios disseram possuir softwares aptos para abranger a totalidade das necessidades estipuladas pelo eSocial Os profissionais apresentaram dificuldades no envio de informações, ocasionadas pela falta de conhecimento de leis e normativos trabalhistas e previdenciários e das informações a serem enviadas
Silva, T. F., 2022	Verificar os impactos que os profissionais de Departamento de Pessoal tiveram com a implantação desse novo sistema em suas rotinas nos escritórios de contabilidade na cidade de Uberlândia/MG	Benefícios para os escritórios, como a simplificação dos processos e do cumprimento das obrigações Desvantagens como a operacionalização do sistema e o grande risco de multas Reduções das obrigações acessórias, bem como a maior clareza dos processos

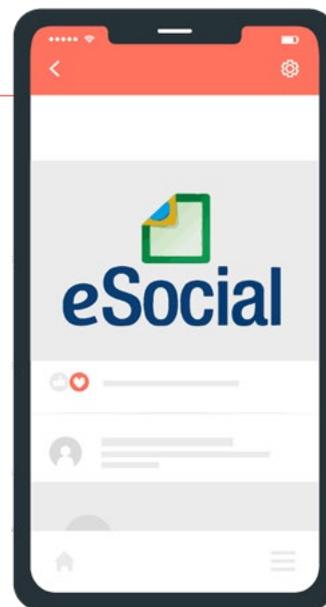
Fonte: autor (2023).

A fim de dar embasamentos científicos à pesquisa, foram realizadas leituras de diversos artigos científicos, de periódicos, de livros e do próprio manual atualizado do eSocial. A plataforma eSocial e as legislações vigentes também foram utilizadas como suporte. Todo o material foi devidamente analisado e acrescido à pesquisa em questão.

A pesquisa em questão se concentra na cidade de São José do

Vale do Rio Preto, interior do estado do Rio de Janeiro. A população pesquisada foram os contadores que trabalham diretamente com o departamento pessoal nos 11 escritórios de contabilidade cadastrados na prefeitura municipal, segundo a fiscal de tributos do município da cidade.

Para a coleta de dados, a pesquisa de levantamento se deu por meio de questionário com 12 questões fechadas, disponibilizado na plataforma Google Forms®. A aplicação deste questionário ocorreu por meio eletrônico (e-mail), entre 3 de maio e 6 de julho de 2023, quando se encerrou a pesquisa. Ressalta-se que, neste período, o questionário foi encaminhado no dia 3 de maio, no dia 23 de maio e, por fim, no dia 6 de julho. O questionário foi enviado para ser respondido por um profissional da contabilidade de cada escritório e obteve 11 respostas,



referentes aos 11 escritórios da cidade, ou seja, 100% da amostra.

Os dados coletados foram tabulados por meio do software Microsoft Excel®, e a técnica de análise de dados utilizada foi a estatística descritiva, segundo a distribuição de Frequência Relativa (FR). As perguntas que nortearam essa pesquisa, bem como os estudos que as justificam, encontram-se na Tabela 3.

Tabela 3 – Perguntas que compõem o instrumento de pesquisa

Justificativa	Perguntas de pesquisa
Farias Filho e Arruda Filho (2013)	1.1 – Gênero 1.2 – Faixa etária 1.3 – Formação profissional 1.4 – Tempo de atuação profissional 1.5 – Quantidade de funcionários 1.6 – Quantidade de clientes ativos 1.7 – Regime de tributação em que presta serviço
Willavian <i>et al.</i> (2021) Nascimento (2021)	2 – Qual é o grau de dificuldade no tempo de adaptação ao eSocial?
Oliveira; Santana; Martins (2017) Velluci (2018)	3 – Após a implantação do eSocial, seu escritório já se encontra preparado para envio de todos os eventos obrigatórios?
Willavian <i>et al.</i> (2021) Velluci (2018)	4 – Possui um sistema informatizado preparado para atender as demandas de todas as fases do eSocial em relação aos envios das informações e monitoramento de obrigações?
Oliveira; Santana; Martins (2017) Velluci (2018)	5 – Quais os meios foram utilizados ao longo da implantação para aprimorar a executar as mudanças impostas pelo eSocial?
Fillipin <i>et al.</i> (2016)	6 – Foi necessário aumentar o quadro de funcionário/colaboradores do escritório de contabilidade para atender a essas novas obrigações?
Velluci (2018) Marin; Silva; Gonçalves (2015)	7 – O quanto o seu sistema de folha de pagamento está preparado para as obrigações do eSocial?
Silva, T. F. (2022)	8 – Qual seu nível de dificuldade em fazer utilização da plataforma do eSocial?
Willavian <i>et al.</i> (2021)	9 – Referente ao cumprimento dos prazos estipulados pelo eSocial.
Velluci (2018)	10 – Quais suas maiores dificuldades encontradas com o eSocial totalmente implantado?
Silva, T. F. (2022)	11 – Quem são os maiores beneficiados com a implantação do eSocial?
Willavian <i>et al.</i> (2021)	12 – Qual o maior benefício adquirido com o eSocial?

Fonte: autor (2023).

“A fim de dar embasamentos científicos à pesquisa, foram realizadas leituras de diversos artigos científicos, de periódicos, de livros e do próprio manual atualizado do eSocial. A plataforma eSocial e as legislações vigentes também foram utilizadas como suporte. Todo o material foi devidamente analisado e acrescido à pesquisa em questão.”

4 Análise de resultados

A coleta de dados foi dividida em dois blocos de respostas: 1) características dos profissionais da contabilidade e de seus escritórios; e 2) análise do perfil profissional, em um segundo bloco referente a resultados do eSocial na prática contábil. Iniciando a análise do primeiro bloco, a Tabela 4 representa a formação, o gênero e a faixa etária dos respondentes.

Observou-se uma pequena diferença percentual entre homens

e mulheres. O público respondente tem predominância masculina, que equivale a cerca de 63% da amostra; já as mulheres representaram um percentual de aproximadamente 37% da amostra coletada. Com relação à faixa etária, evidencia-se uma divisão entre profissionais com até 35 anos, público que pode ser considerado jovem e que totaliza 36,36% da



amostra. A parcela acima de 56 anos, em igual percentual, mostra um número considerável de profissionais na fase idosa ou se aproximando dela. Nesse viés, a Tabela 5 apresenta a estabilidade profissional dos respondentes, ao indicar o tempo de trabalho no qual os respondentes atuam em seu ramo e a quantidade de funcionários nas respectivas empresas.

Tabela 4 – Formação, gênero e faixa etária

Formação	Frequência Relativa (%)	Frequência Absoluta	Gênero		Faixa etária	Frequência Relativa (%)	Frequência Absoluta
			Masculino	Feminino			
Graduação	45,45	5	3	2	Até 25 anos	0	0
Pós-graduação	18,18	2	2	0	26 – 35 anos	36,36	4
Mestrado	0,00	0	0	0	36 – 45 anos	18,18	2
Doutorado	0,00	0	0	0	46 – 55 anos	9,09	1
Técnico	36,36	4	2	2	Acima de 56 anos	36,36	4
Total	100,00	11	7	4	–	100,00	11

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Tabela 5 – Tempo de atuação profissional no ramo dos respondentes e quantidade de funcionários

Tempo de atuação	Frequência Relativa (%)	Frequência Absoluta	Número de funcionários	Frequência Relativa (%)	Frequência Absoluta
Entre 1 e 4 anos	9,09	1	De 1 a 7	100,00	11
Entre 5 e 10 anos	18,18	2	De 8 a 14	0,00	0
Entre 11 e 19 anos	36,36	4	De 15 a 21	0,00	0
Há mais de 20 anos	36,36	4	Mais de 21	0,00	0
Total	100,00	11	—	100,00	11

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Os resultados mostram que a maioria dos respondentes tem experiência profissional de mais de 11 anos na prática contábil; todos os respondentes possuem até 7 funcionários. Por conseguinte, a Tabela 6 demonstra a quantidade de clientes que cada profissional possui, conforme o tipo de tributação.

Na Tabela 6, é notória uma divisão entre 36,36% dos profissionais que possuem de 21 a 50 clientes ativos, e outra parte, de igual porcentagem, que dispõe de mais de 100 clientes ativos. Vale ressaltar que metade dos respondentes que têm mais que 100 clientes é formada por profissionais acima de 56 anos e mais de 20 anos de atuação profissional. Observa-se, também, que todos prestam serviços para o Simples Nacional, com pequena parcela com prestação ao Lucro Real.

A seguir, consta um bloco de tabelas que analisam os resultados do eSocial na prática contábil. A Tabela 7 demonstra o grau de dificuldade, de 1 a 3, de baixo a elevado, respectivamente.

Os resultados apontam que a maioria dos profissionais apresenta dificuldade moderada no que diz respeito ao tempo de adaptação, com uma frequência relativa de resposta de 63,60%. Já os contadores com maior dificuldade, 18,20%, têm mais de 46 anos de idade.

Segundo a PwC Brasil (2014, p. 16), “o processo de adequação é muito mais amplo do que apenas um ajuste de sistema”. Existem cinco grandes frentes que deveriam ter sido preparadas para o eSocial, quais sejam: pessoas; tecnologia; revisão trabalhista, previdenciária e fiscal; processos; e estrutura e governança. Em relação à tecnologia, é primordial uma avaliação de deficiências e limitações de sistema e infraestrutura, considerando a nova demanda. Quanto aos processos, esses devem ser analisados no que diz

Tabela 6 – Quantidade de clientes relacionadas ao tipo de tributação

Número de clientes ativos	Frequência Relativa (%)	Frequência Absoluta	Tipo de tributação	Frequência Relativa (%)	Frequência Absoluta
De 1 a 20	9,09	1	Simples Nacional	100,00	11
De 21 a 50	36,36	4	Lucro Presumido	72,73	8
De 50 a 100	18,18	2	Lucro Real	36,36	4
Mais de 100	36,36	4			
Total	100,00	11			

Fonte: dados da pesquisa (2023)

Tabela 7 – Dificuldade no tempo de adaptação eSocial

Dificuldade	Frequência Relativa (%)	Frequência Absoluta
1	18,20	2
2	63,60	7
3	18,20	2
Total	100,00	11

Fonte: dados da pesquisa (2023)

Tabela 8 – Preparo dos escritórios para envio de todos os eventos obrigatórios

Preparo do escritório para envio de todos os eventos obrigatórios	Frequência Relativa (%)	Frequência Absoluta
Não está preparado	0,00	0
Preparado para planejar as mudanças necessárias	9,10	1
Preparado para executar as mudanças necessárias	18,20	2
Já estou preparado	72,70	8
Total	100,00	11

Fonte: dados da pesquisa (2023).

respeito à sua efetividade e ao seu controle, com a revisão de fluxos, requisitos, políticas e forma de controle, visando à melhoria no gerenciamento e na otimização de esforços.

Este resultado vai em concordância com o estudo de Willavian *et al.* (2021), que afirma que mais da metade dos entrevistados tiveram dificuldades no tempo de adaptação ao eSocial, e Nascimento (2021), que teve a mesma percepção.

Tendo isso em vista, foi perguntado aos respondentes se, após a implantação do eSocial, o escritório já estava preparado para o envio de todos os eventos obrigatórios, e as respostas estão expostas na Tabela 8.

Conforme exposto, a maioria dos profissionais, com frequência relativa de 72,70%, já se encontram preparados para todos os en-



vios obrigatórios. Uma parcela de 27,30% ainda está em fase de planejamento e preparo para executar o envio dos eventos obrigatórios; os contadores que compõem tal percentual possuem menor tempo de atuação que os demais — entre 5 e 19 anos de atuação.

Ademais, tais dados demonstram as consequências que a implantação dessa plataforma traz aos processos das empresas e, por conseguinte, ao departamento pessoal do escritório de contabilidade da empresa. Essa transição implica repensar procedimentos e seguir algumas etapas: conscientização organizacional, a partir dos gestores; revisão de processos internos, com foco em integração; promoção da reciclagem de conhecimentos das leis e regulamentações; verificação da mudança de perfil do profissional do RH e do departamento pessoal, diante da responsabilidade perante o eSocial (Vellucci, 2018). Por conseguinte, a Tabela 9 demonstra se os contadores possuem sistema informatizado para atender a tais eventos obrigatórios.

Os dados mostram que todos os escritórios já possuem um sistema informatizado para atender a essa nova sistemática de envio. Seguindo tal linha de raciocínio, a Tabela 10 mostra quais os meios foram utilizados ao longo da implantação para aprimorar e executar as mudanças impostas pelo eSocial.

A maioria, 81,30%, teve que realizar cursos, seminários e/ou treinamentos para aprimorar, reciclar e adquirir conhecimentos necessários a essa nova etapa de envio. Tais evidências confirmam o pensamento de Rezende (2018, p. 18):

os empregadores de todo o Brasil terão muito trabalho, que não se concentrará apenas nos setores de Recursos Humanos (RH). Praticamente todas as áreas das empresas terão que se envolver neste projeto, com destaques para RH, Financeiro e Contabilidade, Medicina e Segurança do Trabalho, Jurídico e equipe de Tecnologia da Informação (TI).

Ante essa mobilização de aprimoramento de aprendizado e maior desdobramento de tempo para envio dos eventos obrigatórios, a Tabe-

Tabela 9 – Sistema informatizado preparado para atender às demandas de todas as fases do eSocial

Sistema informatizado	Frequência Relativa (%)	Frequência Absoluta
Sim	100,00	11
Não	0,00	0
Total	100,00	11

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Tabela 10 – Meios utilizados para aprimorar e executar as mudanças impostas pelo eSocial

Meios utilizados	Frequência Relativa (%)	Frequência Absoluta
Eventos e/ou palestras	18,20	2
Cursos, seminários e/ou treinamentos	81,80	9
Total	100,00	11

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Tabela 11 – Aumento do quadro de funcionário/colaboradores do escritório para atender às novas obrigações

Aumentar o quadro de funcionário/colaboradores	Frequência Relativa (%)	Frequência Absoluta
Não foi necessário, mas ainda será	36,40	4
Não foi necessário nem será	54,50	6
Foi necessário e não serão necessárias novas contratações	9,10	1
Total	100,00	11

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Tabela 12 – O quanto o sistema de folha de pagamento está preparado para as obrigações do eSocial

Preparação do sistema de folha de pagamento	Frequência Relativa (%)	Frequência Absoluta
Totalmente adequado	72,70	8
Ainda se preparando	27,30	3
Não está preparado	0,00	0
Total	100,00	11

Fonte: dados da pesquisa (2023).

la 11 indica se foi necessário que os profissionais da contabilidade aumentassem o número de funcionários, principalmente do departamento pessoal, para atender a essa nova demanda.

Com base nos resultados, mostra-se uma divisão de pensamentos, em que metade acredita que o aumento do número de colaboradores não será nem foi necessário; todavia, outra parte, equivalente a



45,50%, acredita que não foi necessário, mas ainda será, ou/e foi necessário e não serão necessárias novas contratações.

Com base no exposto, a Tabela 12 demonstra se os profissionais possuem sistema de folha de pagamento preparado para que os funcionários e os próprios contadores possam enviar os eventos obrigatórios ao eSocial.

Os dados mostram que a maioria dos sistemas, 72,70%, estão totalmente preparados, facilitando e agilizando o envio. Contudo, apesar de o eSocial simplificar o envio de eventos e diminuir os números de obrigações acessórias a serem enviadas, em conjunto de um sistema de folha de pagamento adequado e preparado para tratar, manipular e enviar as informações necessárias, integrando-as ao eSocial, as pessoas ainda são essenciais para tal envio e conferência. PWC BRASIL (2014, p. 16) comenta tal assunto no que tange às pessoas, afirmando que as empresas deverão “definir plano de comunicação para a adequação às mudanças e identificar as necessidades de ações de capacitação das pessoas envolvidas no processo” nos escritórios.

Outrossim, é importante considerar que as facilidades dos sistemas informatizados de folha de pagamento “criam uma dependência quase total dos seus utilizadores, que trocam o conhecimento das leis e do método de realizar um cálculo pela imputação de dados do sistema, para que o sistema realize os cálculos” (Marin; Silva; Gonçalves, 2015, p. 46). Dessa forma, mesmo o eSocial sendo inovador e útil, ainda mais em conjunto com um sistema de folha informatizado, a necessidade de pessoas para operar é indispensável. Por conseguinte, a Tabela 13 demonstra o nível de dificuldade que os profissionais alegam ter em relação ao uso da plataforma do eSocial.

As respostas apresentadas mostram, mais uma vez, a divisão de opiniões, visto que 54,6% dos respondentes afirmam ter pouca dificuldade — de nula a nível 2. Um fato interessante é que metade dos respondentes que não apresentaram dificuldade têm mais de 56 anos, e o grupo que apresenta dificuldade mínima de grau 1 é for-

Dificuldade em utilização	Frequência Relativa (%)	Frequência Absoluta
0	18,20	2
1	18,20	2
2	18,20	2
3	36,40	4
4	9,10	1
5	0,00	0
Total	100,00	11

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Cumprimento de envio	Frequência Relativa (%)	Frequência Absoluta
Envio com excelência no prazo	54,50	6
Envio no prazo, porém não em sua totalidade	45,50	5
Não estou conforme os prazos	0,00	0
Total	100,00	11

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Dificuldades com o eSocial	Frequência Relativa (%)
Qualificação, treinamento e cursos dos envolvidos	9,52
Adequação do sistema/programa	28,57
Falta de pontualidade na entrega da informação (por parte dos clientes)	19,05
Tempo de cumprimento dos prazos	28,57
Multas	14,29
Total	100,00

Fonte: dados da pesquisa (2023).

mado, em sua totalidade, por pessoas acima de 56 anos.

Em contrapartida, 45,4% dos respondentes afirmam dificuldade elevada, entre os níveis 3 e 4. Tal dado corrobora com o estudo de Willavian *et al.* (2021), o qual relata que a maioria dos respondentes manifesta dificuldades acentuadas com relação ao uso da plataforma.

Dessa maneira, uma hipótese é que tal divisão de opiniões, com percentual de 45,4%, pode estar diretamente ligada aos dados da Tabela 14, que mostra a relação com o cumprimento de envio dos eventos nos prazos estipulados pelo eSocial.

Os dados revelam que a maioria (54,40%) dos respondentes enviam com excelência no prazo, e

uma parcela de 45,50%, quase metade dos pesquisados, não envia as obrigações em sua totalidade no prazo. Dessa maneira, os resultados encontrados estão em consonância com os resultados encontrados pelos estudos de Willavian *et al.* (2021).

Conforme já elucidado, isso pode estar diretamente ligado aos profissionais que manifestam dificuldade elevada no uso da plataforma do eSocial – que, devido a tal dificuldade, não fazem o total envio com excelência, ocasionando eventuais atrasos. Porém, para se chegar a tal conclusão, será necessário analisar Tabela 15, que mostra quais as maiores dificuldades encontradas com o eSocial totalmente implantado.

“Outrossim, é importante considerar que as facilidades dos sistemas informatizados de folha de pagamento 'criam uma dependência quase total dos seus utilizadores, que trocam o conhecimento das leis e do método de realizar um cálculo pela imputação de dados do sistema, para que o sistema realizar os cálculos'”

A tabulação dos dados em frequência relativa permite observar e confirmar, em partes, a hipótese anteriormente discutida. Isso porque 28,75% afirmam que a maior dificuldade é a adequação ao sistema/programa, o que justifica a correlação já realizada nas duas tabelas anteriores.

Outro fator de dificuldade é a falta de pontualidade na entrega de informações por parte dos clientes (19,05%) – aspecto diretamente ligado à dificuldade de cumprimento dos prazos. Ora, desde que o eSocial começou a funcionar, determinadas informações dos trabalhadores, anteriormente ignoradas, passaram a ser obrigatórias desde o momento da contratação. Ademais, um exemplo que demonstra esses fatores de dificuldade é: se um empregado comprar um pacote de viagem e pedir ao seu gerente para sair de férias na semana seguinte, ficará mais fácil identificar o não cumprimento dos prazos exigidos por lei para a notificação das férias, porque o aviso de férias deverá ser informado com antecedência, justificando o exposto (Rezende, 2018).

Por conseguinte, tendo em vista tais dificuldades expostas, a Tabela 16 demonstra os maiores beneficiados com a implantação da plataforma governamental, segundo os pesquisados.

Tabela 16 – Maiores beneficiados com a implantação do eSocial

Beneficiados com o eSocial	Frequência Relativa (%)
Governo	47,62
Empregados	28,57
Empresa de Software	14,29
Empregadores	4,76
Contadores	4,76
Total	100,00

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Tabela 17 – Maior benefício adquirido com o eSocial

Benefício eSocial	Frequência Relativa (%)	Frequência Absoluta
Maior rapidez nas informações	27,30	3
Padronização das informações contábeis	18,20	2
Unificação das informações	27,30	3
Maior fiscalização dos processos	9,10	1
Redução das obrigações acessórias	18,20	2
Total	100,00	11

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Conforme demonstra a Tabela 16, quando questionados sobre quem seriam os maiores beneficiados com a implantação do eSocial, a maioria dos entrevistados (47,62%) afirma que o Governo Federal será o maior beneficiado com essa nova plataforma, possivelmente pelo cruzamento de dados que esse sistema possibilitará ao ente fiscalizador. Por conseguinte, 28,57% afirmaram que os maiores beneficiados são os empregados com seus direitos efetivamente cumpridos.

Este resultado corrobora com a pesquisa de Filipin *et al.* (2016), que conclui que os maiores beneficiados seriam os empregados.

Após a definição de quem seria o maior beneficiado com a plataforma, a Tabela 17 demonstra os maiores benefícios proporcionados.

Houve uma divisão de opinião: dois grupos, com 27,30% cada, demonstram que os maiores benefícios são a maior rapidez nas informações e a unificação das informações. Esse achado se opôs ao estudo de Silva, T. F. (2022), no qual o maior percentual foi a padronização e a unificação das informações, bem como a redução das obrigações acessórias – que, na pesquisa do vigente estudo, representou o equivalente a 18,20% cada.

Vinculando, de maneira geral, os resultados alcançados ao arcabouço teórico apresentado, esta pesquisa vai ao encontro da de Jordão *et al.* (2018), que constataram que o maior benefício na implantação do projeto é a padronização e a uniformização de procedimentos. Este estudo também corrobora os dados de PWC BRASIL (2014), que apresentaram a facilidade na forma de fazer o envio de eventos e, concomitante a isso, a diminuição do número de obrigações acessórias a serem enviadas.

4 Considerações finais

O presente artigo objetivou analisar o impacto da implantação do novo programa do Governo Federal, o eSocial, na rotina de departamento pessoal, com ênfase na visão dos escritórios contábeis da cidade de São José do Vale do Rio Preto, interior do Rio de Janeiro.

A partir dos resultados obtidos com uma amostra completa de to-

dos os escritórios da cidade supracitada, foi possível concluir que a criação do eSocial trouxe benefícios, como a maior rapidez nas informações e a unificação das informações. Em relação aos profissionais da contabilidade, a maioria já se encontra preparada para o envio de todos os eventos obrigatórios, mas uma pequena parcela ainda se encontra em fase de planejamento e preparo para executar o envio dos eventos obrigatórios.

Ademais, todos os contadores já possuem um sistema informatizado para atender a essa nova sistemática de envio. Porém, a maioria dos profissionais manifesta dificuldade moderada no que diz respeito ao tempo de adaptação do uso da nova plataforma. Quanto ao nível de dificuldade com a utilização, os profissionais pesquisados dividiram opinião — uma parte dos respondentes afirmam ter dificuldade considerada baixa, e outra parte, dificuldade elevada. Dessa maneira, para aprimorar seus conheci-

mentos e se atualizar com relação às mudanças impostas pelo eSocial, a maioria realizou cursos, seminários e/ou treinamentos. Diante do exposto, os contadores afirmam que o maior beneficiado com a plataforma é o próprio Governo.

Conclui-se reforçando a importância de os contadores se potencializarem, principalmente no que diz respeito ao eSocial, pois ele vai direcionar as informações contábeis. Além de exigir comprometimento e perícia, o eSocial é uma exigência do fisco, que torna a contabilidade da informação cada vez mais prática e eficaz para evitar atrasos.

Recomenda-se que trabalhos futuros sejam realizados nos escritórios de contabilidade em diversas cidades, para confirmar ou contrariar os resultados deste estudo integrativo, ou ainda levantar novas informações relevantes ao tema pesquisado. Pode-se analisar os impactos da implantação do eSocial, até mesmo sob a visão dos clientes diretamente ligados a essa nova obrigação.

Referências

BRASIL. *Cronograma de Implantação*. Disponível em: <<https://www.gov.br/esocial/pt-br/aceso-ao-sistema/cronograma-de-implantacao>>. Acesso em: 7 set. 2022.

BRASIL. *Decreto n.º 6.022*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6022.htm>. Acesso em: 01 ago. 2022.

BRASIL. *Decreto n.º 8.373*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8373.htm>. Acesso em: 10 set. 2022.

CORRÊA, Luiz. *Você sabe o que é Contabilidade Digital*, 2018. Disponível em: <<https://contadores.contaazul.com/blog/voce-sabe-o-que-e-contabilidade-digital>>. Acesso em: 4 mar. 2023.

FARIAS FILHO, M. C; ARRUDA FILHO, E. J. M. *Planejamento da Pesquisa Científica*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

FILIPIN, R. *et al. Impactos e benefícios da implantação do efd social para os profissionais de escritórios de contabilidade*. | Filipin | Gestão & Planejamento - G&P. [webcache.googleusercontent.com](https://www.googleusercontent.com), 26 out. 2016.

JORDÃO, R. V. D. *et al. Inovações Organizacionais e de Negócios Trazidas pelo SPED: um estudo empírico sobre as perspectivas de contadores e órgãos fiscalizadores*. *Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria*, v. 11, n. 4, p. 942–960, 2018. Acesso em: 12 ago. 2022.

MARIN, J. H.; SILVA, L.S.; GONÇALVES, N. O. *Auditoria trabalhista com ênfase no eSocial (versão 2.1)*. 1. ed. São Paulo: IOB SAGE, 2015.

NASCIMENTO, Marinaldo Dantas. *O uso do eSocial sob a perspectiva do profissional de RH: o caso de uma empresa da cidade de Campina Grande-PB*, 2021.

OLIVEIRA, L. DA S. DE; SANTANA, T. P.; MARTINS, Z. B. Perspectivas dos contadores em relação à implantação do eSocial. *Revista Mineira de Contabilidade*, v. 18, n. 2, p. 41–53, 10 out. 2017.

PACHECO FILHO, José Gomes. *eSocial: modernidade na prestação de informações ao Governo Federal*. São Paulo: Atlas, 2015. 1 recurso online ISBN 9788597007718. Acesso em: 12 ago. 2022.

PADOVEZE, Clóvis Luís. *Manual de contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária*. 10. São Paulo: Atlas, 2016. 1 recurso online ISBN 9788597010091.

PRAVALER. *eSocial: saiba como é feito e como consultar*, 2020. Disponível em: <<https://www.pravaler.com.br/esocial-tudo-o-que-voce-precisa-saber/>>. Acesso: 30 set. 2022, 14:55.

PWC BRASIL. *A preparação das empresas para o eSocial*. (2014). Disponível em: <<https://www.pwc.com.br/pt/publicacoes/servicos/assets/consultorianegocios/2014/pwcpreparacao-empresas-esocial.pdf>>. Acesso em: 7 set. 2022.

REZENDE, Mardele Eugênia Teixeira. *eSocial prático para gestores*. 2. São Paulo Erica 2018 1 recurso online ISBN 9788536529950

SANTOS, E. K. DOS; KONZEN, J. A percepção dos escritórios de contabilidade do Vale do Paranhana/RS e de São Francisco de Paula/RS sobre a contabilidade digital. *Revista Eletrônica de Ciências Contábeis*, v. 9, n. 2, p. 101–130, 30 abr. 2020. Acesso em: 12 ago. 2022.

SASSO, A. *O SPED e seus reflexos na profissão contábil*. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/nupem/anais_vi_epct/PDF/ciencias_sociais/03_Soc_Aplic_Completo.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2022.

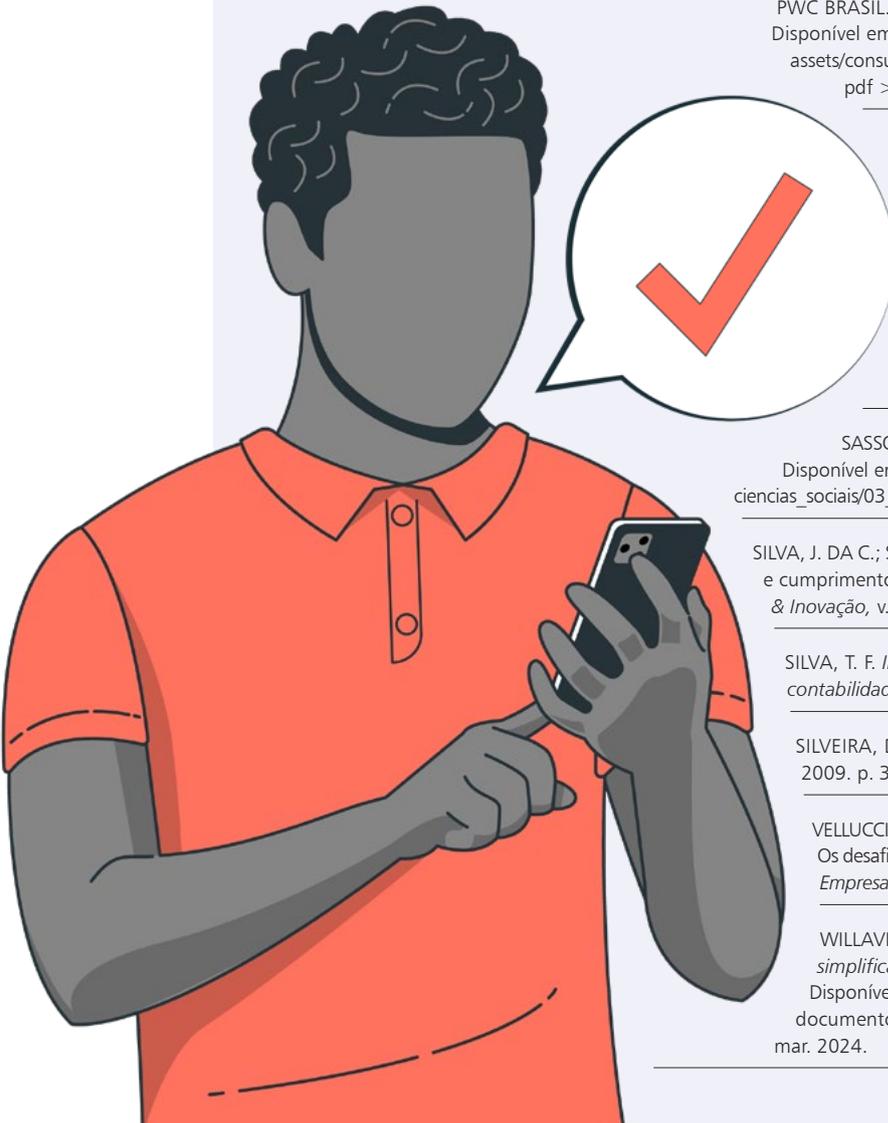
SILVA, J. DA C.; SOUSA, N. G. DE; AYRES, M. A. C. eSocial: implantação e cumprimento na percepção do profissional contábil. *Humanidades & Inovação*, v. 7, n. 9, p. 8–24, 4 jun. 2020.

SILVA, T. F. *Impactos da implantação do eSocial em escritórios de contabilidade na cidade de Uberlândia*. Repositorio.ufu.br, 2022.

SILVEIRA, D. T. *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2009. p. 33-44.

VELLUCCI, R. G.; VENELLI-COSTA, L.; CAPELLOZA, A.; KUJO, E. K. M. Os desafios da implantação do eSocial. *Revista da Micro e Pequena Empresa*, Campo Limpo Paulista, v. 12, n. 1, p. 67-81, 2018.

WILLAVIAN, D. et al. *Os impactos da evolução do eSocial e sua simplificação na perspectiva de contadores paraenses*. [2021]. Disponível em: <<https://eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/contufu2021.completo0172.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2024.





Resgate Histórico Contábil do Município de Cruzeiro do Sul/AC

O objetivo desta pesquisa foi resgatar a memória contábil no Município de Cruzeiro do Sul, por meio do registro de depoimentos e de pesquisa documental e iconográfica. Diante disso, o presente trabalho norteia-se pela seguinte questão: qual a memória contábil da cidade de Cruzeiro do Sul/AC? O estudo se insere na esfera da pesquisa qualitativa, envolvendo pesquisa de levantamento e documental. Utilizaram-se como instrumentos de coleta de dados: levantamento bibliográfico, análise documental e entrevistas com contadores e empresários. Os resultados demonstraram a escassez de registro sobre a memória contábil na cidade de Cruzeiro do Sul e, apesar disso constataram, foi possível constatar que os registros contábeis eram feitos de forma rudimentar, isto é, escritos à mão. As principais contribuições foram: a identificação de práticas contábeis antigas, adotadas por meio dos registros em livros antigos; a evidência do profissional contador histórico, o guarda-livros; e o destaque aos regatões, que eram responsáveis pela comercialização de mercadorias à margem dos rios e necessitavam registrar suas vendas.

Evânia de Castro Dias Barbosa

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), técnica em Contabilidade desde 1993, servidora pública licenciada.

E-mail: evania.diasbarbosa@ufpe.br

Ana Lúcia Fontes de Souza Vasconcelos

Tem pós-doutorado pela Universidade de São Paulo (USP), doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais pela PUC/SP. Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Professora associada 1 da UFPE. Colaboradora do Programa de Mestrado e Doutorado Profissional em Controladoria e Finanças Empresariais (PPGMPCFE) da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM).

E-mail: ana.svasconcelos@ufpe.br

Valéria Perpetua Evaristo da Costa

Mestranda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), especialista em Controladoria e Auditoria pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ), graduada em Ciências Contábeis pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba (Iesp). Servidora efetiva do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) como analista judiciária contadora, com função de auditora da Controladoria-Geral de Justiça (CGJ).

E-mail: valeria.perpetua@ufpe.br

Christiane Calado Vieira de Melo Lopes

Tem doutorado em Contabilidade pelo Programa Multi-Institucional UnB-UFPB-UFRN, mestrado em Controladoria e Contabilidade pela USP e graduação em Ciências Contábeis pela UFPE. Atualmente é professora associada da UFPE.

E-mail: christianne.lopes@ufpe.br

1 Introdução

Cruzeiro do Sul é um município brasileiro localizado no oeste do Estado do Acre, situado às margens do Rio Juruá, numa vasta terra firme, cortada por majestosas colinas que formam vales, berços de rios e lagos (IBGE, 2020). É um dos mais importantes polos turísticos e econômicos do estado, cercado de construções e monumentos que simbolizam a história e a grandeza do seu povo (Araújo, 2016).

De acordo com Araújo (2016), a importância da Contabilidade de Cruzeiro do Sul se dá devido ao fato de que esta cidade tem como principal atividade econômica o extrativismo, sistema de produção tradicional do cruzeirense e baseado na extração ou coleta de produtos naturais não cultivados, como, por exemplo, borracha, madeiras, vinhos (açaí, patuá, bacaba e buriti) e artesanatos (frutos, sementes, cipós, palhas e palhas de cipós, couros e peles de animais silvestres, etc.). Na década de 1960, uma atividade comercial muito utilizada era a venda de produtos em canoas, por regatões – comerciantes fluviais que vendiam

mercadorias aos seringueiros da região (França, 2016).

Nessa direção, as práticas contábeis são relevantes para o resgate histórico, sobretudo ao se comparar passado e presente, a fim de se compreender a organização dos registros contábeis antigamente, quando a tecnologia era precária para a realização dessa atividade nas empresas e organizações da época. Sendo assim, a memória documental tem valor inestimável com relação a esses registros, pois, por meio dos documentos antigos, é possível entender a evolução da contabilidade em determinado contexto social.

Estudo realizado por Sayed, Cornacchione Jr, Nunes e Souza (2019) com intuito de efetuar um panorama da área de História Contábil, por meio de pesquisas oriundas de teses de doutorado e periódicos nacionais, constatou que mais de 90% dos autores buscaram descrever a realidade passada e que boa parte deles apoiava-se em documentos primários. Já nos estudos de Carmona (2017), evidenciaram-se áreas de observação negligenciadas pela pesquisa em História Contábil; dentre elas, contabilidade e Estados, destacan-

do que as atividades econômicas e sociais variaram em diferentes estados, e a contabilidade figurou papel relevante na estruturação e organização delas.

A presente pesquisa demonstra amparo nos achados de Sayed, Cornacchione Jr, Nunes e Souza (2019) e atende à lacuna na literatura evidenciada por Carmona (2017). Assim, contribui para

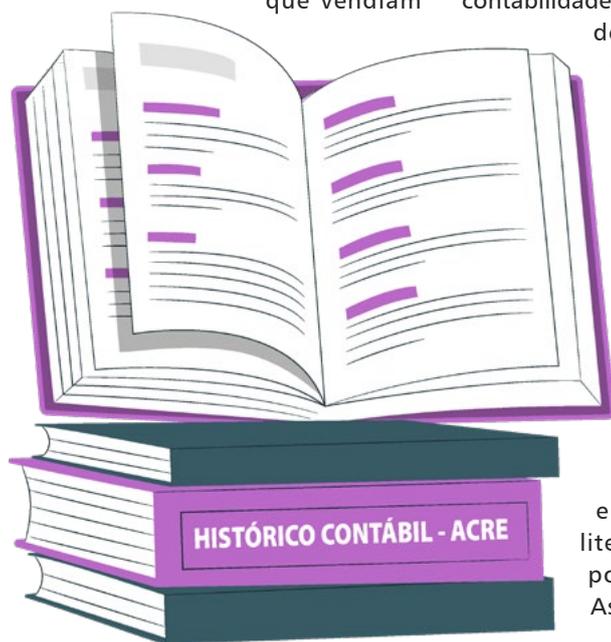
o fortalecimento da pesquisa histórica contábil.

O Município de Cruzeiro do Sul, localizado no Estado do Acre, é marcado pela distância e por dificuldades de acesso ao resto do país, o que impacta o abastecimento e custo de vida da população local, mas não impede a cidade de se destacar na produção da borracha e em seus diversos ciclos econômicos. O látex extraído das seringueiras era conhecido e utilizado pelos povos indígenas amazônicos muito antes da sua “descoberta” pelo francês Charles Marie de La Condamine (Freitas, 2008).

A relevância da contribuição histórica de Cruzeiro do Sul para a contabilidade mostra, de maneira concomitante, a evolução e modernização desta área, de acordo com o desenvolvimento social local ao longo dos anos. A contabilidade evolui conforme o desenvolvimento social (Volnei; Bleil; Bonatto; Oliveira; Santos, 2007) e procura modernizar-se ao longo dos anos; diante desse cenário, há uma relevância em descobrir como foi a memória histórica contábil de Cruzeiro do Sul para a contabilidade.

Com o exposto, evidencia-se que investigar a história da Contabilidade melhora o entendimento do cenário vivido atualmente. Assim, o presente estudo tem por objetivo realizar o resgate histórico da memória contábil do Município de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, mediante a seguinte questão-problema: **Qual a memória contábil da cidade de Cruzeiro do Sul/AC?**

Esta pesquisa buscou responder à problemática por meio de registro de depoimentos e de pesquisa documental e iconográfica, buscando identificar como ocorria o registro contábil nas instituições existentes na época da formação da cidade, para melhor entendimento do cenário vivido atualmente.



“O Município de Cruzeiro do Sul, localizado no Estado do Acre, é marcado pela distância e por dificuldades de acesso ao resto do país, o que impacta o abastecimento e custo de vida da população local, mas não impede a cidade de se destacar na produção da borracha e em seus diversos ciclos econômicos.”

A presente pesquisa justifica-se pela relevância da discussão sobre o resgate da memória contábil no Estado do Acre, Município de Cruzeiro do Sul, visto que esse tema é pouco explorado em pesquisas e estudos realizados nas universidades regionais. Tal fato é comprovado pela escassez de publicações sobre o assunto, o que ressalta a necessidade de repensar, pesquisar e reelaborar estudos que busquem resgatar a memória contábil na região do Vale Juruá, com especial atenção para a cidade de Cruzeiro do Sul, devido ao seu relevante papel histórico.

Sendo assim, esta pesquisa torna-se relevante para o âmbito acadêmico por agregar conhecimento histórico contábil para a sociedade em geral, em especial para o Município de Cruzeiro do Sul, cidade histórica devido à sua formação e à sua relevância para outras regiões do Estado do Acre, o que impacta os demais estados brasileiros.

A presente pesquisa delimita-se como investigação histórica contábil no Município de Cruzeiro do Sul/AC, com o fito de destacar o relevante papel da contabilidade como ciência social aplicada e evidenciar que, mesmo em comunidades distantes de centros urbanos, o que pode ser fator de im-

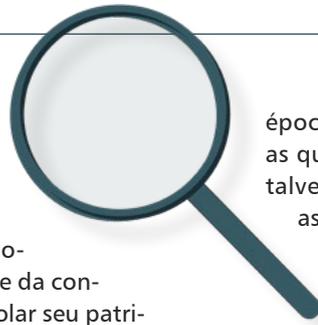
pacto econômico desfavorável, o homem como ser social procura meios de fomentar a economia e, assim, utiliza-se da contabilidade para controlar seu patrimônio, evoluindo conjuntamente.

2 Referencial Teórico

2.1 A Relevância das Práticas Contábeis para Sustentação da Memória

Quando se fala em memória, de imediato, busca-se relacionar com fatos ou acontecimentos do presente e do passado. Segundo Pollak (1989, 1992), a memória é um fenômeno construído socialmente, com duas funções essenciais: manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum.

Dessa forma, vale ressaltar que nenhum fato do passado e do presente é neutro, pois, por meio de uma memória, é possível reelaborar ideias, acontecimentos e fatos, buscando entender a realidade atual. Nesse sentido, Le Goff (1992, p. 472) afirma que “o resultado de uma montagem da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das



épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio”.

Ainda segundo o autor, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas o resultado de escolhas, extraído do conjunto dos dados do passado e atribuindo-lhe por meio de sua intervenção um valor de testemunho.

Para Huber (1991), o termo “memória” sinaliza um processo de caráter humano. Para Langenmayr (2016, p. 62-63), a memória organizacional é considerada como um fenômeno social ou um mecanismo que conecta o presente com o passado, aplicando-se às organizações. De acordo com Ackerman e Malone (1990), memória organizacional retrata a capacidade de a organização utilizar os conhecimentos obtidos de experiências passadas para atuar, reagindo com eficácia no presente. Já Huber (1991) traz o entendimento de memória organizacional como o meio pelo qual o conhecimento deve ser armazenado com o intuito de ser utilizado em algum momento no futuro.

Vianna e Valls (2016, p. 17) esclarecem que “os documentos de arquivos são os suportes onde estão registradas as informações necessárias para o funcionamento da organização”. Nesse sentido, o documento de arquivo é aquele gerado ou recebido pelo servidor no exercício da sua função. Conforme salienta Bellotto (2002, p. 7), “a relação dos arquivos com a administração pública e privada é evidente, já que os documentos são os registros das atividades exercidas pelos órgãos públicos ou pelas organizações privadas”.

Nos primórdios, os registros contábeis eram realizados de forma rudimentar, para auxiliar o homem a manter o controle de suas riquezas e seus excedentes de produção (Dantas; Duarte, 2005).

Ao longo dos anos, essas práticas passaram por constantes mudanças, evoluindo a maneira de realizar registros contábeis. Nesse sentido, evidencia-se a importância de resgatar a memória dessas práticas para haver fontes que proporcionem acesso aos interessados no assunto. Dessa maneira, qualquer clamor pela descoberta do passado precisa estar acompanhado de outro, que demanda também a

preservação e disponibilização de vestígios e fontes que lhe proporcionam acesso (Pieranti, 2008; Tuchman, 1998).

2.2 Estudos Relacionados ao Resgate da Memória Contábil

A literatura de História da Contabilidade, na fase inicial, objetivava subsidiar a Contabilidade enquanto profissão e disciplina acadêmica; em evolução, passou-se, então, a uma abordagem utilitarista, em que o passado da Contabilidade é encarado como potencial fonte de soluções para os problemas contemporâneos e, mais recentemente, por uma abordagem denominada crítica, que objetiva examinar o passado da Contabilidade mediante um leque variado de perspectivas teóricas e metodológicas inspiradas no pensamento de autores como Marx, Foucault e Habermas (Carnegie; Napier, 1996).

Nesse sentido, a pesquisa em História Contábil evolui em diversas frentes; vários são os estudos que abordam diferentes temáticas. Faria (2006) ressalta que, no fim do século XIX, e princípios do século XX,

os primeiros trabalhos dedicados à História da Contabilidade, tais como o de B. Worthington (1895), intitulado *Professional Accountants*, e o de R. Brown (1905), denominado *A History of Accounting and Accountants*.

Segundo Carmona (2017, p. 321), “em 1970, Ernest Stevelinck organizou em Bruxelas o primeiro Congresso Mundial de Historiados

res da Contabilidade, que sinalizou o despertar da pesquisa em história da contabilidade como disciplina acadêmica”.

Desde então, a pesquisa em História Contábil segue diversas orientações. Porém, como menciona Sayed *et al.* (2019), entre 2000 e 2016, mais de 68% das pesquisas históricas têm como foco Brasil e Portugal, na Idade Média e Contemporânea. Evidencia-se que, nesse escopo, não há pesquisa com enfoque na evolução contábil em estados. Destaca-se, nesse contexto, evento promovido pelo CFC com intuito de fomentar a pesquisa ao nível estadual: Resgate da Memória Contábil nos Estados, de 2016. Conforme preceitua Coelho (2016), a contabilidade como ciência dinâmica é propensa a constantes transformações. Resgatar o que ficou no passado e fazer emergir todo o conjunto de fatos e realizações responsáveis pela sua evolução não constitui tarefa das mais fáceis à pesquisa sobre o patrimônio histórico da Contabilidade no Brasil e a sua importância no desenvolvimento dos estados.

A produção acadêmica do evento supracitado deu origem à obra Resgate da Memória Contábil nos Estados (2016), que evidencia a evolução contábil em cada um dos estados brasileiros, subsidiando pesquisas correlatas. Na amostragem do Acre, França (2016) estabelece uma linha do tempo sobre a origem da História da memória contábil no Estado do Acre, desde a atividade dos guarda-livros nos seringais até os profissionais da contabilidade nos dias atuais. A presente pesquisa afunila-se ainda mais, trazendo enfoque para o Município de Cruzeiro do Sul.



2.3 Evolução do Resgate Histórico

No período entre os séculos V e X, não havia registros contabilísticos, devido à existência de uma economia fragmentada, na qual o rei possuía poder absoluto e o comércio era uma prática a qual visava apenas o lucro (Frare *et al.*, 2022).

Nepomuceno e Rech (2022) afirmam que, para controlar as movimentações financeiras e comerciais, exigiu-se uma técnica peculiar: um método para a exata determinação aritmética dos negócios individuais, ou seja, um método de registro sistemático para empresas que o apoiassem. Assim, deu-se o desenvolvimento da contabilidade, que contribuiu para formação do capitalismo, cujo ápice se deu em 1340, com a criação das partidas dobradas por Luca Pacioli.

Frare (2022) cita que há escrituração contábil e partidas dobradas antes mesmo da obra de Luca Pacioli. Observam-se evidências já na obra de Benedetto Cotrugli, no ano de 1458 (séc. XIV), impressa 115 anos depois, considerada um dos mais antigos manuscritos sobre a arte do comércio.

Pesquisas que investigam os mecanismos contábeis utilizados na época e o pensamento contábil

existente contribuíram para o apontamento de novas evidências (Carmona, 2018). Dessa forma, pode-se perceber que as pesquisas que abordam ou mencionam a obra de Cotrugli permeiam a discussão do método das partidas dobradas, pouco enfatizando a obra na totalidade ou até mesmo debatendo a obra de Pacioli (Frare *et al.*, 2022).

A literatura aponta que a Contabilidade acompanhou todo o processo histórico do Brasil, desde o período da colonização. De acordo com Reis e Silva (2008), “na época Colonial, houve a necessidade de controles contábeis para o desenvolvimento das primeiras alfândegas, que surgiram em 1530”. O frenético desenvolvimento social e econômico que ocorria no período provocou um aumento nos gastos, o que exigiu melhor controle das contas públicas e receitas do Estado; para este fim, foi criado o órgão denominado Erário Régio. Isso impulsionou o implemento ao método das partidas dobradas, já utilizado em Portugal. O Erário Régio era composto por um presidente com funções de inspetor-geral, um contador e um procurador fiscal, incumbidos de fazer toda a arrecadação, distribuição e administração financeira e fiscal (Reis; Silva, 2008).

A primeira instituição formal de ensino contábil do Estado de São Paulo foi a Escola Politécnica, fundada em 1894, que ministrava aulas de Escrituração Mercantil no curso preliminar, equivalente ao primeiro ano do curso de Engenharia. O estabelecimento de ensino conferia o diploma de contador aos alunos que fossem aprovados nas disciplinas que integravam esse primeiro módulo (Martins; Silva; Ricardino, 2006), emergindo e solidificando a contabilidade e sua relevância para toda a sociedade.

2.4 Evolução do Resgate Histórico no Acre

Com a Segunda Guerra Mundial, entre os anos de 1942 e 1945, o Estado do Acre tornou-se um grande fornecedor de látex para alguns países, como Estados Unidos e Inglaterra. Nesse período, aconteceu a chamada Batalha da Borracha, na qual milhares de nordestinos, conhecidos popularmente como “soldados da borracha”, dirigiram-se ao Acre para trabalharem nos seringais (Souza, 2013).

A atividade nos seringais exigia que vários desempenhassem funções diferentes para que a borracha fosse produzida; entre eles, inclui-se o guarda-livros, responsável por anotar as entradas e saídas de mercadorias do barracão do seringalista. De acordo com França (2016), ser um guarda-livros representava uma oportunidade de ascensão social e econômica; para ocupar tal função, era necessário principalmente ter uma excelente escrita. Ao guarda-livros cabia tão somente o registro das informações de entrada e saída das mercadorias do barracão, conforme as orientações que recebia de quem o havia contratado.

Ainda segundo Souza (2013), os seringueiros trazidos do Nordeste vieram sob o controle do governo brasileiro e eram, em sua maioria, cearenses; eles tiveram que escolher entre ir para a guerra e produzir borracha no Acre. De acordo com o autor, milhares preferiram a Batalha da Borracha, visto que essa opção permitia a permanência de trabalhadores nas cidades do Acre, mediante um contrato de trabalho para extração da borracha, elaborado pelo governo federal. O seringueiro também seria identificado por uma caderneira, na qual seriam anotados os seus débitos e créditos durante o trabalho junto ao barracão do seringalista, que era o núcleo social e econômico dos seringais.



No resgate da memória contábil no Acre, destaca-se o Decreto n.º 6.141, de 28 de dezembro de 1943, o qual estabeleceu a Lei Orgânica do Ensino Comercial e criou os cursos comerciais técnicos no ensino secundário (França, 2016). A primeira turma da Escola Técnica de Comércio Acreana (ETCA) iniciou as atividades em 1943 e formou três alunos, conforme dispõe o livro de atas de provas e relatórios finais da Secretaria de Estado da Educação do Acre. No período de 1943 a 1961, foram registrados 167 alunos formados e, de 1961 a 1974, um total de 1.277 alunos, por meio do curso técnico em Contabilidade, na Escola Técnica de Comércio Acreana, na capital Rio Branco e no interior do estado. O mesmo curso foi ofertado no Sistema Normal de Ensino ou no Sistema Modular. Ambos estão registrados nos livros de ata da Coordenação de Registro e Inspeção Escolar (Corines, 1974).

No Acre, algumas associações e sindicatos de classe têm grande influência na história contábil e registraram fatos marcantes, que contribuíram para o setor contábil do estado. Como exemplo, incluem-se: a Associação dos Contabilistas do Acre (Aceac), o Sindicato dos Contabilistas do Estado do Acre (Sincontacre), o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, In-



formações e Pesquisas do Estado do Acre (Sescap/AC). No Quadro 1, apresenta-se um resumo dos fatos históricos que marcaram a criação de tais entidades.

Órgão de Registro e Fiscalização da Contabilidade, o Sincontacre deixou de registrar atividades em 2007. Já o Sescap, fundado em 2001, ainda não possuía sede própria ao fim do ano de 2015 e não registrava mais de 30 (trinta) associados à época. Outro fato marcante quanto ao registro de classe é que a Delegacia do Conselho de Contabilidade do Acre (DCCA), vinculada ao Amazonas, foi extinta em 1996, com a criação do Conselho Regional de Contabilidade do Acre (França, 2016).

3 Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa consiste em uma investigação que envolve a prática presente na ação de cada sujeito em sua interação com o ambiente em

que atua. Segundo Ludke (1986, p. 12), “o interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas”.

O estudo envolveu pesquisa bibliográfica, análise documental e estudo de campo. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (Gil, 2002, p. 44). Segundo Lakatos e Marconi (2001, p. 44), a pesquisa bibliográfica pode ser considerada também como o primeiro passo de toda a pesquisa científica.

Foram adotadas como referencial bibliográfico as perspectivas teóricas de estudiosos e pesquisadores, tais como: Frare (2022), Nepomuceno e Rech (2022), Carmo (2018), Gonçalves (2019), França (2019), Araújo (2016), Pires e Nobrega (2019), Carvalho (2017).

De acordo com Gil (2002), no estudo de campo, o pesquisador realiza a maioria do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada a importância de o pesquisador ter uma experiência direta com a situação de estudo. “A pesquisa de campo assim é denominada porque a coleta de dados é efetuada ‘em campo’, onde ocorrem espontaneamente os fenômenos, uma vez que não há interferência do pesquisador sobre eles” (Andrade, 2003, p. 127).

Quadro 1 – Criação das associações e dos sindicatos do Acre

Órgão	Data de criação	Fato Histórico
Aceac	15 de abril de 1977, no Município de Rio Branco	A primeira reunião extraordinária, realizada em 6 de maio de 1977, aprovou o estatuto da Associação dos Contabilistas do Acre
Sincontacre	21 de março de 1989	Primeira assembleia do Sindicato dos Contabilistas e Contadores do Estado do Acre, no Auditório da Universidade Federal do Acre. Conforme dispõe a Ata da Reunião, a convocação foi feita por edital publicado no jornal o Rio Branco nos dias 11, 12 e 14 de março de 1989
Sescap/AC	19 de novembro de 2001, no Bairro Cadeia Velha	Entidade sindical patronal fundada com o objetivo de defender os direitos individuais e coletivos dos seus representados, sob os princípios de liberdade, autonomia, cidadania e solidariedade profissional e ética, sempre voltado à preservação da unicidade sindical

Fonte: criado pelos autores, com base em França (2016).

“A primeira turma da Escola Técnica de Comércio Acreana (ETCA) iniciou as atividades em 1943 e formou três alunos, conforme dispõe o livro de atas de provas e relatórios finais da Secretaria de Estado da Educação do Acre.”

Já a pesquisa documental, assim como em outros tipos de pesquisa, propõe-se a produzir novos conhecimentos, criar formas de compreender os fenômenos e dar a conhecer como estes têm sido desenvolvidos (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009). A pesquisa documental consiste, ainda, em um intenso exame de diversos materiais que não foram utilizados para análise ou que podem ser reexaminados, o que possibilita novas interpretações ou informações complementares, chamados documentos (Guba; Lincoln, 1981).

Os dados foram coletados por meio de:

- a) bibliografia. Com levantamento de dados para a revisão de literatura e construção da matriz de amarração teórica, iniciou-se uma seleção de artigos publicados no periódico Capes, Google Acadêmico, Scielo e Scopus. Para a busca, realizou-se consulta aos termos “história contábil”, “memória contábil”, “Cruzeiro do Sul”, “resgate histórico contábil” e “contabilidade dos seringueiros”; assim, montou-se o arcabouço da literatura.
- b) análise documental dos livros mercantis de 1939, 1985 e 1986, realizada em outubro e novembro de 2022, com base nos

documentos da empresa Construtora Colorado Ltda., que os guarda em seu arquivo morto, bem como no acervo cultural do município. A análise documental faz-se principalmente por classificação e indexação, com o objetivo de realizar a representação condensada da informação, para consulta e armazenagem. Já a análise categorial temática é uma das técnicas da análise de conteúdo, que visa à manipulação da mensagem (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir outra realidade, além da mensagem (Bardin, 1977, p. 46).

- c) entrevista realizada em outubro de 2022, na modalidade de depoimentos, abrangendo pessoas que possuíam funções relacionadas com as práticas contábeis no Município de Cruzeiro do Sul; são elas: senhora Beatriz Barroso Parto de Cameli (empresária), senhor Osmiro Siqueira de Oliveira (contador) e senhor Almir Marques Soares (contador). Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Assim, a coleta de dados foi feita via triangulação. Para Denzin e Lincoln (2005), triangulação

é a combinação de diferentes metodologias para analisar o mesmo fenômeno, de modo a consolidar a construção de teorias sociais. Já Flick (2009) conceitua a triangulação metodológica como o uso de escalas diferentes ou formas distintas para obter dados.

Ressalta-se que a entrevista, como técnica de coleta de dados, tem vantagem sobre outros métodos, porque permite o tratamento de assuntos de natureza estritamente pessoal e íntima (Ludke; André, 1996). Permite ainda um clima de confiança entre o sujeito da pesquisa e o pesquisador, ao deixar o participante à vontade para se expressar livremente.

Os dados foram analisados mediante a análise de conteúdo. Bardin (2011, p. 48) define esse método como um conjunto de técnicas das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de recepção/produção (variáveis inferidas) dessas mensagens. Para a discussão dos resultados, a análise dos dados gerou as categorias: i) identidade sócio-histórica; e ii) práticas contábeis do município.

4 Síntese dos Resultados

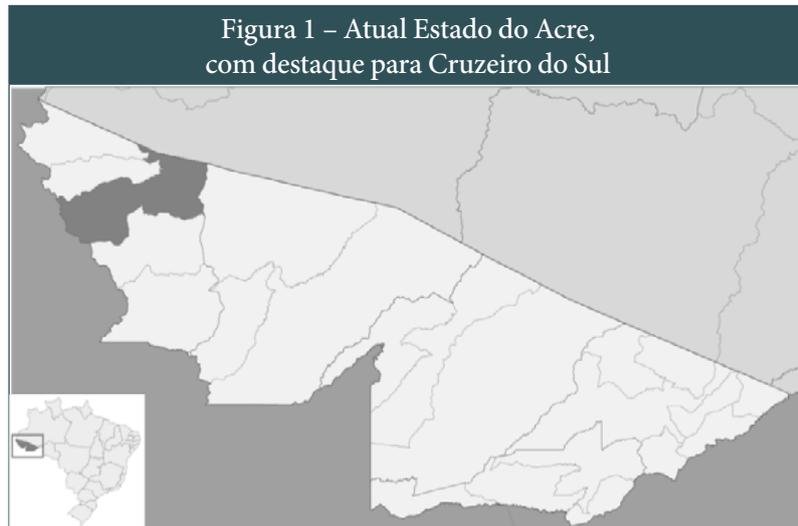
4.1 Identidade Sócio-Histórica do Município Cruzeiro do Sul/AC

Os primeiros habitantes da região foram os povos indígenas, a exemplo dos Ararauas, Catukinas, Curimas, Nauas, Amahuacas, Jaminauas, Capanauas e Caxinauás. Essas comunidades desenvolveram-se ao longo das margens do rio Juruá, multiplicaram-se e migraram para todo o trecho onde está localizado o município de Cruzeiro do Sul, conforme a Figura 1.

De acordo com IBGE (2020), em 1857, as expedições propiciaram o povoamento da região. Entre elas, destaca-se a chefiada pelo indígena João da Cunha Correia e a realizada pelos povos Nauas, que chegaram à foz do rio Juruá-Mirim, mas acabaram saindo da região, a partir de 1870, devido a uma epidemia. Já os seringais tiveram grande contribuição dos nordestinos, em consequência da imigração, devido às secas que motivaram o abandono dos sertões, entre 1877 e 1879.

A exploração do seringal se deu por volta de 1890 e atraiu um grande número de brasileiros. Em 17 de novembro de 1903, o Tratado de Petrópolis incorporou o território ao Brasil, inicialmente dividido em três departamentos, independentes entre si: Alto Juruá, Alto Purus e Alto Acre. Cada um deles tinha uma espécie de prefeito, à época chamado de intendente, até 1920 (Prefeitura de Cruzeiro do Sul, 2022).

Um marco histórico de suma importância tem relatos de 1904, quando o coronel do Exército Brasileiro Gregório Taumaturgo de Azevedo instalou a sede provisória do município, situada na foz do Rio Moa. Ainda em 1904, o mesmo coronel, por meio do Decreto n.º 4, transferiu a sede da Prefeitura para o Seringal Centro Brasileiro (Prefei-



Fonte: Wikipédia, 2022.



Fonte: Wikipédia, 2022.

tura de Cruzeiro do Sul, 2022). A Figura 2 mostra a cidade no ano de 1974.

Observa-se que a cidade de Cruzeiro do Sul chama a atenção devido ao seu valor histórico e econômico ao áureo período denominado “ciclo da Borracha”. É importante resgatar a memória contábil focada nos registros de antigos contabilistas, comerciantes e guarda-livros, que, nos antigos seringais, contabilizaram e deixaram registradas a história e a economia da região do Alto Juruá.

Segundo Araújo *apud* Souza (2013, p.158), até o início do

século XX, a principal atividade econômica da região era o extrativismo de borracha e de madeira; no entanto, com o passar dos anos, ocorreu uma mudança, conforme relatado por Carvalho (2017, p. 8):

No final dos anos 1990, o comércio da farinha de mandioca mostrou-se tão rentável que foi considerado a principal alternativa econômica ao extrativismo da borracha no Vale do Juruá. A produção da borracha passou a ser questionada pelos próprios seringueiros porque não dava para cobrir as despesas da receita baixa.

Com a diminuição do ciclo e as restrições impostas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o principal produto municipal passou a ser a farinha de mandioca. Atualmente, o governo estadual está padronizando e transformando esse produto em um item de alta qualidade.

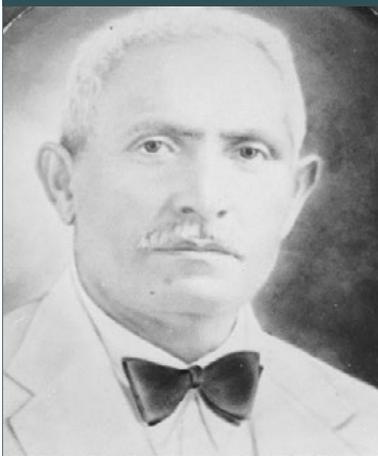
4.2 Resgate Histórico das Práticas Contábeis do Município Cruzeiro do Sul/AC

4.2.1 O Guarda-livros de Cruzeiro do Sul

Diante de uma intensa movimentação comercial que envolvia seringueiros, seringalistas e comerciantes, havia a necessidade de escrituração das entradas e saídas de mercadorias. A contabilidade já fazia parte desse processo econômico na cidade de Cruzeiro do Sul, mesmo que de forma rudimentar, segundo relatos de pessoas que testemunharam todo esse processo de evolução da Contabilidade.

A Figura 3 revela uma foto de Francisco Januário de Assis, guarda-livros da cidade, que, segundo

Figura 3 – Guarda-livros – Cruzeiro do Sul (1950)



Francisco Januário de Assis, Seringalista (Jaburu) guarda livros, casou-se com Francisca de Oliveira Melo.
DATA: 1950 ACERVO: Francisco de Oliveira Melo FOTO: ?

Fonte: acervo cultural Cruzeiro do Sul, casa dos Ruela.
Foto: Beatriz Cameli, 2022.

Figura 4 – Regatão, o mascote da Amazônia



Fonte: Os Regatões, História Multimídia de Xapuri, 2020.

Araújo (2016, p. 62), era o responsável pela segurança da escrituração contábil, pelo orçamento e pelo controle da produção e economia do seringal.

4.2.2 O regatão na cidade de Cruzeiro do Sul e sua importância para a Contabilidade

As informações obtidas foram captadas por meio de uma entrevista com a empresária Beatriz Barroso Parto de Cameli, por meio do seguinte questionamento: como a figura do regatão está ligada à Contabilidade na cidade de Cruzeiro do Sul e como se deu esse processo no passado?

De acordo com relatos da entrevistada, a Contabilidade já fazia parte do processo econômico da cidade, mesmo que de forma rudimentar. Beatriz afirma que, no início do século XX, Mamede Cameli, avô de Orleir Cameli, seu falecido esposo, veio do Líbano, aos 20 anos, para trabalhar como “regatão”, nos rios do alto Juruá, visto que gostava muito de comércio. “Era o que o árabe sabia fazer”, disse.

Como tinha dificuldade de se expressar, para entender a escrita em árabe, Mamede anotava em um caderno as compras dos fregueses que moravam do lado esquerdo e direito do rio. Dessa forma, anota-

va em um livro-caixa a quantidade de mercadorias, tais como sabão e munição, que entravam e saíam. Relata também que sua filha, a professora Fátima, ajudava a anotar todo o processo de compra e venda de mercadoria de seu pai, fazendo ali o que se pode chamar atualmente de registro contábil. A Figura 4 revela como acontecia a venda de mercadorias à margem do rio.

O tópico seguinte, descreve, mediante documentos e relatos, como eram feitos registros contábeis na cidade de Cruzeiro do Sul, considerando uma sequência de fatos cronologicamente demonstrados a seguir.



4.2.3 Registros Contábeis na cidade de Cruzeiro do Sul

Os registros contábeis, embora feitos de forma rudimentar, demonstram necessidades, costumes e características dos negócios e do comércio no início do século XX na cidade de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre.

O livro borrador é um documento no qual eram anotados os débitos e o quase impossível saldo do seringueiro (Aguiar, 2014) e era usado pelos antigos contabilistas e comerciantes responsáveis por fazerem o registro de suas movimentações financeiras. A Figura 5 evidencia o uso do livro-caixa no modo manual.

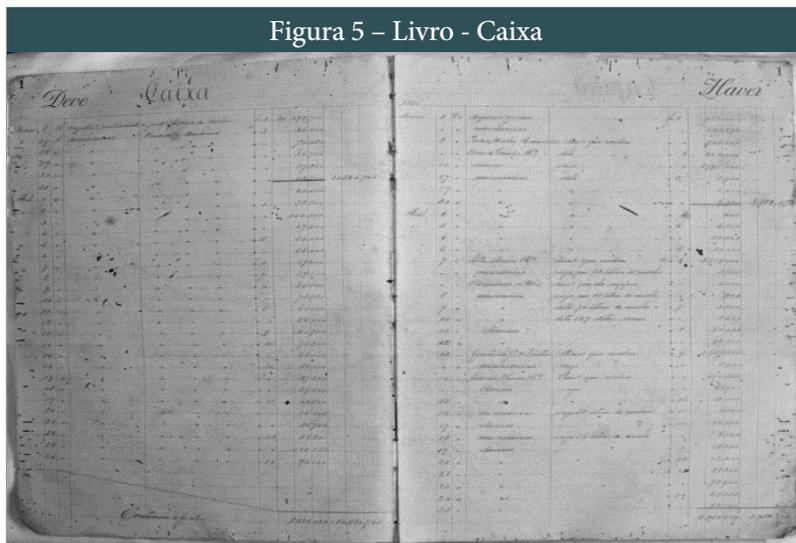
A empresa Construtora Colorado Ltda. guarda, em seu arquivo morto, registros contábeis da antiga empresa Marmud Cameli e Cia, pertencente à entrevistada Beatriz Barroso Pardo de Cameli.

Entre os anos de 1985 e 2000, foram encontrados registros contábeis que demonstram o processo de demonstração contábil da empresa. Os livros foram cedidos pela proprietária da empresa, que relatou a forma de escrituração contábil daquela época, como pode ser observado na Figura 6.

Outro livro utilizado pela empresa Marmud Cameli é o Razão Analítico, demonstrando o fechamento do mês de janeiro de 1985, com a conta razão, saldo anterior e o saldo balanço, no modo mecanizado. A escrituração era feita em livros-caixa, impressos em papel contínuo – papel próprio para impressora matricial.

Outro documento acessado foi o Termo de abertura do livro-razão, de 1º de janeiro de 1986. O livro era registrado na junta comercial para se tornar um documento público, carimbada folha por folha.

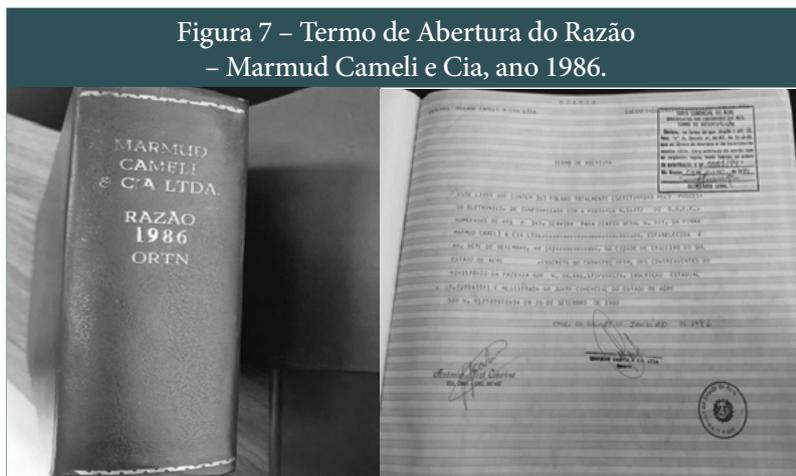
Nos anos de 1999 e 2000, obteve-se acesso ao Livro-Razão Analítico da empresa Cameli Comercial e Distribuidora Ltda. e o Livro Diário de janeiro, respectivamente. O Livro-Diário Geral, nº 08, ano 2000, corresponde ao oitavo livro anual.



Fonte: Livro: O Barão de Geremoabo. Alberto Lopes – Leiloeiro público (1939).



Fonte: Acervo cultural Cruzeiro do Sul, casa dos Ruela. Foto: Beatriz Cameli, 2022.



Fonte: Acervo cultural Cruzeiro do Sul, casa dos Ruela. Foto: Beatriz Cameli, 2022.

“Dada a importância de resgatar a memória contábil nos órgãos públicos de Cruzeiro do Sul, existe também a dificuldade de encontrar registros dessas instituições, como a Delegacia do Conselho Regional de Contabilidade, fundamental para que os profissionais da área tenham o apoio necessário para a resolução de suas questões.”

4.2.4 Escola Técnica de Contabilidade em Cruzeiro do Sul

A Escola Estadual de Ensino Médio Professor Flodoardo Cabral teve suas instalações atuais inauguradas em 13 de março de 1969, e recebeu o nome de “Colégio Comercial Professor Flodoardo Cabral”, quando de sua fundação, sob a direção do Ir. Rovílio Moro. Atualmente com 53 anos de existência, ofereceu cursos técnicos de formação profissional em nível de 2º grau/ensino médio. Entre as décadas de 1970 e 2000, foram oferecidos os seguintes cursos técnicos: Agropecuária, Eletrotécnica, Enfermagem, Contabilidade e Magistério.

Segundo o depoimento do contador Osmiro Siqueira de Oliveira, o curso técnico em contabilidade foi implantado na escola primária Grupo Escolar Comandante Braz de Aguiar, na década de 1960. Devido ao aumento da quantidade de alunos, o curso foi transferido para a escola Ginásio Cruzeiroense Craiveiro Costa, a qual funcionou por dois anos; em seguida, foi para a Escola Estadual Professor Flodoardo Cabral. Funcionava como escola técnica (entre as décadas de 1970 e 2000) e formou a maioria dos contabilistas da cidade de Cruzeiro do Sul, como também de cida-

Figura 8 – Inauguração da instituição (à esquerda) e Escola Prof. Flodoardo Cabral (à direita)



Fonte: História de Cruzeiro do Sul – Escola Professor Flodoardo Cabral (2009).

des circunvizinhas, como Marechal Taumaturgo, Porto Valter, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, e alguns municípios pertencentes ao Estado do Amazonas, como Guajará, Ipixuna e Eirunepé. Estudantes que concluíram o curso passaram a exercer a profissão como técnicos em contabilidade. Os primeiros contabilistas formados pela escola técnica foram: João Barbosa de Souza, João Guimarães, Valde-te Rosas Guimarães, Edmilson de Souza Vasconcelos.

No ano de 1969, ocorreu a inauguração da escola Professor Flodoardo Cabral, evento em que Dom Henrique discursou, acompanhado por dois irmãos Maristas. Estes dirigiram a escola nos primeiros anos, em parceria da pre-

lazia com o Governo do Acre, ali representado pelo chefe maior, o governador Jorge Kalume. A Figura 8 apresenta, à direita, a Escola Professor Flodoardo Cabral, onde funcionava a Escola Técnica em Contabilidade na década de 1980.

4.2.5 Delegacia do Conselho Regional de Contabilidade de Cruzeiro do Sul

Dada a importância de resgatar a memória contábil nos órgãos públicos de Cruzeiro do Sul, existe também a dificuldade de encontrar registros dessas instituições, como a Delegacia do Conselho Regional de Contabilidade, fundamental para que os profissionais da área tenham o apoio necessário para a resolução de suas questões.

Segundo o relato de Almir Soares, a Delegacia do Conselho Regional de Contabilidade é uma extensão do Conselho Regional de Contabilidade (CRC), criada na década de 1990, para estreitar a relação entre os profissionais de contabilidade do município de Cruzeiro do Sul e a cidade de Rio Branco, capital do Estado do Acre. A delegacia visa auxiliar os interessados em assuntos ligados ao conselho e à sociedade local, tais como: obtenção e baixa do registro dos profissionais de contabilidade, apoio aos membros do conselho do Sistema CFC/CRC, no que diz respeito à logística e à coordenação de eventos e palestras.

Relata, ainda, que a delegacia foi fundada em 1995, não possuía sede própria e funcionava nos escritórios de contabilidade pertencentes aos delegados, que são nomeados pelo presidente do conselho. O primeiro delegado a tomar posse em Cruzeiro do Sul foi Adenilton Soares Dantas, nomeado em 1995 pelo presidente da época, Manoel Correia de Lima (1995 a 1999). O contador Soares (AC 1005-0) foi delegado no ano de 2006, nomeado pelo delega-

do Stevenson de Araújo Mafaldo (2006 a 2007).

Atualmente, a delegacia funciona como um núcleo do Conselho na Cidade de Cruzeiro do Sul, no escritório de contabilidade do atual delegado, o contador Francisco Moreira da Silva, CRCAC 002042/0-8.

5 Considerações Finais

Esta pesquisa permitiu evidenciar o resgate da memória contábil no Município de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, e a sua importância para a compreensão do contexto histórico no qual a contabilidade se configurou, ao longo dos anos, na cidade lócus desta pesquisa. A presente pesquisa delimita-se como investigação histórica contábil no município e destaca o relevante papel da contabilidade como ciência social aplicada, mesmo em comunidades distantes de centros urbanos.

Foram adotados como métodos: revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas. Com isso, a pesquisa atinge seu objetivo de realizar um resgate histórico contábil. A principal contribuição foi identificar as práticas contábeis antigas; o perfil do profissional contador histórico (o guarda-livros) e dos regatões, que eram responsáveis pela comercialização de mercadorias à margem dos rios e necessitavam registrar suas vendas.

Durante a busca pelos dados, percebeu-se que não houve uma preocupação em guardar documentos ou re-

gistros que pudessem trazer indícios mais precisos de como eram feitos os registros contábeis na cidade, com o passar dos anos. Sendo assim, a coleta de dados tornou-se um desafio, pois os dados para a produção da pesquisa não estavam completamente acessíveis. Ade-

mais, as pessoas indicadas nem sempre estavam aptas para entrevistas, não tinham tempo ou não aceitavam fornecer dados que viessem contribuir para o desenvolvimento deste estudo.

Apesar das dificuldades, observou-se que há registros da utilização de livros – caixa, razão e diários – em formatos manuais e mecanizados.

Constatou-se que uma escola técnica foi a responsável pela formação dos primeiros contadores da cidade e que há uma delegacia do Conselho Regional de Contabilidade, a qual funciona como núcleo de apoio aos contabilistas locais.

Além disso, a falta de estudos e periódicos sobre a temática dificultou ainda mais a pesquisa; por outro lado, esse contexto fortaleceu o desejo de finalizar o estudo, pois este contribuirá significativamente para que outras pesquisas sobre esta temática tenham embasamentos teóricos e colaborem ainda mais para o enriquecimento bibliográfico da história do Município de Cruzeiro do Sul.

Diante disso, conclui-se que a forma de realizar registros contábeis era bastante rudimentar, porém acompanhou a evolução da tecnologia ao longo dos anos, pois passou do manual para o mecanizado. Como exemplo, citam-se os livros-razão e diário que foram apresentados entre as décadas de 1980 e 2000, e que já acompanhavam os avanços tecnológicos.



Referências

- ACKERMAN, M. S.; MALONE, T. W. *Answer Garden: A tool for growing organizational memory*. ACM SIGOIS Bulletin, 11(2-3), 31-39, 1990.
-
- ACRE. *Decreto Estadual n.º 6.141, de 28 de dezembro de 1943*. Lei Orgânica do Ensino Comercial. Acre: Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-6141-28-dezembro-1943-416183-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 abr. 2023.
-
- ACRE. *Decreto Estadual n.º 87, de 29 de maio de 1969*. Estabelece que a Escola Técnica de Comércio Acreano passa ter uma sede própria, sendo denominada Escola José Rodrigues Leite passou a ter uma sede própria. Acre: Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50578-10-maio-1961-390304-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 abr. 2023.
-
- ACRE. *Decreto Estadual n.º 305, de 30 de dezembro de 1974*. Instituiu o Curso Técnico em Contabilidade no Ceseme – Obtido durante pesquisa na Coordenação de Registros e Inspeção Escolar (Corines). Disponível em: <<http://www.legis.ac.gov.br/principal/9>>. Acesso em: 12 abr. 2023.
-
- ACRE. *Decreto Estadual n.º 2.175, de 1º de junho de 1977*. Publica a Ata de Criação da Associação de Contabilistas do Acre; publica o Estatuto aprovado. Disponível em: <<http://www.legis.ac.gov.br/principal/9>>. Acesso em: 12 abr. 2023.
-
- ACRE. *Decreto n.º 146, de 26 de abril de 1985*. Revogou o Decreto n.º 305, conferindo a Escola José Rodrigues Leite à exclusividade no oferecimento do Curso Técnico em Contabilidade na Capital do Estado Rio Branco – Obtido durante pesquisa na Coordenação de Registros e Inspeção Escolar (Corines). Disponível em: <<http://www.legis.ac.gov.br/principal/9>>. Acesso em: 12 abr. 2023.
-
- AGUIAR, Sidney Barata. B. O Amargo Adeus às Armas: a trágica saga dos soldados da borracha na Amazônia. *Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos*, v. 14, n. 1, p. 63-80, 2014.
-
- ANDRADE, M. M. Pesquisa científica: noções introdutórias. In: *Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Cap. 10, p. 121-127.
-
- ARAÚJO, Elenilda Maia de. *Cruzeiro do Sul: conquistas e perspectivas*. Fortaleza: Editora Peregrino, 2016. 596.
-
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
-
- BELLOTTTO, Heloísa Liberalli; CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *Documento de arquivo e sociedade*. 2002.
-
- CAMELI, Beatriz Barroso Pardo de. Beatriz Barroso Pardo de Cameli: depoimento [set. 2022]. Entrevistadora: Evânia Barbosa. Cruzeiro do Sul: Empresa Construtora Colorado Ltda.
-
- CAMELI, Beatriz Barroso Pardo de. *Acervo cultural Cruzeiro do Sul, casa dos Ruela, Cruzeiro do Sul, Estado do Acre*, 2022.
-
- CARMONA, S. Whither Historical Research in Accounting. In: GÅRSETH-NESBAKK, L.; MELLEMLVIK, F. (Eds.). *Dealing with Expectations and Traditions in Research, Oslo*: Cappelen Danmm Akademisk, p. 49-72, 2018.
-
- CARMONA, S. Pesquisa em história da contabilidade: Escopo, tópicos e agenda. *Revista Contabilidade & Finanças*, 28, 321-325, 2017.
-
- CARNEGIE, G. D.; NAPIER, C. J. Critical and Interpretive Histories: Insights into Accountings Present and Future through its Past. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, Vol. 9, n.º 3, pp. 7-3, 1996.
-
- CARVALHO, M. B. de. Conservação da agrobiodiversidade e desmatamento na Amazônia: os desafios da produção de farinha de mandioca na região de Cruzeiro do Sul, Acre. *Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)*, [S. l.], v. 25, n. 25, p. 176-199, 2017. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v25i25p176-199. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/111414>>. Acesso em: 7 out. 2022.
-

CORINES. Coordenação de Registro de Inspeção Escolar; Rio Branco. Acre. *Livro de Relatórios Finais das Escolas – 1943 a 1974*. Gerência de Registro e Informações Escolares. Secretaria de Educação do Estado do Acre, 1943.

CRUZEIRO DO SUL (Acre). *Wikipédia*, 2022. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Cruzeiro_do_Sul_\(Acre\)#Refer%C3%A2ncias](https://pt.wikipedia.org/wiki/Cruzeiro_do_Sul_(Acre)#Refer%C3%A2ncias)>. Acesso em: 12 abr. 2023.

DANTAS, R.F.; DUARTE, A.M.P. O uso da informação contábil como suporte ao processo da gestão estratégica organizacional. *Qualit@s – Revista Eletrônica*, v.1, n.4. João Pessoa, 2005. Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/39>>. Acesso em: 22 out. 2022.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *Introdução: A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa*. 4. ed. Thousand Oaks: Sage, 2005. p. 1-32.

FARIA, A. R. Relevância, conteúdo e metodologia da investigação histórica em contabilidade. *Revista de Contabilidade e Comércio*, 237, 185-223, 2006.

FLICK, UWE. *Introdução à Pesquisa Qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANÇA, M. do Nascimento. *Concurso de Resgate da Memória Contábil nos Estados – CRCAC*, 2016.

FRARE, Anderson, Betti et al. *Manual Mercador da Idade Média sobre Negócios e Contabilidade: a arte do comércio por Benedetto Cotrugli em 1458*. UEM – Paraná. V.41. n. 1. p. 23-38. janeiro/abril 2022.

FREITAS, C. G. (2008). *Desenvolvimento local e sentimento de pertença na comunidade de Cruzeiro do Sul/Acre*. Dissertação de doutorado, Dissertação de mestrado, Universidade Católica Dom Bosco. Disponível em: <<https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/8058-desenvolvimento-local-e-sentimento-de-pertencia-na-comunidade-de-cruzeiro-do-sul-acre.pdf>>. Acesso em: 8 abr. 2024.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUBA, Egon G.; LINCOLN, Yvonna S. *Avaliação eficaz: melhorando a utilidade dos resultados da avaliação por meio de abordagens responsivas e naturalísticas*. Jossey-Bass, 1981.

GONÇALVES, Miguel. Contabilidade por partidas dobradas: história, importância e pedagogia (com especial referência à sua institucionalização em Portugal, 1755–1777). *De Computis: Revista Española de História de la Contabilidad*, v. 16, n. 2, p. 69-142, 2019.

HISTÓRIA de Cruzeiro do Sul. *Escola Flodoardo Cabral*. Disponível em: <<http://minhascolinas.blogspot.com/2009/03/escola-professor-flodoardo-cabral-foto.html>>. Acesso em: 2 maio 2023.

HUBER, G. P. (1991). *Organizational learning: The contributing processes and the literatures*. *Organization Science*, 2(1), 88–115.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cruzeiro do Sul*. Brasília, DF: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/cruzeiro-do-sul/historico>>. Acesso em: 8 abr. 2024.

LAKATOS, E.M. e MARCONI, M.A. *Metodologia do Trabalho Científico*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1987.

LANGENMAYR, Felix. *Organisational memory as a function: the construction of past, present and future in organisations*. Springer, 2016.

LE GOFF, Jacques. *History and memory*. Columbia University Press, 1992. LIVRO: O Barão de Geremoabo. *Alberto Lopes Leiloeiro*, 1939. Disponível em: <<https://albertolopesleiloeiro.com.br/peca.asp?ID=16763209>>. Acesso em: 2 maio 2023.

LUDKE, M. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. Menga Ludke, Marli E. D. A. Andre. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, E.; SILVA, A. F. D.; RICARDINO, Á. Escola Politécnica: possivelmente o primeiro curso formal de Contabilidade do Estado de São Paulo. *Revista Contabilidade & Finanças*, 17, 113-122, 2006.

NEPOMUCENO, Valério; RECH, Ilírio José. *O Contador e suas Controversas Relações com o Capitalismo e a Sociedade. Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 15, n. 3, p. 48-64, 2022.

OLIVEIRA, M.M. de. *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis, RJ. Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Osmiro Siqueira de. Osmiro Siqueira de Oliveira: Depoimento [out. 2022]. Entrevistadora: Evânia Barbosa. Cruzeiro do Sul, Acre.

OS REGATÕES. *História Multimídia de Xapuri*, 2020. Disponível em: <<http://historiamultimidiadexapuri.blogspot.com/2020/03/os-regatoes.html?m=1>>. Acesso em: 2 maio 2023.

PIERANTI, O. P. *A metodologia historiográfica na pesquisa em administração: uma discussão acerca de princípios e de sua aplicabilidade no Brasil contemporâneo*. Cad. EBAPE.BR, v. 6, n. 5, mar. 2008.

PIRES, M; DA NOBREGA, N. *As capitais do acre: a cidade e os poderes*. Scripta Nova. Revista electrónica de geografia y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, núm. 194 (106). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-106.htm>> [ISSN: 1138-9788] Acesso em: 7 out. 2023.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PREFEITURA DE CRUZEIRO DO SUL. *Bem-vindo a Cruzeiro do Sul*. Disponível em: <<https://www.cruzeirosul.ac.gov.br/paginas/munic%C3%ADpio>>. Acesso em: 20 out. 2022.

REIS, A. D. J.; da SILVA, S. L. A história da contabilidade no Brasil. *Seminário Estudantil de Produção Acadêmica*, 11(1), 2008.

SÁ-SILVA, J.; ALMEIDA, C.; GUINDANI, J. *Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas*. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, São Leopoldo, ano I, n. I, jul., 2009.

SAYED, S.; CORNACCHIONE Jr, E. B.; NUNES, T.; SOUZA, M. C. de. (2019). Análise dos Estudos em História da Contabilidade em Teses e Periódicos Brasileiros (2000-2016). *ConTexto – Contabilidade Em Texto*, 19(41). Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/94332>>. Acesso em: 26 mar. 2024.

SCHMIDT, P.; GASS, J. de M. Estudo Comparativo entre a História da Contabilidade Tradicional e a sua Nova História. *Ciência & Trópico*, 42(2). [https://doi.org/10.33148/CeTROPICO2526-9372.2018v42n2\(1734\)71-98p](https://doi.org/10.33148/CeTROPICO2526-9372.2018v42n2(1734)71-98p), 2018.

SILVA, M. S.; de ASSIS, F. A. A História da Contabilidade no Brasil. *Negócios em Projeção*, 6(2), 35-44, 2015.

SOARES, Almir Marques de. Almir Marques Soares: depoimento [out.2022]. Entrevistadora: Evânia Barbosa. Cruzeiro do Sul: Empresa Opções Contabilidade.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. *História do Acre: nova abordagem*. Rio Branco, Editor Carlos Alberto de Souza, 2013.

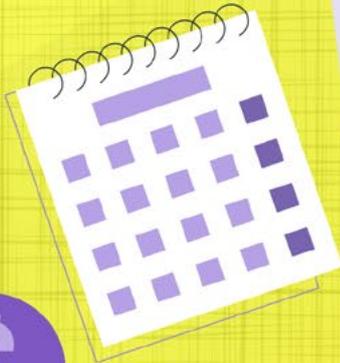
TUCHMAN, G. *Historical social science: methodologies, methods, and meanings*. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *Strategies of qualitative inquiry*. Thousand Oaks: Sage, 1998. p. 225-260.

VIANNA, Márcio Aparecido Nogueira; VALLS, Valéria Martin. O papel da gestão documental nos processos de gestão do conhecimento. *Future Studies Research Journal: Trends and Strategies*, v. 8, n. 2, p. 3-26, 2016.

VOLNEI, C.; BLEIL, C.; BONATTO, A.; de OLIVEIRA, C. S.; SANTOS, G. Z. *A evolução da contabilidade e seus objetivos*. Canoas/RS: ULBRA, 2007.

PGBL

VGBL



%



Artigo Convidado

Aplicações financeiras e possibilidades de planejamento tributário da pessoa física com o PGBL

As aplicações financeiras buscam evitar perdas com a inflação, manter o poder aquisitivo do dinheiro e, se possível, gerar rendimentos adicionais. Planejamento tributário da pessoa física, com a aplicação em investimentos intitulados PGBL, pode resultar em postergação do Imposto de Renda e resultados favoráveis aos contribuintes, com ganhos significativos. O objetivo da pesquisa foi demonstrar as possibilidades de adequações ao planejamento financeiro e tributário. Buscou-se avaliar aplicações em Previdência Privada (PGBL) como reserva financeira e complemento da aposentadoria futura. E constatou-se que a aplicação em PGBL se constitui em efetiva alternativa de aproveitamento do benefício tributário.

Windsor Espenser Veiga

Doutor em Educação-Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e mestre em Ciências Contábeis e Atuariais pela PUC-SP. É professor assistente do mestrado em Ciências Contábeis, Controladoria e Finanças e da Graduação da PUC-SP. É autor de livros, capítulos, resenhas e artigos. Consultor em Controles Internos, Custos, Contabilidade, Controladoria e Auditoria.

E-mail: windsor@pucsp.br

Luciene de Fatima Rodighero dos Santos

Mestranda em Ciências Contábeis, Controladoria e Finanças pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, é especialista com MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP). É autora do livro *Gestão Financeira e Estratégica para Escritórios de Advocacia*, publicado pela Editora Atlas. Atua como consultora, palestrante, professora da ESA/Nacional, OAB/SP.

E-mail: luciene.rodighero@gmail.com

1 Introdução

Aplicações financeiras se constituem em alternativas de manutenção do poder aquisitivo, com direcionamento a ganhos acima da inflação. O tema se justifica pela possibilidade de atender a esse requisito, com ganhos reais na adequação do investimento no Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), o que posterga o valor devido ao Imposto de Renda e gera recursos adicionais. O problema que se apresenta nesta pesquisa é a questão de enquadramento legal, que conduz ao seguinte questionamento: **Todas as pessoas físicas contribuintes podem se beneficiar dos investimentos em PGBL, como forma de postergação do Imposto de Renda?**

Parte-se da hipótese de que a orientação adequada sobre o tema pelo profissional da contabilidade poderá, efetivamente, resultar em ganhos tributários dentro da lei.

Para se buscar direcionamentos, foram pesquisadas mudanças

ocorridas na Previdência Social Brasileira, sobretudo com relação às aposentadorias do setor privado para os trabalhadores com Carteira Profissional em Regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), optantes compulsoriamente em contribuições ao INSS. A aplicação do Fator Previdenciário diminuiu e irá diminuir ainda mais os proventos dessas aposentadorias. E uma consideração possível é a opção financeira da aplicação de recursos em previdência privada – e, mais especificamente, PGBL – para aproveitamento tributário.

O teto máximo para se receber a aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), conforme dispõe a Portaria Interministerial MTP/ME n.º 26, de 10 de janeiro de 2024, é de R\$7.786,02. Ou seja, se o trabalhador recebesse um salário mensal de R\$7.700,00, a princípio, teria direito a uma aposentadoria deste valor. Na prática, porém, com a aplicação de alguns coeficientes previdenciários (fator previdenciário), conforme as circunstâncias, a aposentadoria será menor. Se o salário mensal fosse de R\$10 mil, R\$20 mil, R\$50 mil, etc., o salário da aposentadoria, em certas circunstâncias, será no máximo de R\$7.700,00. Diante desse contexto, infere-se a importância da previdência privada como complemento da aposentadoria.

Mesmo sem benefícios, caso continuem trabalhando, esses aposentados terão, compulsoriamente, INSS descontado na fonte, até

o teto máximo de R\$908,85, subtraídos de seus rendimentos complementares. A Tabela 1 apresenta descontos do INSS para 2024.

Nesse contexto, como reflexão, destaca-se a importância de as pessoas físicas entenderem o funcionamento da previdência privada para tê-la como um complemento em suas aposentadorias.

2 Referencial Teórico

O referencial teórico é o fundamento da pesquisa, realizado com base em dados atuais (abril de 2024) sobre diversos investimentos — mais especificamente, sobre o foco deste trabalho: investimentos em Previdência Privada PGBL. E, quando se menciona Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) e Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), existem alíquotas, com regimes (que podem ser considerados complexos) intitulados como progressivo e regressivo, que, inclusive, fazem parte das prováveis mudanças pelo governo e possibilitarão alterações e opção para a pessoa física, quando do efetivo resgate. A seguir, constam alguns exemplos de aplicações financeiras e as complexidades e vulnerabilidades, com exceção à Caderneta de Poupança, que se constitui no método de aplicação financeira para 23% da população brasileira, de acordo com a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

Tabela 1: Tabela de Desconto INSS 2024

Salário de Contribuição (R\$)	Base	Alíquota (%)	A Pagar
Até R\$1.412,00	1.412,00	7,50%	105,90
De R\$1.412,01 até R\$2.666,68	1.254,68	9,00%	112,92
De R\$2.666,69 até R\$4.000,03	1.333,35	12,00%	160,00
De R\$4.000,04 até R\$7.786,02	3.785,99	14,00%	530,03
Total			908,85

Fonte: tabela adaptada pelos autores, com base no seguinte link: <https://www.gov.br/inss/pt-br/direitos-e-deveres/inscricao-e-contribuicao/tabela-de-contribuicao-mensal>.



“Os investimentos dos brasileiros pessoas físicas somaram R\$5,5 trilhões em setembro de 2023. O valor representa um aumento de 9,7% em comparação com o fechamento do ano passado e engloba os segmentos varejo alta renda e private, segundo a Anbima.”

Os investimentos dos brasileiros pessoas físicas somaram R\$5,5 trilhões em setembro de 2023. O valor representa um aumento de 9,7% em comparação com o fechamento do ano passado e engloba os segmentos varejo alta renda e *private*, segundo a Anbima. A maior parte dos recursos está aplicada em títulos e valores mobiliários. O varejo alta renda se destacou, com aumento de 12,3% sobre o fim do ano passado, chegando ao montante de R\$1,6 trilhão. O crescimento registrado no volume do varejo tradicional foi de 8,7%, para R\$1,9 trilhão. Os dois segmentos reúnem 148,3 milhões de contas (não correspondem ao total de CPFs, já que cada pessoa pode ter mais de uma conta em mais de uma instituição). O *private*, que inclui clientes com pelo menos R\$3 milhões em investimentos, avançou 8,5%, totalizando R\$2 trilhões.

2.1 Fundo de Investimento (FI)

Os fundos de investimento, segundo o site da Exame Invest, caracterizam-se por ser uma modalidade de aplicação financeira. Investir nesse produto significa confiar o gerenciamento de seu capital à pessoa gestora do fundo, normalmente um banco ou uma instituição financeira.

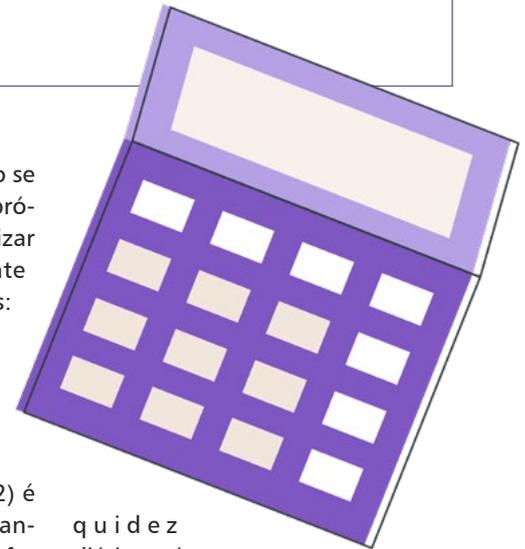
Esse tipo de investimento é uma

boa opção para quem ainda não se sente seguro para escolher os próprios produtos e prefere terceirizar esse trabalho. Mas é importante se atentar aos seguintes pontos: 1) a estratégia pode ser voltada para a aplicação só em renda fixa, só em renda variável ou em aplicação mista, com tempo para resgates distintos e possibilidade de liquidez diária; e 2) é importante verificar a performance do fundo nos últimos anos, fazer um *benchmarking* com outras aplicações, analisar as taxas de administração cobradas pelos gestores e, finalmente, analisar a questão do imposto de renda.

2.2 LCA/LCI

A Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) e a Letra de Crédito Imobiliário (LCI), segundo o Banco do Brasil, constituíam-se em ótima opção para os aplicadores nesse mercado financeiro. A princípio, os resgates deveriam ser feitos no prazo de 90 dias, com isenção de imposto de renda. Em alguns casos, os prazos poderiam ser menores.

Porém, a partir de fevereiro de 2024, o governo federal, por meio do Conselho Monetário Nacional (CMN), mudou as regras. Atualmente, o prazo mínimo de resgate para os investidores que desejam ter li-



quid e z diária está entre 9 meses (LCA) e 12 meses (LCI), a contar da data inicial da aplicação. Em papéis indexados a índices de preços e inflação, como IPCA, a carência será ainda maior, de 36 meses.

2.3 Certificado de Depósito Bancário (CDB)

Segundo o Banco do Brasil, o Certificado de Depósito Bancário (CDB) se constitui em aplicação em renda fixa, com taxas pré ou pós-fixadas, ou ainda híbrida, composta de uma parte pré e outra pós-fixada. Podem ser de curto ou longo prazos. Normalmente, os prazos maiores para resgate possuem taxas mais atrativas. Porém, com a perspectiva de queda na taxa Selic, conforme divulgado pelo Banco Central do Brasil (Bacen), uma análise cuidadosa deve ser realizada.

Faz-se necessário ter atenção ao comparar taxas das aplicações, como, por exemplo, caderneta de poupança *versus* CDB. Na caderneta de poupança, não existe retenção de imposto de renda, diferentemente dos CDBs, que têm o imposto de renda exclusivo na fonte. Em números hipotéticos, deve-se entender que 8,3% ao ano de rendimento em CDB pode representar um rendimento menor do que 7,0% em caderneta de poupança. Os tipos de CDBs são passíveis da mesma regra de tributação em relação ao Imposto de Renda sobre os rendimentos. Ou seja, eles obedecem à tabela regressiva do IR aplicada aos títulos de renda fixa. Nessa tabela, as alíquotas começam em 22,5% e, com o passar do tempo, vão reduzindo até chegar ao percentual mínimo de 15%, conforme dispõe a Tabela 2.

Além do Imposto de Renda, o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) poderá incidir sobre o CDB. No entanto, esse imposto só é cobrado se ocorrer um resgate antes de 30 dias da aplicação. Assim como o Imposto de Renda, o IOF também possui alíquotas regressivas, que iniciam em 96% sobre os rendimentos no primeiro dia e decrescem até zerar no 30º dia, conforme informações obtidas no site da XP Educação.

2.4 Tesouro Direto

O Tesouro Direto é um programa desenvolvido pelo Tesouro Nacional, em parceria com a Brasil, Bolsa e Balcão (B3), para venda de títulos públicos federais para pessoas físicas, de forma 100% on-line.

É uma alternativa de investimento que oferece títulos com diferentes tipos de rentabilidade: prefixada, ligada à variação da inflação ou à variação da taxa de juros básica da economia – Selic; diferentes prazos de vencimentos e diversos fluxos de remuneração.

O formato ideal é o de longo prazo, ou seja, aplicar pensando na aposentadoria ou em idade mais avançada, em que existe a possibilidade de a renda assalariada diminuir.

Além de ser acessível e apresentar muitas opções de investimento, o Tesouro Direto, segundo a XP Investimentos, oferece razoável rentabilidade e liquidez diária; faz-se premente atentar-se à questão dos resgates, com relação ao imposto de renda retido exclusivamente na fonte. Nessa aplicação, a princípio, inexistem riscos, pois há 100% de garantia pelo Tesouro Nacional. Igualmente, a poupança permite aplicações com valores baixíssimos – é possível começar a aplicar com pouco mais de R\$30,00.

Exemplos de médio prazo, de acordo com o site do Tesouro Direto – Simulador:

- aplicação com vencimento para 1º/3/2027, rentabilidade da Selic +0,11%; e
- aplicação com vencimento para 1º/3/2029, rentabilidade da Selic +0,1623%.

Se ocorrer uma aplicação de R\$100,00 hoje, e mensalmente se investir R\$100,00, no caso do primeiro exemplo, até 1º/3/2027, o resgate terá a possível simulação de configuração demonstrada nas Tabelas 3, 4 e 5, com base em adaptações do Tesouro Direto.

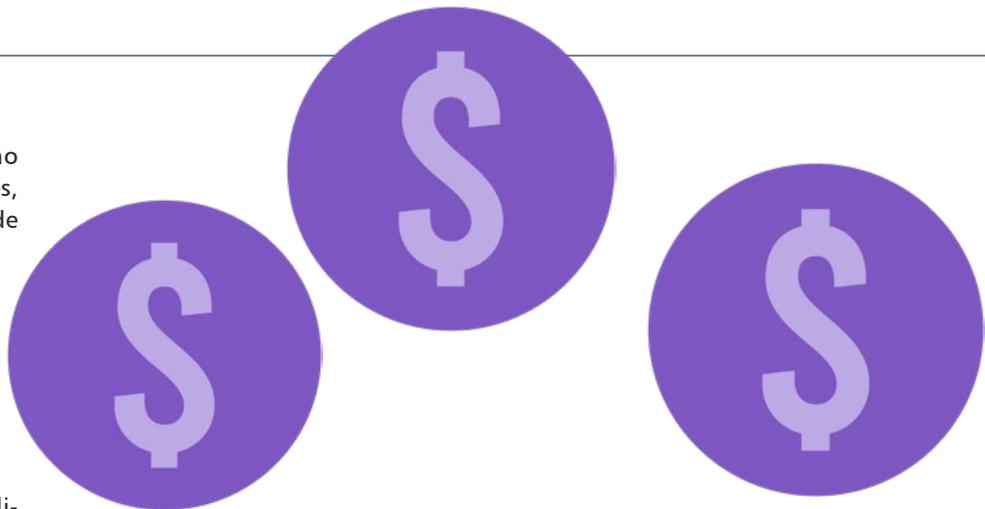


Tabela 2 - Prazo de Aplicação

Prazo da aplicação	Alíquota do IR
Até 180 dias	22,50%
De 181 a 360 dias	20%
De 361 a 720 dias	17,50%
Acima de 720 dias	15%

Fonte: tabela elaborada pelos autores, com base nas informações disponíveis em: <https://www.sencon.com.br/blog/tabela-de-ir-sobre-investimentos>.

Tabela 3 - Tesouro Selic 2027

Prazo da aplicação	Alíquota do IR
Data de resgate	1º/3/2027
Valor inicial investido	R\$100,00
Aportes Mensais (36)	R\$100,00
Valor total investido	R\$3.700,00

Fonte: tabela elaborada pelos autores, com base no Simulador do Tesouro Direto, disponível em: <https://www.tesourodireto.com.br/simulador/>.

Tabela 4 - Resultado Estimado

Prazo da aplicação	Alíquota do IR
Valor Bruto	R\$4.206,20
IR	-R\$82,45
Custódia da Bolsa	R\$0,00
Valor Líquido	R\$4.123,75

Fonte: tabela adaptada pelos autores, com base no Simulador do Tesouro Direto, disponível em: <https://www.tesourodireto.com.br/simulador/>.

Tabela 5 - Resultado Estimado

Prazo da aplicação	Alíquota do IR
Data	1º/3/2027
Tesouro	R\$4.206,20
LCI/LCA	R\$4.062,97
Poupança	R\$4.053,87
Fundo DI	R\$4.115,67
CDB	R\$4.105,15

Fonte: tabela elaborada pelos autores, com base no Simulador do Tesouro Direto, disponível em: <https://www.tesourodireto.com.br/simulador/>.

“Os fundos imobiliários (FIIs) são aplicações financeiras de renda variável. Assim como os fundos de investimentos, são compostos pela união do capital de várias pessoas. Essas possuem um objetivo em comum: a aplicação no setor imobiliário.”

2.5 Fundos de Investimentos Imobiliários (FIIs) e Fiagro

Fundos Imobiliários, segundo os sites FII5 e InfoMoney, são um tipo de fundo de investimento em que se aplica em empreendimentos imobiliários, tais como shoppings centers, hospitais e prédios comerciais ou ativos relacionados, como Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs). Ao adquirir cotas de FIIs, você se torna um dos “donos” desse imóvel e recebe rendimentos dos aluguéis.

Os fundos imobiliários (FIIs) são aplicações financeiras de renda variável. Assim como os fundos de investimentos, são compostos pela união do capital de várias pessoas. Essas possuem um objetivo em comum: a aplicação no setor imobiliário.

O risco pode ser considerado alto, em virtude da renda variável das ações, em que poderão ocorrer oscilações significativas.

A vantagem é que se recebe “uma aposentadoria” mensal, cujo rendimento é isento. Porém, o rendimento por participação pode ser reduzido em determinadas circunstâncias.

Em um caso específico, mediante pesquisa de **FIAGRO FI** nas cadeias de produção agrícola, cujo custo unitário é estimado em R\$9,00, a compra de 1.000 ações

totaliza R\$9.000,00, o que equivale a rendimento líquido e isento de aproximadamente R\$110,00 por mês, equivalente a 1,222% mensais. Porém, fica o alerta da vulnerabilidade de oscilação no valor.

A princípio, entende-se que, com o Projeto de Lei n.º 4.173, de 2023, será mantida a isenção de Imposto de Renda para rendimentos distribuídos por Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs) e Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro).

2.6 Bolsa de Valores (B3) – Ações e Dividendos

Constitui-se em ativo de risco, com altíssima e constante vulnerabilidade. Adéqua-se aos investidores com perfil arriscado. Exemplo recente, segundo o site da Bloomberg Línea, cada ação da Goll4 valia, em 2/1/2024, aproximadamente R\$8,14; em 31/1/2024, despencou para R\$2,68 e, em 8/2/2024, para R\$2,33.

A questão de “viver” de dividendos pode ser uma alternativa. Porém, apesar de as empresas listadas na B3 mencionarem ter governança corporativa, em raros casos, poderá não ocorrer o cumprimento da empresa em pagar os dividendos

para possuidores de ações em determinada data. Isso aconteceu em 2020 com o Instituto de Resseguros do Brasil (IRBR3), que, mesmo tendo creditado os direitos aos possuidores de ações, acabou cancelando e não pagando o acordado, sob a alegação de prejuízos e com fundamento no art. 189 da Lei n.º 6.404, de 1976. Dividendos de boas empresas, como, por exemplo, Petrobras, podem ser uma alternativa de bons rendimentos em investimentos – além de as ações valorizarem, os dividendos não são tributáveis, diferentemente dos Juros sobre Capital Próprio (JCP).

Day-Trade e perdas: existe a opção de comprar e vender as ações no mesmo dia. A maioria de aplicadores nessa modalidade, de 90% a 97%, conforme informações do Portal Insights, perdem dinheiro. E, caso ganhem, a tributação do imposto de renda será de 20% sobre o ganho.



2.7 Compra e venda de moeda estrangeira

Existe também grande volatilidade, igualmente à Renda Variável / Bolsa de Valores. A não ser para o planejamento de uma viagem futura ao exterior, entende-se como risco estocar moeda estrangeira, além dos custos das operadoras de câmbio, para a compra e a venda. Em 22/2/2019, a cotação era de aproximadamente R\$3,74 para um dólar. Por conta da oscilação, o valor máximo chegou a aproximadamente R\$5,85 em 15/5/2020; a R\$4,95 em 12/2/2024; e a R\$5,24 em 17/4/2024, de acordo com informações obtidas no site UOL.

2.8 Caderneta de Poupança

A Caderneta de Poupança talvez seja a maneira mais popular e fácil de guardar dinheiro, com planejamento para resgate em um mês, ou a cada mês, para não perder o rendimento mensal.

A forma de remuneração tem e teve várias alterações durante os diversos governos no Brasil. Entre as variadas informações sobre rendimentos, direciona-se a um rendimento mensal de aproximadamente 0,67% em 02/2024, o que equivale a aproximadamente 6,7% ao ano + TR (Taxa Referencial), segundo o site do Banco Central do Brasil.

De acordo com a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) em seu site, a Caderneta de Poupança rendeu 7,9% nos últimos doze meses. Entende-se que a comparação de rendimentos da Caderneta de Poupança *versus* os demais investimentos também deve levar em consideração a taxa Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), que atualmente está em processo de queda, de 11,25% ao ano (fev/2024) e de 10,75% ao ano (abr/24), conforme o site da AECweb. Ainda de acordo com a Anbima, 23% dos investidores brasileiros ainda confiam

na poupança para gerir seu dinheiro, mesmo que seja, provavelmente, a aplicação menos rentável.

2.9 Certificado de Operações Estruturadas (COE)

É um tipo de investimento que combina a segurança da renda fixa com a possibilidade de uma melhor rentabilidade dada pela renda variável, segundo a Brasil, Bolsa e Balcão (B3). Emitido por instituições financeiras, esse é um investimento que oferece maior proteção ao investidor, uma vez que as perdas e os ganhos podem ser limitados. Além disso, a rentabilidade varia conforme a sua data de vencimento. Pode-se escolher entre os dois principais tipos:

- 1) COE com valor nominal protegido: garante que o investimento será devolvido em seu valor mínimo, ainda que os ativos de referência do produto tenham um desempenho negativo; e
- 2) COE com valor nominal em risco: não há garantia de que haverá retorno, e o investidor pode perder até o limite do capital que investiu.

Entende-se como uma alternativa de risco, não recomendado para quem busca uma previdência futura, que é objetivo de estudo deste trabalho.

Diante do exposto, da complexidade de um sistema financeiro, dos riscos, das possibilidades de incidência do imposto de renda, e das diferenças entre taxas nominais e taxas efetivas, é direcionado, a seguir, o foco em previdência privada complementar, em que os profissionais de contabilidade poderão contribuir com seus clientes pessoa física.



3 Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBl) / Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBl)

Segundo o site da Brasilprev, o VGBl e o PGBl são duas modalidades de previdência privada. Trata-se de um sistema de aposentadoria particular não ligada ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Eles se dividem em duas possibilidades:

- 1) acumulação, em que o dinheiro aplicado visa acumular rendimentos que serão utilizados no futuro, com a possibilidade de ocorrer resgates parciais; e
- 2) benefício, em que se para de contribuir e começa a fazer o resgate do patrimônio construído. Nessa fase, é possível escolher entre sacar o dinheiro aos poucos, como uma aposentadoria mensal, e realizar um único saque. A situação deve ser muito bem analisada, pois, caso ocorra o óbito do investidor que optar por aposentadoria mensal programada, existe a possibilidade de parte dessa aposentadoria ir para um dependente, ou de ocorrer a perda desse benefício – o valor é direcionado para a instituição financeira.

Esses tipos de previdência podem ser reservados para realizar um sonho, uma viagem, investir em estudos, comprar uma casa própria, aposentar-se mais cedo ou complementar a aposentadoria, em virtude do já relatado declínio constante e acentuado, nas últimas décadas, no valor destinado para os trabalhadores das empresas privadas, contribuintes da aposentadoria oficial do INSS.

3.1 Definição

Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL) e Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) são seguros de pessoas e de previdência complementar aberta, respectivamente, que, após um período de acumulação de recursos, proporcionam aos investidores – segurados e participantes – uma renda mensal, que poderá ser vitalícia ou por prazo determinado, com possibilidade de ocorrer mediante pagamento único.

3.2 Principal Diferença

O aspecto preponderante para diferenciar VGBL e PGBL é o tratamento tributário. Em ambos, o Imposto de Renda incide apenas no momento do resgate (parcial ou total) ou no recebimento da renda. Entretanto, enquanto no VGBL o Imposto de Renda incide apenas sobre os rendimentos, no PGBL o imposto incide sobre o valor total a ser resgatado ou recebido sob a forma de renda tributável.

Contribuições e prêmios pagos a planos VGBL não podem ser deduzidos na Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) para apuração do imposto de renda a pagar. Portanto, este tipo de plano seria mais recomendado aos contribuintes que utilizam o modelo simplificado de Declaração de Ajuste Anual do IRPF ou aos que já ultrapassaram o limite de 12% (doze por cento) da renda bruta tributável.

No caso do PGBL, os contribuintes que utilizam o modelo completo de Declaração de Ajuste Anual do IRPF e que são aposentados e/ou contribuintes da Previdência Oficial, tipo INSS, ou de um Regime Próprio de Previdência podem deduzir as contribuições do respectivo exercício, no limite máximo de 12% (doze por cento) de sua renda bruta anual tributável.

Exemplificando: quem teve

rendimento anual tributável de R\$100.000,00 pode contribuir até R\$12.000,00 na modalidade PGBL, conforme site da Brasilprev. Caso haja o enquadramento citado, a tabela do imposto de renda anual incidirá sobre os R\$100.000,00, menos R\$12.000,00 aportados no PGBL, e demais deduções, como previdência oficial, dependentes, médicos, clínicas, hospitais, dentistas, entre outros. Nessa situação específica, só de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), o assalariado teve um ganho de R\$3.300,00 (27,5% sobre R\$12.000,00).

3.3 Rentabilidade

Os variados fundos proporcionam rendimentos diversos. Os planos podem ser dos seguintes tipos:

- 1) somente títulos públicos de renda fixa – investimentos em títulos do Tesouro Nacional e/ou Banco Central;
- 2) renda fixa crédito privado – investimentos em títulos do Tesouro Nacional e/ou Banco Central e outro de renda fixa; e
- 3) multimercado incluindo renda variável – investimentos em renda variável limitado a 49% do patrimônio do fundo.

De uma instituição financeira para outra, a rentabilidade pode ter uma grande variação. Como exemplo, pode-se afirmar que, em determinada instituição, no mês de dezembro de 2023, o VGBL ou PGBL rendeu 1,54%; em outra, rendeu 1,17%; e em outra, 1,41%. Isso depende diretamente do mix de aplicações de cada instituição financeira, motivo pelo qual o aplicador deve estar atento e fazer comparações mensais e constantes. Diante disso, sugere-se a aplicação em mais de uma instituição financeira e a adoção de uma regra básica

e simples da matemática: saldo em 31/12/2023, dividido pelo saldo em 30/11/2023. Supondo, respectivamente, saldo de R\$101.410,00 em 31/12/2023 e saldo de R\$100.000,00 em 30/11/2023, o rendimento foi de 1,41% em um mês – que, a princípio, rendeu mais que a caderneta de poupança, conforme apresentado anteriormente.

3.4 Portabilidade, resgates e taxa de carregamento

A portabilidade parcial ou total é possível, segundo o site InfoMoney, sem maiores problemas, e sem custos e impostos, sempre dentro do respectivo VGBL ou PGBL. Normalmente, as portabilidades e os resgates possuem uma carência inicial de 60 dias e, no caso das demais portabilidades, carência de 60 dias. Atenção redobrada a essa informação: há planos que podem definir, dentro das normas, carências maiores.

A taxa de carregamento poderá ser cobrada em ambos os planos, segundo o site InfoMoney. Os prazos para o recebimento dos resgates podem ser variados, de dois a dez dias úteis, e de portabilidade, de cinco a quinze dias úteis, ou mais, conforme as instituições financeiras.



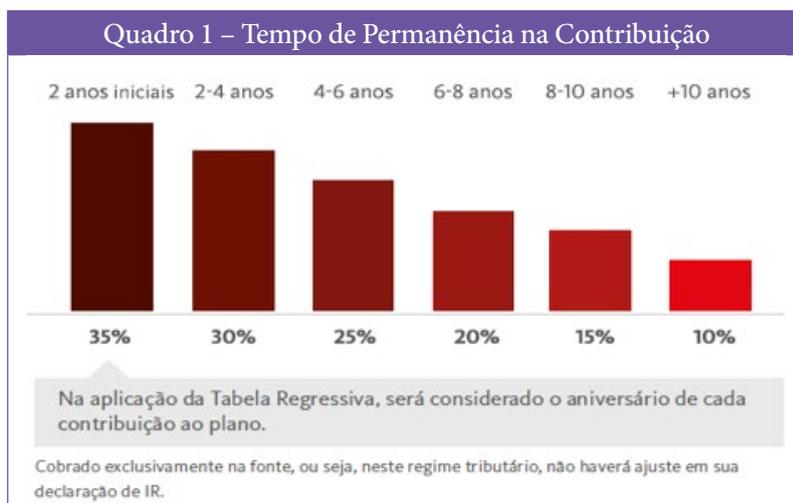
3.4.1 Resgates

Tendo em vista o encerramento do ano fiscal em dezembro, entende-se que referido mês é o melhor período para realização de resgates. Isso porque, de acordo com a legislação federal, as instituições são obrigadas a reter 15% a título de imposto de renda, lembrando o já mencionado, sobre os rendimentos no caso de VGBL e sobre o total resgatado no caso de PGBL, no regime de tributação progressivo.

Exemplo: se o investidor fizer um resgate no PGBL na opção de regime tributário progressivo, no valor de R\$100.000,00, a instituição irá creditar somente R\$85.000,00 e, dependendo do caso, na Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF) do ano seguinte, o contribuinte deverá lançar em Rendimentos Tributáveis os R\$100.000,00, que irá compor, juntamente aos demais rendimentos, a renda total tributável. Esses R\$15.000,00 se constituirão em imposto compensável, na declaração de imposto de renda anual, para a apuração de imposto a pagar ou a restituir.

Tem-se, na previdência particular, uma questão muito importante da sucessão patrimonial familiar, conforme informações da Brasilprev em seu site: os recursos não entram em inventário e são transferidos, em até 30 dias, para as pessoas que foram designadas na proposta de contratação do VGBL e do PGBL ou, na ausência dessa informação, aos herdeiros legais. A transação não demanda gastos com custos de advogados, e é considerada segura, sem burocracias. Porém, valores elevados normalmente podem ser classificados como doações e ter tratamento diferenciado.

Atenção deve ser dada à questão do Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doações (ITCMD), em que as alíquotas variam entre 2% e 8% nos estados brasileiros, conforme dados do Jornal Valor



Fonte: quadro adaptado pelos autores, com base nas informações disponíveis em: <https://conteudos.xpi.com.br/aprenda-a-investir/relatorios/tabela-regressiva/>.

Econômico e do Governo do Estado de São Paulo. Determinadas unidades federativas adotam percentuais diferentes, dependendo do tipo de transmissão e do valor dos bens. No caso de São Paulo, a princípio, é de 4% sobre o que ultrapassar a 2.500 UFESP (R\$35,36), unidade fiscal do Estado de São Paulo, equivalente a R\$88.400,00 para o ano de 2024. Faz-se premente atentar-se à Reforma Tributária em andamento e ao prazo de recolhimento. Ultrapassado o limite de isenção de 2.500 UFESP, é o donatário (quem recebe) que paga o imposto.

3.5 Tributação – Regime Tributário

Na escolha da contratação da previdência privada, pode-se optar pela tabela regressiva ou tabela progressiva, segundo a Brasilprev. No caso do VGBL, não existe dedução na apuração do Imposto de Renda para os contribuintes declarantes.

3.5.1 Tabela Regime Regressivo

Existe um direcionamento de que, quanto maior o prazo, menor a tributação. Segundo instituições financeiras, essa opção é adequada a quem pretende manter a aplica-

ção por vários anos – o ideal, no olhar deles, seria 10 anos ou mais. Essa percepção pode ser questionada e sujeita a comparação com cada situação, com cada contexto e com as regras de adequação ao regime progressivo. Nesse sistema, não haverá ajustes na DIRPF.

Esse sistema não permite compensação na DIRPF anual e, quando do resgate, parcial ou total, o imposto de renda é considerado devido exclusivamente na fonte.

Caso haja necessidade de resgate nos dois primeiros anos, o investidor sofrerá uma tributação de 35% sobre os rendimentos no caso de VGBL, e de 35% de imposto de renda sobre o valor do resgate, calculado sobre o valor principal, acrescido dos rendimentos, no caso de PGBL. Por isso, faz-se necessária muita análise antes de escolher essa opção, que poderá resultar em enorme prejuízo caso não se consulte um profissional de contabilidade que é especialista nos cálculos das simulações.



“Conforme mencionado anteriormente, esse regime permite abatimento na base de cálculo de contribuintes do imposto de renda, declaração completa, e contribuintes da previdência oficial (INSS) ou de regime próprio de previdência.”

3.5.2 Tabela Regime Progressivo

Conforme mencionado anteriormente, esse regime permite abatimento na base de cálculo de contribuintes do imposto de renda, declaração completa, e contribuintes da previdência oficial (INSS) ou de regime próprio de previdência.

3.6 Crescimento dos Planos de Previdência

Houve aumento de mais de 12% em 2023 em relação período de 2022, de acordo com a Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprevi). A captação líquida (diferença entre aportes e resgates) no período passou de R\$32 bilhões, mais de 13% acima do registrado um ano antes.

Em outubro de 2023, mais de 11 milhões de pessoas possuíam

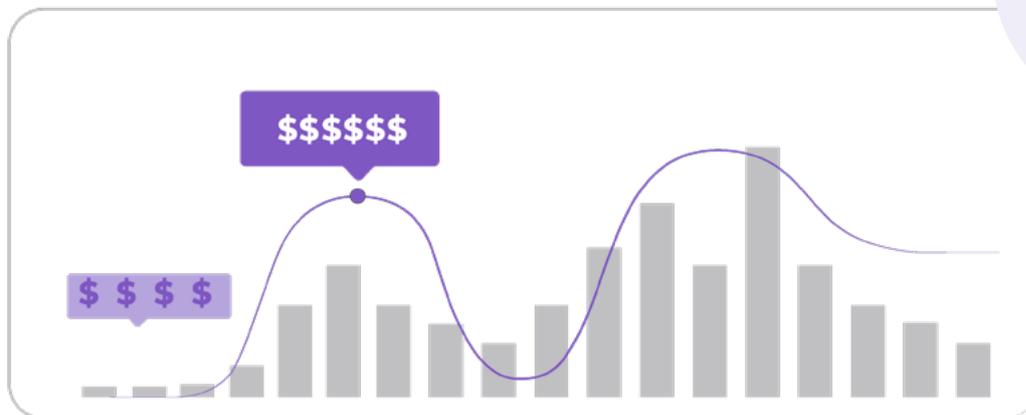
planos de previdência privada aberta no país, número equivalente a 9% da população adulta, de acordo com o Censo Demográfico de 2022. Desses, 8,8 milhões possuem planos individuais, e o restante, planos coletivos. O valor acumulado pela previdência privada é de R\$1,4 trilhão em ativos, o que representa aproximadamente 13% do PIB. Já a captação líquida da previdência cresceu 187,8% em janeiro de 2024. O saldo entre o valor arrecadado menos o resgatado somou R\$4,8 bilhões.

3.7 Fase de recebimento (concessão) do benefício

No PGBL, o evento gerador do pagamento do benefício será sempre a sobrevivência do participante ao período de diferimento contratualmente previsto, segundo o site

InfoMoney. Desde que haja previsão no regulamento, o participante poderá contratar modalidades de renda, dentre as quais destacam-se: renda mensal vitalícia; renda mensal temporária; renda mensal vitalícia com prazo mínimo garantido; renda mensal vitalícia reversível ao beneficiário indicado; renda mensal vitalícia reversível ao cônjuge com continuidade aos menores; e renda mensal por prazo certo.

Deve-se destacar que a escolha pela renda mensal vitalícia, no caso do óbito do participante, após o início da percepção ao benefício de renda, não dá direito aos seus beneficiários de recebimento de qualquer valor.



4 Metodologia

Na metodologia, foram utilizadas, como base, publicações das várias instituições financeiras e de previdência privada, atualizadas, com acesso ao maior número possível de informações. A metodologia, fundamentada em aplicação prática, suportada por legislação pertinente, buscou uma abordagem teórica-empírica, para situações reais no mercado de capitais, pensando-se no investidor contribuinte do imposto de renda. Buscou-se o direcionamento à minimização de tributos a serem pagos, ou otimizações das restituições na DIRPF, dentro da lei, com adequações dos serviços dos profissionais da contabilidade. Os casos práticos mencionados foram construídos com experiências e vivência dos autores e de profissionais da contabilidade com expertise no tema.

5 Caso Prático

Se o contribuinte, por exemplo, atua em uma entidade que possui convênio com instituição financeira de previdência privada, pode-se solicitar o desconto em folha de pagamento mensal, pois, nesse caso, o contribuinte investidor terá uma grande redução em seu imposto de renda mensal.

Exemplo: se o assalariado recebe R\$10 mil mensais e tem descontado da sua base de cálculo para apuração do imposto de renda o INSS de R\$908,85, considerando também dois dependentes com o desconto individual de R\$189,59 cada, a base de cálculo diminuirá para R\$8.711,97.

Com base na nova tabela do imposto de renda publicada pelo Governo Federal em 2024, após os abatimentos previstos em lei, o caso hipotético apresentado resultará no imposto de renda retido de R\$1.499,79.

Se o profissional, junto ao seu empregador, solicitar o desconto de 10% de seu salário, R\$1.000,00, fará uma aplicação nesse valor, dentro da lei, reduzindo seu imposto de renda mensal. Essa é a real e significativa contribuição deste artigo para o planejamento tributário da pessoa física.

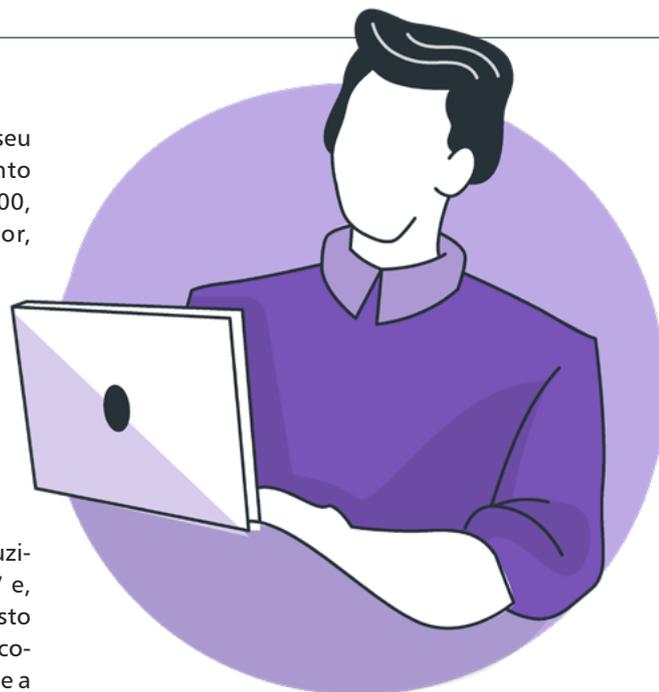
Cálculos: R\$10.000,00 (-) R\$908,85 (-) 2 x R\$189,59 (-) R\$1.000,00. A base de cálculo que era de R\$8.711,97 será reduzida legalmente para R\$7.711,97 e, nesse caso, a retenção de imposto de renda será de R\$1.224,79. Economia mensal será de R\$275,00, e a anual, de R\$3.300,00. Mensalmente, aplicará R\$1.000,00 em PGBL progressivo, porém o desembolso mensal será de apenas R\$725,00.

Então, de forma clara e inequívoca, atendidos os requisitos mencionados neste trabalho, o contribuinte investidor terá aplicado anualmente R\$12.000,00, porém, efetivamente, o seu desembolso será somente de R\$8.700,00 utilizando o PGBL no regime tributário progressivo, que se entende, a princípio, seja adequado, caso necessite de algum resgate antes do prazo.

Caso a empresa não tenha essa opção, tal ajuste será realizado na Declaração Anual do Imposto de Renda, ao se aplicar R\$12.000,00 no exemplo mencionado, e reduzirá até 12% do rendimento tributário anual, o que implica menos pagamento de imposto de renda.

A previdência privada se mostra altamente necessária e adequada à realidade do trabalhador brasileiro em regime CLT na iniciativa privada, do contribuinte do INSS e/ou do aposentado.

A aposentadoria do INSS está cada vez com menor poder aquisitivo, diante da realidade dos custos de alimentação, vestuário, transporte e, principalmente, assistên-



cia médica, cujos reajustes, historicamente, segundo o site UOL, têm ocorrido muito acima da inflação oficial e podem chegar, conforme o tipo de plano de convênio médico, a percentuais em torno de 25%, por conta da chamada “inflação médica”. Por isso, urge a necessidade de se planejar o futuro.

Uma estratégia interessante e que acontece em algumas empresas e entidades é de o empregador contribuir com a previdência privada do empregado. Em alguns casos, caso o empregado contribua, a empresa/entidade faz um aporte adicional.

6 Considerações Finais

No que se refere à contribuição do profissional da contabilidade, o estudo direciona, como forma de reserva e de cultura financeira, dois aspectos:

- 1) aplicar recursos em caderneta de poupança, em volume bem menor, para atender às necessidades imediatas e fugir, de forma peremptória, do parcelamento de cartões de crédito;

“Uma estratégia interessante e que acontece em algumas empresas e entidades é de o empregador contribuir com a previdência privada do empregado. Em alguns casos, caso o empregado contribua, a empresa/entidade faz um aporte adicional.”

- 2) educar e proporcionar discernimento à urgência de se criar educação financeira, e de poupar recursos em VGBL e PGBL; nesse sentido, propõe-se direcionar mais especificamente para PGBL no sistema tributário progressivo, principalmente aos assalariados, com a destinação mensal de um percentual do total dos recursos recebidos, como se o dinheiro não fosse da pessoa, mas, sim, um percentual que poderia ser intitulado de dízimo, o que garantiria o investidor na fase em que irá mais necessitar de dinheiro, mediante a reserva e o investimento de 10% de tudo o que receber efetivamente.
- Pode-se considerar que há inúmeras opções para aplicações financeiras, cada uma com sua especificidade. Com esse estudo, sugere-se, muito fortemente, res-
peitadas todas as informações e todos os cuidados mencionados, o direcionamento para aplicação em PGBL, com o critério de regime tributário progressivo e, sempre que possível, que os resgates ocorram em dezembro, tendo em vista o fechamento do ano e a proximidade com a declaração anual de ajustes do imposto de renda, que acontece no início do ano seguinte, normalmente no mês de março.

Referências

ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais. Caderneta de poupança é a principal opção do investidor. Disponível em: https://www.anbima.com.br/pt_br/imprensa/caderneta-de-poupanca-e-principal-opcao-do-investidor-de-varejo-mesmo-em-cenario-de-queda-de-juros.htm. Acesso em: 9 fev. 2024.

ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais. Volume investido por brasileiros cresce 9,7% em 2023 e chega a R\$5,5 trilhões. Disponível em: https://www.anbima.com.br/pt_br/noticias/volume-investido-por-brasileiros-cresce-9-7-em-2023-e-chega-a-r-5-5-trilhoes.htm. Acesso em: 18 abr. 2024.

BB – Banco do Brasil. Disponível em: https://www.bb.com.br/site/investimentos/?gad_source=1&gclid=CjwKCAjw5v2wBhBrEiwAXDDoJaMTyJE1kh-cEecHiSPKpLT_UwMH5m4I30gT-LYOrRYuDmDdxYUJ8hoCGGAQAv. Acesso em: 17 abr. 2024.

BB – Banco do Brasil. Copom reduz a taxa Selic para 10,75% a.a. Disponível em: https://www.bb.com.br/site/investimentos/cdb/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjwiYOxBhC5ARIsA1vdH52HJ1Lin__EJRy6I9i6fPn1ww2BNmX8LF0b0OLC6rkkKh-FKimuiLUaAtMQEALw_wcB. Acesso em: 18 abr. 2024.

BRASIL. Regulamento do Imposto de Renda. Decreto 9.580. Brasília. DF. Presidência da República (2018).

BRASIL. Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações.

BRASIL. Portaria Interministerial MTP/ME n.º 26. Dispõe sobre reajustes dos benefícios pagos pelo INSS. (2023)

BRASIL. Banco Central do Brasil. Resolução CMN n.º 5.119, de 01/02/2024. Dispõe sobre tributação nas LCI e LCA. (2024)

BRASIL. Conselho Monetário Nacional – CMN – Banco Central do Brasil. Dispõe sobre ajustes nas LCA e LCI. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/18076/nota>. Acesso em: 14 fev. 2024.

BRASIL. Tabela de Descontos do INSS. Salário de Contribuição. Disponível em: (<https://www.gov.br/inss/pt-br/direitos-e-deveres/inscricao-e-contribuicao/tabela-de-contribuicao-mensal>) Acesso em: 6 fev. 2024.

BRASIL. Tesouro Direto. Simulador. Disponível em: <https://www.tesourodireto.com.br/simulador/>. Acesso em: 14 fev. 2024.

BRASIL. Projeto de Lei n.º 4.173/2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2383287> Acesso em: 18 abr. 2024.

Captação líquida da previdência privada cresce 187,8% em janeiro. Disponível em: <https://fenaprevi.org.br/noticias/captacao-liquida-da-previdencia-privada-cresce-187-8-em-janeiro> Acesso em: 18 abr. 2024.

Confira como está a taxa Selic em abril de 2024. Disponível em: <https://www.aecweb.com.br/revista/noticias/qual-taxa-selic-hoje-esse-mes/24908> Acesso em: 18 abr. 2024.

Cotação da GOLL4. Disponível em: <https://www.bloomberglines.com/quote/GOLL4:BS/> Acesso em: 17 abr. 2024.

PGBL ou VGBL: Diferenças e qual é a melhor opção? Disponível em: <https://blog.brasilprev.com.br/qual-a-diferenca-entre-pgbl-e-vgbl> Acesso em: 17 abr. 2024.

Previdência Privada pode facilitar sucessão patrimonial. Disponível em: <https://blog.brasilprev.com.br/previdencia-privada-pode-facilitar-sucessao-patrimonial> Acesso em: 17 abr. 2024.

DAY-TRADE. Disponível em: <https://esp.fgv.br/noticia/day-trade-e-cassino-muito-mais-sortido-que-tecnica-diz-pesquisador>. Acesso em: 8 fev. 2024.

Desacumulação? Veja opções para quem conclui as contribuições ao plano de previdência privada. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/desacumulacao-veja-opcoes-para-quem-conclui-as-contribuicoes-ao-plano-de-previdencia-privada/> Acesso em: 18 abr. 2024.

É possível ficar milionário no *day trade*? Disponível em: <https://www.portalinsights.com.br/perguntas-frequentes/e-possivel-ficar-milionario-no-day-trade#:~:text=Foi%20citada%20a%20pesquisa%20realizada,por%20mais%20de%201%20ano> Acesso em: 18 abr. 2024.

Federação Nacional de Previdência Privada e Vida - FENAPREVI. Disponível em: <https://fenaprevi.org.br/>. Acesso em: 11 fev. 2024.

FII, FIAGRO, CRI E CRA: Quais Vantagens e semelhanças? Disponível em: [https://fiis.com.br/noticias/fiis-de-cris-x-fiagro-de-cras-quais-vantagens-e-semelhanças/#:~:text=Os%20Fiagros%20de%20papel%20s%C3%A3o,de%20Receb%C3%ADveis%20Imobili%C3%A1rios%20\(CRIs\).](https://fiis.com.br/noticias/fiis-de-cris-x-fiagro-de-cras-quais-vantagens-e-semelhanças/#:~:text=Os%20Fiagros%20de%20papel%20s%C3%A3o,de%20Receb%C3%ADveis%20Imobili%C3%A1rios%20(CRIs).) Acesso em: 17 abr. 2024.

FIIS. Disponível em: [https://fiis.com.br/noticias/fiis-de-cris-x-fiagro-de-cras-quais-vantagens-e-semelhanças/#:~:text=Os%20Fiagros%20de%20papel%20s%C3%A3o,de%20Receb%C3%ADveis%20Imobili%C3%A1rios%20\(CRIs\).](https://fiis.com.br/noticias/fiis-de-cris-x-fiagro-de-cras-quais-vantagens-e-semelhanças/#:~:text=Os%20Fiagros%20de%20papel%20s%C3%A3o,de%20Receb%C3%ADveis%20Imobili%C3%A1rios%20(CRIs).) Acesso em: 18 abr. 2024.

Fundos de Investimentos: Guia completo sobre esse ativo financeiro. Disponível em: <https://exame.com/invest/guia/fundos-de-investimentos/> Acesso em: 17 abr. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. UFESP. Cotações. Disponível em: <https://portal.fazenda.sp.gov.br/Paginas/Indices.aspx> Acesso em: 12 fev. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. ITCMD – Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação. Declaração e Cálculo. Disponível em: <https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/itcmd/Paginas/declaracao-e-calculo.aspx> Acesso em: 13 fev. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplio.html?=&t=series-historicas> Acesso em: 17 abr. 2024.

Os 3 melhores Fiagros para proteger a carteira e ainda capturar ganhos com os juros elevados em 2023. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/onde-investir/fiagros-melhores-2023/> Acesso em: 18 abr. 2024.

IRBR3 – Instituto de Resseguros do Brasil, em 2020. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/mercados/irb-irbr3-cancela-pagamento-de-dividendos-banrisul-brsr6-aprova-r-1365-mi-em-jcp-eletobras-elet3-adia-balanco-e-mais/> . Acesso em: 06 fev. 2024.

ITCMD: O que é, para que serve, qual a alíquota, como calcular, quando deve ser pago, quem tem isenção. Disponível em: <https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2023/03/21/itcmd-o-que-e-para-que-serve-qual-a-aliquota-como-calcular-quando-deve-ser-pago-quem-tem-isencao.ghtml> Acesso em: 18 abr. 2024.

Operações Estruturadas. B³ - Brasil, Bolsa e Balcão. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/registro/operacoes-estruturadas/certificado-de-operacoes-estruturadas-coe.htm#:~:text=O%20Certificado%20de%20Opera%C3%A7%C3%B5es%20Estruturadas,o%20perfil%20de%20cada%20investidor. Acesso em: 17 abr. 2024.

Previdência Privada pode facilitar sucessão patrimonial. Disponível em: <https://blog.brasilprev.com.br/previdencia-privada-pode-facilitar-sucessao-patrimonial> Acesso em: 18 abr. 2024.

Previdência Privada: quando e como fazer a portabilidade de seu plano? Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/previdencia-privada-quando-e-como-fazer-a-portabilidade-de-seu-plano/> Acesso em: 18 abr. 2024.

Reajustes de até 25%: porque os planos de saúde ficaram tão mais caros. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2024/01/30/por-que-os-planos-de-saude-ficaram-tao-mais-caros.htm> Acesso em: 18 abr. 2024.

Remuneração dos Depósitos de Poupança. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/remuneradepositospoupanca> Acesso em: 18 abr. 2024.

Tabela de IR sobre investimentos: O que você precisa saber? Disponível em: <https://www.sencon.com.br/blog/tabela-de-ir-sobre-investimentos> Acesso em: 17 abr. 2024.

Tesouro Direto XP. Disponível em: <https://atendimento.xpi.com.br/categoria/investimentos/tesouro-direto> Acesso 18 abr. 2024.

UOL. Petrobras, BB e 21 outras ações pagam dividendos: veja quanto cai na conta. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/mais/ultimas-noticias/2024/02/19/petrobras-bb-e-25-outras-aco-es-pagam-dividendos-veja-quanto-cai-na-conta.htm#:~:text=Para%202024%2C%20analistas%20projetam%20um,no%20dia%2020%20de%20fevereiro.> Acesso 17 abr. 2024.

Tabela Regressiva: O que é e qual relação com IR? Disponível em: <https://conteudos.xpi.com.br/aprenda-a-investir/relatorios/tabela-regressiva/> Acesso em: 17 abr. 2024.

Tributação de 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/receita-federal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda/tabelas/2024> Acesso em: 18 abr. 2024.

UOL. Cotação / Câmbio. Cotação do dólar. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/cotacoes/cambio/> Acesso em: 17 abr. 2024.

XP Educação. IOF regressivo: o que é? Como ele é calculado e como garantir a isenção? Disponível em: <https://blog.xpeducacao.com.br/iof-regressivo/> Acesso em: 18 abr. 2024.
